

# Demonstrações Contábeis Societárias

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Em milhares de Reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
	<b>explicativa</b>		
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	237.019	91.770
Títulos e valores mobiliários	6	100.105	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	766.152	747.218
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	1.300	11.452
Outros tributos a compensar	8	24.843	26.081
Derivativos	32	54.291	117.985
Ativo financeiro setorial	9	44.311	283.497
Estoques		3.918	4.049
Outros ativos	12	92.844	124.083
<b>Total do circulante</b>		<b>1.324.782</b>	<b>1.406.135</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	20.840	16.094
Depósitos judiciais	21	199.932	213.440
Outros tributos a compensar	8	24.319	24.637
Derivativos	32	86.166	82.492
Créditos fiscais diferidos	10	82.240	30.340
Ativo financeiro da concessão	11	1.414.926	1.137.915
Outros ativos	12	1.448	8.413
Ativo contratual	14	108.202	218.331
Intangível	13	810.187	772.607
<b>Total do não circulante</b>		<b>2.748.260</b>	<b>2.504.269</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4.073.042</b>	<b>3.910.404</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Em milhares de Reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	15	559.469	383.644
Empréstimos e financiamentos	16	334.332	472.957
Debêntures	17	53.281	60.508
Entidade de previdência privada	18	29.603	20.626
Taxas regulamentares	19	36.278	22.288
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	1.567	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	148.657	130.472
Dividendo e juros sobre capital próprio	23	67.426	37.935
Obrigações estimadas com pessoal		16.507	15.780
Derivativos	32	1.912	-
Outras contas a pagar	22	134.427	108.932
<b>Total do circulante</b>		<b>1.383.459</b>	<b>1.253.141</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	16	603.613	805.726
Debêntures	17	788.893	798.370
Entidade de previdência privada	18	391.044	190.740
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	156.198	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	54.598	259.544
Passivo financeiro setorial	9	98.519	46.031
Outras contas a pagar	22	32.692	40.618
<b>Total do não circulante</b>		<b>2.125.558</b>	<b>2.141.029</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	23	249.321	240.144
Reserva de capital		46.729	55.905
Reserva legal		28.067	16.138
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		356.496	356.496
Dividendo		196.057	-
Resultado abrangente acumulado		(312.646)	(152.449)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>564.024</b>	<b>516.235</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>4.073.042</b>	<b>3.910.404</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ**  
**Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2019	2018 <sup>(1)</sup>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>25</b>	<b>4.345.303</b>	<b>3.879.542</b>
<b>Custo do serviço</b>			
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>26</b>	<b>(3.019.013)</b>	<b>(2.725.556)</b>
<b>Custo com operação</b>		<b>(300.876)</b>	<b>(273.260)</b>
Amortização		(97.430)	(85.031)
Outros custos com operação	27	(203.446)	(188.229)
<b>Custo com serviço prestado a terceiros</b>	<b>27</b>	<b>(262.309)</b>	<b>(265.647)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>763.105</b>	<b>615.079</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Despesas com vendas</b>		<b>(156.818)</b>	<b>(136.034)</b>
Amortização		(587)	(641)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(69.868)	(51.571)
Outras despesas com vendas	27	(86.363)	(83.822)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(129.558)</b>	<b>(147.622)</b>
Amortização		(16.396)	(14.559)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(113.162)	(133.063)
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>27</b>	<b>(23.066)</b>	<b>(9.346)</b>
<b>Resultado do serviço</b>		<b>453.663</b>	<b>322.078</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>28</b>		
Receitas financeiras		106.679	98.579
Despesas financeiras		(137.608)	(147.127)
		<b>(30.928)</b>	<b>(48.548)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>422.734</b>	<b>273.530</b>
Contribuição social	10	(39.707)	(24.132)
Imposto de renda	10	(101.393)	(66.743)
		<b>(141.100)</b>	<b>(90.876)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>281.634</b>	<b>182.654</b>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	24	5,30	3,44

<sup>(1)</sup> Veja nota explicativa 2.6.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Em milhares de Reais)

	2019	2018
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>281.634</b>	<b>182.654</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>(160.197)</b>	<b>(43.508)</b>
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	(161.328)	(47.309)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	1.131	3.802
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>121.437</b>	<b>139.146</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros						Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	240.144	55.905	7.604	200.310	43.789	28.445	(115.138)	-	461.059
<b>Resultado abrangente total</b>									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	182.654	182.654
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(47.309)	-	(47.309)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	9.999	(6.197)	3.802
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	(11.996)	(11.996)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>									
Constituição da reserva legal	-	-	8.534	-	-	-	-	(8.534)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	312.707	-	-	(312.707)	-
Reversão da reserva estatutária no exercício - AGE de 27/04/2018	-	-	-	(200.310)	-	-	-	200.310	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>									
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(6.226)	(6.226)
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	-	(37.304)	(37.304)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(28.445)	-	-	(28.445)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>240.144</u>	<u>55.905</u>	<u>16.138</u>	<u>-</u>	<u>356.496</u>	<u>-</u>	<u>(152.449)</u>	<u>-</u>	<u>516.235</u>
<b>Resultado abrangente total</b>									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	281.634	281.634
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(161.328)	-	(161.328)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	1.131	-	1.131
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>									
Aumento de capital	9.176	(9.176)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	11.929	-	-	-	-	(11.929)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>									
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	196.057	-	(196.057)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(32.172)	(32.172)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/12/2019	-	-	-	-	-	-	-	(41.475)	(41.475)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>249.321</u>	<u>46.729</u>	<u>28.067</u>	<u>-</u>	<u>356.496</u>	<u>196.057</u>	<u>(312.646)</u>	<u>-</u>	<u>564.024</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>422.734</b>	<b>273.530</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Amortização	114.413	100.231
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	12.750	29.867
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	69.868	51.571
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	23.242	59.725
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	22.711	16.372
Perda (ganho) na baixa de não circulante	21.746	9.360
	<u>687.464</u>	<u>540.656</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(93.428)	(185.556)
Tributos a compensar	12.549	(4.915)
Depósitos judiciais	20.170	3.576
Ativo financeiro setorial	275.242	(118.416)
Contas a receber - CDE	(16.559)	19.981
Outros ativos operacionais	31.041	(39.418)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	175.825	(133.716)
Outros tributos e contribuições sociais	12.137	(25.788)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(34.459)	(25.475)
Taxas regulamentares	13.990	(88.942)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(71.864)	(23.686)
Passivo financeiro setorial	25.528	(27.000)
Contas a pagar - CDE	(8.004)	3.796
Outros passivos operacionais	34.676	(8.419)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>1.064.308</b>	<b>(113.322)</b>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(104.085)	(92.345)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(130.876)	(78.190)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>829.347</b>	<b>(283.857)</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(100.003)	(2.040)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	5.425	2.573
Adições de ativo contratual	(246.764)	(270.252)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento</b>	<b>(341.342)</b>	<b>(269.719)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e debêntures	436.484	1.072.004
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(853.355)	(850.114)
Liquidação de operações com derivativos	112.050	77.442
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(37.935)	(28.445)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(342.756)</b>	<b>270.887</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>145.249</b>	<b>(282.689)</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>91.770</b>	<b>374.459</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>237.019</b>	<b>91.770</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**

**Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Em milhares de Reais)

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>1 - Receita</b>	<b>6.957.250</b>	<b>6.395.313</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	6.765.398	6.181.572
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	261.719	265.311
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(69.868)	(51.571)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(3.882.073)</b>	<b>(3.566.687)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(3.357.177)	(3.039.412)
2.2 Material	(167.389)	(179.747)
2.3 Serviços de terceiros	(249.410)	(249.558)
2.4 Outros	(108.097)	(97.970)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>3.075.177</b>	<b>2.828.626</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(114.655)</b>	<b>(100.411)</b>
4.1 Amortização	(114.655)	(100.411)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>2.960.522</b>	<b>2.728.215</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>112.969</b>	<b>105.463</b>
6.1 Receitas financeiras	112.969	105.463
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>3.073.491</b>	<b>2.833.678</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>168.028</b>	<b>154.155</b>
8.1.1 Remuneração direta	82.566	79.694
8.1.2 Benefícios	77.393	66.764
8.1.3 F.G.T.S	8.069	7.696
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>2.479.098</b>	<b>2.341.687</b>
8.2.1 Federais	1.308.220	1.295.259
8.2.2 Estaduais	1.168.158	1.044.049
8.2.3 Municipais	2.720	2.379
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>144.731</b>	<b>155.182</b>
8.3.1 Juros	140.213	150.662
8.3.2 Aluguéis	4.519	4.520
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>281.634</b>	<b>182.654</b>
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	41.475	37.304
8.4.2 Dividendo (incluindo adicional proposto)	228.229	6.226
8.4.3 Lucros retidos	11.929	139.125
	<b>3.073.491</b>	<b>2.833.678</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2018, exceto quando especificado de outra forma.

## 1. Considerações iniciais

Em 2019, a CPFL Piratininga cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 1,8 milhão de clientes, em 27 municípios do Estado de São Paulo.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram um aumento de 1,0% em relação ao exercício de 2018. Destaca-se a classe residencial, que registrou um crescimento de 3,1% ante 2018.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

## 2. Comentário sobre a conjuntura

### **Ambiente macroeconômico**

Após três anos de forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular em 2017, 2018 e 2019.

Alguns choques se abateram sobre a economia brasileira em 2019. Cabe citar a tragédia de Brumadinho, que levou a forte queda da extração de minério de ferro; a continuidade da recessão argentina, que prejudicou as exportações brasileiras, especialmente de manufaturados; e a própria desaceleração da economia e do comércio mundiais. Em essência, foram os mesmos fatores que impuseram uma retração à produção da indústria em 2019, a despeito do crescimento da demanda doméstica.

Com o ritmo muito moderado da economia, a ociosidade dos fatores de produção permaneceu bastante elevada, o que se refletiu em níveis muito baixos da inflação

(especialmente das suas medidas de núcleo). Este contexto, somado à consolidação da perspectiva de aprovação da reforma da Previdência, acabou por levar o Banco Central a voltar a flexibilizar a política monetária, levando os juros a novos patamares mínimos históricos (tanto em termos reais como nominais), ao longo do segundo semestre.

A aprovação da reforma da previdência, que evitará forte escalada dos gastos previdenciários a longo prazo, consolidou a visão de que estaria em curso uma queda estrutural das taxas de juros, de forma que a curva de juros, como um todo, sofreu uma forte correção, com recuo das taxas longas.

O impulso monetário, consoante à injeção pontual de recursos na economia (FGTS, PIS-PASEP, 13º do Bolsa Família), começa a tracionar a economia ao final de 2019. Dados melhores são vistos no crédito, comércio, em alguns segmentos de serviços e da indústria. Até mesmo a construção civil, segmento que sofreu as consequências da crise de forma mais profunda e prolongada, emite os primeiros sinais de certa recomposição.

A queda de juros no front doméstico levou também à troca de financiamentos externos (mais caros) por crédito doméstico, isento de risco cambial e mais acessível neste momento de expansão monetária - não apenas via sistema bancário, mas, também, e crescentemente, pelo mercado de capitais. Concomitantemente ao aumento das captações via emissões de ações e títulos, cresceu a demanda por dólares no mercado à vista para quitação das dívidas junto aos credores internacionais, o que levou a alguma pressão sobre a cotação do real. Nada capaz de alterar as projeções de inflação ou as perspectivas para a política monetária.

2019 se encerra, assim, com a economia ganhando tração e efeitos defasados da expansão monetária ainda por serem verificados. A inflação sofre os efeitos da mudança de preços relativos das proteínas, reflexo do repentino encolhimento do rebanho suíno chinês - mas esse elemento não suscita preocupação no horizonte relevante de política monetária. O Copom sinaliza que agirá com cautela, de modo que a taxa Selic deverá recuar pouco ou nada em 2020.

As projeções apresentadas pelo próprio Banco Central vão na direção de manutenção do baixo patamar dos juros por tempo prolongado. Enquanto o diferencial diminuto de juros internos/externos reduz o apetite do investidor em renda fixa, o diferencial de crescimento deve se traduzir em incentivo à entrada de recursos externos no país para investimentos, contendo depreciações adicionais da moeda e podendo até mesmo trazer moderada apreciação. O próprio ambiente internacional tende a contribuir para um ano de maior interesse por países emergentes, e a recente revisão da perspectiva do rating brasileiro pela S&P corrobora essa melhora de expectativa.

A diluição de incertezas observada neste final de ano sugere que 2020 pode ser um ano de menor tensão e volatilidade nos mercados, com reflexos benignos sobre a nossa economia. No entanto, os riscos de recrudescimento de incertezas nos parecem ainda relevantes. No cenário externo, as eleições norte-americanas prometem trazer momentos de tensão, bem como a própria precariedade do acordo recém-saído do forno entre EUA e China. No front doméstico, o risco de recrudescimento de tensões políticas também não é desprezível, lembrando que a agenda econômica pós-Previdência é mais difusa. Por fim, é preciso alertar que há dois "bodes fiscais" que podem trazer incômodo no curto prazo. O primeiro é a situação dos entes subnacionais: são poucos os estados que têm comprometimento menor do que 90% das receitas com despesas correntes (e o episódio recente da cidade do Rio de Janeiro, que suspendeu pagamentos, é exemplo do ambiente delicado em que o

chamado pacto federativo será conduzido). O outro é o teto de gastos públicos: se não for flexibilizado, seu cumprimento exigirá esforço fiscal draconiano (sobretudo a partir de 2021), com potencial efeito restritivo sobre a economia.

Assim, as expectativas para o crescimento da economia brasileira continuam apontando para uma recuperação em ritmo maior do que o atual. A mediana das projeções das instituições de mercado antecipa uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,1% em 2019 para cerca de 2,2% em 2020<sup>1</sup>. A demanda externa enfraquecida e as medidas de ajuste fiscal, que pesam sobre o consumo do governo e sobre o investimento público, tendem a limitar a velocidade da recuperação no curto prazo.

## Tarifas de energia elétrica

### Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 2019:

Em 22 de outubro de 2019, por meio da Resolução Homologatória nº 2.627, a Aneel homologou o resultado da quinta Revisão Tarifária Periódica da CPFL Piratininga. As tarifas de energia elétrica da distribuidora foram reposicionadas em 1,88%, sendo -5,40% relativos ao Reposicionamento Tarifário Econômico e 7,28% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário, correspondendo a um efeito médio de -7,80% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reposicionamento econômico foi de -6,64% e da Parcela B de 1,24%. As novas tarifas entraram em vigor em 23 de outubro de 2019.

## 3. Desempenho operacional

**Clientes:** a CPFL Piratininga encerrou o ano com 1,8 milhão de clientes, com acréscimo de 33 mil consumidores, representando um crescimento de 1,9%.

### Vendas de energia

Em 2019, as vendas para o mercado cativo totalizaram 7.963 GWh, um aumento de 1,0% (77 GWh) em relação a 2018.

Destacam-se as classes residencial e comercial, que juntas representam 73,5% do total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora:

- **Classes Residencial e Comercial:** aumentos de 3,1% e 3,0%, respectivamente, refletindo efeitos de temperaturas mais altas em 2019 em relação à 2018;
- **Classe Industrial:** redução de 11,0%, refletindo principalmente a migração de clientes para o mercado livre.

---

<sup>1</sup> Dados da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil, referentes à 26/02/2020.

**Nota:** as vendas para o mercado cativo não consideram a informação sobre a energia vendida por meio do Mecanismo de Vendas de Excedentes (MVE), ocorrida em 2019, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional".

## Qualidade dos serviços prestados

**Atendimento ao cliente:** a CPFL Piratininga obteve em 2019 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 77,5%, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee. O índice foi superior à média nacional de 70,3%.

**Fornecimento de energia:** a CPFL Piratininga desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2019, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 6,48 horas, e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,34 vezes, entre os menores do setor.

## 4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

**Receita operacional:** a receita operacional bruta foi de R\$ 7.027 milhões em 2019, representando um aumento de 9,0% (R\$ 580 milhões), decorrente dos aumentos: (i) de 9,6% (R\$ 470 milhões) no fornecimento de energia elétrica; (ii) de 288,1% (R\$ 471 milhões) no suprimento de energia elétrica; (iii) de 10,2% (R\$ 93 milhões) em outras receitas; e (iv) de 103,6% (R\$ 41 milhões) na atualização do ativo financeiro da concessão. Esses aumentos foram parcialmente compensados pela variação de R\$ 491 milhões nos ativos e passivos financeiros setoriais e pela redução de 1,4% (R\$ 4 milhões) na receita com construção de infraestrutura.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 2.682 milhões em 2019, representando um aumento de 4,5% (R\$ 114 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 4.345 milhões em 2019, representando um aumento de 12,0% (R\$ 466 milhões).

**Geração operacional de caixa (EBITDA):** o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

**Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA (R\$ mil)**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Lucro Líquido</b>	<b>281.634</b>	<b>182.654</b>
Amortização	114.413	100.231
Resultado Financeiro	30.928	48.548
Contribuição Social	39.707	24.132
Imposto de Renda	101.393	66.743
<b>EBITDA</b>	<b>568.076</b>	<b>422.308</b>

Em 2019, a Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 568 milhões, representando um aumento de 34,5% (R\$ 146 milhões), devido ao aumento de 12,0% (R\$ 466 milhões) na receita líquida e à redução de 1,4% (R\$ 4 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor. Estas variações foram parcialmente compensadas pelos seguintes fatores: (i) aumento de 10,8% (R\$ 293 milhões) no custo com energia elétrica; e (ii) aumento de 6,5% (R\$ 30 milhões) no PMSO (despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros, Outros Custos/Despesas Operacionais e Entidade de Previdência Privada).

O aumento de 6,5% (R\$ 30 milhões) no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 4,3% (R\$ 6 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Redução de 4,5% (R\$ 1 milhão) nas despesas com material;
- ✓ Redução de 0,4% (R\$ 1 milhão) nas despesas com serviços de terceiros.
- ✓ Aumento de 15,8% (R\$ 19 milhões) em outros custos/despesas operacionais;
- ✓ Aumento de 38,7% (R\$ 6 milhões) no item Entidade de Previdência Privada;

**Lucro líquido:** a CPFL Piratininga apurou lucro líquido de R\$ 282 milhões em 2019, representando um aumento de 54,2% (R\$ 99 milhões), refletindo o aumento de 34,5% (R\$ 146 milhões) no EBITDA e a redução de 36,3% (R\$ 18 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Estas variações foram parcialmente compensadas pelos aumentos (i) de R\$ 50 milhões no Imposto de Renda e Contribuição Social e (ii) de 14,2% (R\$ 14 milhões) na amortização.

**Endividamento:** no final de 2019, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Piratininga atingiu R\$ 1.641 milhões, representando uma redução de 15,3%.

## 5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 247 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

## 6. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

A CPFL Piratininga desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visam promover o desenvolvimento sustentável e são incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir.

**Plano de sustentabilidade:** definição da estratégia de sustentabilidade com foco em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

**Plataforma de sustentabilidade:** ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

**Comitê de sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

**Mudança do Clima:** atuamos com foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, nas frentes de Gestão de Emissões de GEE, Gestão de riscos e oportunidades, Inovação, Engajamento e divulgação.

**Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE):** O Programa de Integridade assegura os mecanismos adequados para promover a cultura ética, alinhada aos princípios do grupo CPFL Energia. O programa possui 4 pilares compostos por procedimentos que evidenciam, inclusive, o apoio da alta administração, diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ferramentas de

comunicação como treinamentos e o canal externo de ética, avaliação e monitoramento. Podemos destacar ações ocorridas/implementadas do Programa de Integridade, tais como: A manutenção do Selo Pró-Ética 2018/2019. O prêmio foi concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seleto grupo de 26 empresas dentre 373 participantes, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude, o treinamento presencial/e-learning do Programa de Integridade para 5.462 colaboradores do grupo CPFL, a implantação da Conversa Mensal de Integridade – CMI em todas unidades do grupo CPFL, Dia da Integridade que contou com a palestra do professor e filósofo Mário Sérgio Cortella. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em 2019 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

## 7. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela CPFL Piratininga para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2019, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária, regulatória e Sox).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox, os seguintes serviços:

<b>Natureza</b>	<b>Contratação</b>	<b>Duração</b>
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Asseguração de informações para o BNDES	24/06/2019	3 meses
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Outros serviços de <i>compliance</i> tributário	01/09/2017	24 meses

Contratamos um total de R\$ 123 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 38% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox referentes ao exercício social de 2019 da Companhia.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

## **8. Agradecimentos**

A Administração da CPFL Piratininga agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2019. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

### ***A Administração***

**Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).**

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
**(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,8 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

**Capital Circulante Líquido Negativo:**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 58.677. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

**( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“[www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)”) e da Companhia (“[www.cpf.com.br](http://www.cpf.com.br)”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 4 de março de 2020.

**2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos

mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 32);
- Nota 12 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos); e
- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

### **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

### **2.5 Demonstração do valor adicionado**

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do

pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 2.6 Nova apresentação das demonstrações financeiras de 2018 – abertura de linhas

A partir de 2019, com o objetivo de realizar melhorias na forma de apresentação das demonstrações financeiras para monitoramento dos resultados pela Administração da Companhia, através de uma melhor análise das contas de custos e despesas, a Companhia passou a efetuar abertura da linha de amortização nas demonstrações dos resultados.

Para fins de comparabilidade, esta mudança foi aplicada retrospectivamente conforme CPC 23, e, portanto, a Companhia está rerepresentando as demonstrações financeiras de 2018 com a mesma abertura. Não houve alterações entre as naturezas de custos e despesas.

A tabela a seguir resume os impactos:

	2018		
	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.879.542</b>	-	<b>3.879.542</b>
<b>Custo do serviço</b>			
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>(2.725.556)</b>	-	<b>(2.725.556)</b>
<b>Custo com operação</b>	<b>(273.260)</b>	-	<b>(273.260)</b>
Amortização	-	(85.031)	(85.031)
Outros custos com operação	-	(188.229)	(188.229)
<b>Custo com serviço prestado a terceiros</b>	<b>(265.647)</b>	-	<b>(265.647)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>615.079</b>	-	<b>615.079</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Despesas com vendas</b>	<b>(136.034)</b>	-	<b>(136.034)</b>
Amortização	-	(641)	(641)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(51.571)	-	(51.571)
Outras despesas com vendas	(84.463)	641	(83.822)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>(147.622)</b>	-	<b>(147.622)</b>
Amortização	-	(14.559)	(14.559)
Outras despesas gerais e administrativas	-	(133.063)	(133.063)
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(9.346)</b>	-	<b>(9.346)</b>
<b>Resultado do serviço</b>	<b>322.078</b>	-	<b>322.078</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	98.579	-	98.579
Despesas financeiras	(147.127)	-	(147.127)
	<b>(48.548)</b>	-	<b>(48.548)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>273.530</b>	-	<b>273.530</b>
Contribuição social	(24.132)	-	(24.132)
Imposto de renda	(66.743)	-	(66.743)
	<b>(90.876)</b>	-	<b>(90.876)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>182.654</b>	-	<b>182.654</b>

### ( 3 ) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia em 1º de janeiro de 2019 descritas na nota explicativa 3.14.

### **3.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e/ou liquidez diária, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

### **3.2 Contratos de concessão**

O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 25).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

### 3.3 Instrumentos financeiros

#### - Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os direitos de indenização ao final do prazo de concessão da Companhia estão classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e as alterações no valor justo deste ativo são registrados no resultado do exercício.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas

pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### **Avaliação do modelo de negócio:**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

#### **- Passivos financeiros**

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data

de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32.

#### **- Capital social**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

#### **3.4 Intangível e Ativo contratual**

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível, de vida útil definida, é amortizado pelo prazo de concessão, de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

A partir de 1º de janeiro de 2018, os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

#### **3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)**

##### **- Ativos financeiros**

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado, como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por

agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

#### **- Ativos não financeiros**

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que

eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

### **3.6 Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

### **3.7 Benefícios a empregados**

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo considerada Patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

### **3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio**

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros

sobre capital próprio intermediários, na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

### **3.9 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

### **3.10 Imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### **3.11 Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

### **3.12 Subvenção governamental - CDE**

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) (nota 25.3) referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato, nos termos do CPC 07.

### **3.13 Ativo e passivo financeiro setorial**

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada quatro anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. A receita da Companhia é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificável como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em

infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

### **3.14 Novas normas e interpretações vigentes**

As seguintes normas foram emitidas e/ou revisadas pelo CPC, as quais entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2019:

#### **a) CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil**

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação. O CPC 06 (R2) é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, eliminando a antiga classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil).

Para os contratos nos quais a Companhia atua como arrendatária, como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, os valores resultantes do ativo de direito de uso, bem como do passivo de arrendamento foram imateriais.

#### **b) ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

Emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela Companhia.

O ICPC 22 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou a interpretação e o impacto da adoção da norma foi a reclassificação dos saldos de provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro para a rubrica de Imposto de renda e contribuição social a recolher (nota 20).

#### **c) Melhorias Anuais aos CPCs / Ciclo 2015 – 2017 – revisão de Pronunciamentos técnicos nº 13 do CPC (deliberação CVM 802/18)**

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para os CPCs, conforme são levantadas ao longo do ano. Em 12 de dezembro de 2017 foram publicadas medidas referentes ao ciclo 2015-2017, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019:

CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: esclarece os requisitos sobre as exigências dos efeitos do reconhecimento do imposto de renda de dividendos referentes as transações ou eventos que geraram lucros a distribuir.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos: esclarece que se qualquer empréstimo permanecer em aberto após o ativo relacionado estar disponível para uso ou venda, esse empréstimo torna-se parte dos recursos que uma entidade toma emprestado geralmente ao calcular a taxa de capitalização sobre empréstimos em geral.

Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33): essa alteração esclarece que, a entidade que possuir um passivo (ativo) líquido de benefício definido deve determinar o custo do serviço atual utilizando as premissas atuariais determinadas no início do período de relatório anual. Além disso, quando um plano for liquidado, reduzido ou alterado, a entidade deve remensurar o passivo (ativo) líquido do benefício definido para determinar o custo do serviço passado ou um ganho ou uma perda na liquidação.

Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alteração no CPC 38): essa alteração esclarece que, se uma condição específica de compensação financeira antecipada por parte do mutuário/devedor for atendida, a empresa detentora do ativo financeiro em questão estará autorizada a mensurar a liquidação desse valor pelo custo amortizado e não apenas pelo valor justo por meio do resultado.

Durante o exercício de 2019, nenhuma operação realizada pela Companhia foi aplicável para fins de análise e interpretação das melhorias efetivadas pelo ciclo 2015-2017 dos CPCs.

**d) 3.15 Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente - revisão de Pronunciamentos técnicos nº 14 do CPC (deliberação CVM 836/19)**

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações dos CPCs foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

Definição de Negócios (Alterações no CPC 15 (R1)): essa alteração esclarece a definição de 'negócio', visando facilitar a decisão das empresas sobre como classificar a aquisição de um conjunto de atividades e de ativos entre uma combinação de negócios efetiva ou simplesmente uma aquisição de grupos de ativos.

Iniciativa de Divulgação – Definição de Material (Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23): essa alteração esclarece a definição de 'material', visando ajudar as empresas a fazer um melhor julgamento para definir se a informação sobre determinado item, transação ou outro evento deve ser divulgada nas demonstrações financeiras sem alterar substancialmente os requisitos existentes.

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

#### **( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

#### - Intangível e ativo contratual:

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

#### - Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

### ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018
Saldos bancários	54.736	91.577
Aplicações financeiras	182.283	193
Títulos de crédito privado	182.283	193
<b>Total</b>	<b>237.019</b>	<b>91.770</b>

**Títulos de crédito privado:** corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 87.874 (R\$ 193 em 31 de dezembro de 2018); e (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 94.409, ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 79,88% do CDI.

### ( 6 ) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	31/12/2019	31/12/2018
Aplicação direta	100.105	-
<b>Total</b>	<b>100.105</b>	<b>-</b>

Refere-se a valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), cuja remuneração é equivalente à média de 100% do CDI, com vencimento em setembro de 2020.

## ( 7 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>					
<b>Classes de consumidores</b>					
Residencial	138.418	107.710	18.397	264.525	292.621
Industrial	37.705	14.715	23.769	76.189	70.960
Comercial	54.357	14.445	5.375	74.177	84.256
Rural	2.450	1.084	118	3.652	3.762
Poder público	11.046	1.478	236	12.761	13.422
Iluminação pública	10.062	212	23	10.297	12.849
Serviço público	13.171	956	2.657	16.783	20.649
<b>Faturado</b>	<b>267.209</b>	<b>140.600</b>	<b>50.575</b>	<b>458.384</b>	<b>498.519</b>
Não faturado	213.103	-	-	213.103	231.314
Parcelamento de débito de consumidores	33.165	7.807	8.878	49.850	44.174
Operações realizadas na CCEE	117.115	-	-	117.115	41.941
Concessionárias e permissionárias	12.233	-	-	12.233	3.100
	<b>642.825</b>	<b>148.407</b>	<b>59.453</b>	<b>850.685</b>	<b>819.047</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(84.534)	(71.829)
<b>Total</b>				<b>766.152</b>	<b>747.218</b>
<b>Não circulante</b>					
Parcelamento de débito de consumidores	12.632	-	-	12.632	7.886
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
<b>Total</b>	<b>20.840</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.840</b>	<b>16.094</b>

**Parcelamento de débitos de consumidores:** refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores, principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos dispõe de garantia de pagamento pelos devedores, principalmente através de repasse de arrecadação de ICMS com interveniência bancária.

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32 – Instrumentos Financeiros, em Risco de crédito.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>(52.248)</b>	<b>(2.785)</b>	<b>(55.033)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(87.276)	382	(86.894)
Recuperação de receita	35.323	-	35.323
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	(17.877)	(299)	(18.176)
Baixa de contas a receber provisionadas	50.248	-	50.248
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(71.829)</b>	<b>(2.702)</b>	<b>(74.531)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(130.997)	(119)	(131.117)
Recuperação de receita	61.249	-	61.249
Baixa de contas a receber provisionadas	57.043	-	57.043
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>(84.534)</b>	<b>(2.822)</b>	<b>(87.356)</b>

**( 8 ) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	2.191
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	378	8.151
Imposto de renda e contribuição social a compensar	922	1.110
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>1.300</b>	<b>11.452</b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.517	5.546
ICMS a compensar	16.371	15.279
Programa de integração social - PIS	714	938
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.191	4.222
Outros	49	96
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>24.843</b>	<b>26.081</b>
<b>Total circulante</b>	<b>26.143</b>	<b>37.533</b>
<b>Não circulante</b>		
ICMS a compensar	24.319	24.637
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>24.319</b>	<b>24.637</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>24.319</b>	<b>24.637</b>

**Imposto de renda retido na fonte – IRRF:** refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

**ICMS a compensar:** refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

**( 9 ) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL**

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2018			Receita operacional (nota 29)		Resultado financeiro (nota 28)	Saldo em 31/12/2019		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	99.553	334.513	434.064	(17.068)	(349.648)	14.797	10.269	71.878	82.146
CVA (*)									
CDE (**)	40.813	35.138	75.950	(70.068)	(41.081)	2.265	(59.562)	26.629	(32.933)
Custos energia elétrica	35.145	185.046	220.191	(21.643)	(180.583)	7.327	38.981	(13.689)	25.291
ESS e EER (***)	(49.147)	(150.633)	(199.780)	(67.201)	167.803	(8.227)	(32.157)	(75.247)	(107.404)
Proinfia	-	2.881	2.881	16.686	(6.313)	745	-	13.999	13.999
Rede básica	(17.034)	24.439	7.405	33.377	(23.260)	78	18.951	(1.350)	17.601
Repasse de Itaipu	109.639	193.145	302.783	146.065	(226.895)	14.623	93.481	143.096	236.577
Transporte de Itaipu	2.546	10.366	12.912	5.766	(11.527)	512	2.510	5.152	7.662
Neutralidade dos encargos setoriais	(3.593)	(13.953)	(17.547)	(6.306)	14.754	(134)	(5.857)	(3.376)	(9.233)
Sobrecontratação	(18.816)	48.084	29.269	(53.744)	(42.547)	(2.391)	(46.078)	(23.336)	(69.414)
Outros componentes financeiros	(128.911)	(67.689)	(196.600)	(7.706)	73.653	(5.702)	(13.160)	(123.195)	(136.355)
<b>Total</b>	<b>(29.358)</b>	<b>266.824</b>	<b>237.466</b>	<b>(24.774)</b>	<b>(275.996)</b>	<b>9.096</b>	<b>(2.891)</b>	<b>(51.317)</b>	<b>(54.208)</b>
<b>Ativo circulante</b>			283.497						44.311
<b>Passivo não circulante</b>			(46.031)						(98.519)

(\*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(\*\*) Conta de desenvolvimento energético

(\*\*\*) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

**CVA:** referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos

tarifários subsequentes.

**Neutralidade dos encargos setoriais:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados relativos a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

**Sobrecontratação:** as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

**Outros componentes financeiros:** refere-se principalmente à: (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, valores em constituição e valores já homologados e que passaram a ser amortizados a partir do 6º ciclo de revisão tarifária periódica até a próxima revisão tarifária, e (ii) efeito tarifário decorrente de acordo bilateral entre partes signatárias de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

## ( 10 ) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

### 10.1 Composição dos créditos fiscais:

	31/12/2019	31/12/2018
<b><u>Crédito (Débito) de contribuição social</u></b>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	9.145	10.180
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	11.110	(3.842)
<b>Subtotal</b>	<b>20.255</b>	<b>6.338</b>
<b><u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u></b>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	31.385	34.938
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	30.600	(10.935)
<b>Subtotal</b>	<b>61.985</b>	<b>24.002</b>
<b>Total</b>	<b>82.240</b>	<b>30.340</b>

### 10.2 Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No exercício de 2019, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,37% (3,53% em 2018).

### 10.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2019		31/12/2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.738	13.162	9.744	27.067
Entidade de previdência privada	3.983	11.064	2.891	8.030
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.862	21.839	6.708	18.633
Provisão energia livre	2.113	5.868	1.994	5.538
Programas de P&D e eficiência energética	6.474	17.982	5.022	13.949
Provisão relacionada a pessoal	923	2.565	829	2.303
Derivativos	(9.386)	(26.073)	(17.862)	(49.617)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(969)	(2.691)	(1.078)	(2.996)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(38.047)	(105.686)	(30.849)	(85.693)
Perdas atuariais	3.541	9.835	3.541	9.835
Marcação a Mercado - Derivativos	(2.941)	(8.171)	(31)	(85)
Marcação a Mercado - Dívidas	3.012	8.366	238	661
Outros	96	6	950	2.376
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Perdas atuariais	31.228	86.748	15.425	42.850
Marcação a Mercado - Derivativos	(141)	(392)	(26)	(71)
Marcação a Mercado - Dívidas	(1.376)	(3.824)	(1.337)	(3.716)
<b>Total</b>	<b>11.110</b>	<b>30.600</b>	<b>(3.842)</b>	<b>(10.935)</b>

### 10.4 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, estão baseados no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

#### Expectativa de recuperação

2020	30.625
2021	27.035
2022	23.045
2023	12.833
2024	12.833
2025 a 2027	28.599
2028	141.767
<b>Total</b>	<b>276.735</b>

### 10.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2019 e 2018:

	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>422.734</b>	<b>422.734</b>	<b>273.530</b>	<b>273.530</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(2.540)	(2.540)	-	-
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	31.727	31.727	29.536	29.536
Juros sobre o capital próprio	(41.475)	(41.475)	(37.304)	(37.304)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	3.501	(4.872)	2.374	1.211
<b>Base de cálculo</b>	<b>413.947</b>	<b>405.574</b>	<b>268.136</b>	<b>266.973</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Crédito (Débito) fiscal apurado</b>	<b>(37.255)</b>	<b>(101.394)</b>	<b>(24.132)</b>	<b>(66.743)</b>
Provisão para riscos fiscais	(2.452)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(39.707)</b>	<b>(101.393)</b>	<b>(24.132)</b>	<b>(66.743)</b>
Corrente	(37.976)	(95.906)	(17.982)	(48.837)
Diferido	(1.731)	(5.487)	(6.150)	(17.906)

(\*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício de R\$ 7.459 (R\$ 24.056 em 2018) refere-se a (i) prejuízo fiscal e base negativa R\$ 3.076 em 2018, (ii) benefício fiscal do intangível incorporado R\$ 4.588 (R\$ 4.588 em 2018) e (iii) diferenças temporárias R\$ 2.871 (R\$ 16.392 em 2018).

#### 10.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2019 e 2018 foram os seguintes:

	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Perdas/ (ganhos) atuariais</b>	221.029	221.029	78.108	78.108
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos apurados</b>	<b>(19.893)</b>	<b>(55.257)</b>	<b>(7.030)</b>	<b>(19.527)</b>
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	4.090	11.359	(1.122)	(3.119)
<b>Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais</b>	<b>(15.803)</b>	<b>(43.898)</b>	<b>(8.152)</b>	<b>(22.646)</b>
<b>Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros</b>	<b>(1.714)</b>	<b>(1.714)</b>	<b>(5.760)</b>	<b>(5.760)</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos apurados sobre o risco de crédito</b>	<b>154</b>	<b>429</b>	<b>518</b>	<b>1.440</b>
<b>Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>(15.649)</b>	<b>(43.469)</b>	<b>(7.633)</b>	<b>(21.206)</b>

#### ( 11 ) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>968.375</b>
Transferência - ativo contratual	132.829
Transferência - intangível em serviço	(245)
Ajuste ao valor justo	41.107
Baixas	(4.150)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>1.137.915</b>
Transferência - ativo contratual	208.045
Transferência - intangível em serviço	(9.656)
Ajuste ao valor justo	82.233
Baixas	(3.613)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>1.414.926</b>

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do exercício.

Em 2019, o valor das baixas de R\$ 3.613 (R\$ 4.150 em 2018) refere-se a baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 2.259 (R\$ 1.836 em 2018) e a baixa do ativo de R\$ 1.354 (R\$ 2.314 em 2018).

## ( 12 ) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos - Fundação CESP	2.036	530	678	678
Adiantamentos - fornecedores	869	1.031	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	6.804
Ordens em curso	22.933	24.840	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.931	1.679	-	-
Despesas antecipadas	11.378	55.516	770	932
Contas a receber - CDE	31.235	14.676	-	-
Adiantamentos a funcionários	3.717	2.943	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	6.501	5.277	-	-
Faturas diversas	2.169	2.584	-	-
Outros	12.897	17.709	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(2.822)	(2.702)	-	-
<b>Total</b>	<b>92.844</b>	<b>124.083</b>	<b>1.448</b>	<b>8.413</b>

**Ordens em curso:** compreende custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 22).

**Despesas antecipadas:** refere-se antecipação de despesas com licença software, IPTU, PROINFA e quota CDE.

**Contas a receber – CDE:** refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.461 (R\$ 1.396 em 31 de dezembro de 2018), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 28.774 (R\$ 13.269 em 31 de dezembro de 2017) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2018). (nota 25.3).

**( 13 ) INTANGÍVEL**

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso	
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>783.400</b>	<b>174.710</b>	<b>958.110</b>
Custo histórico	2.046.634	174.710	2.221.344
Amortização acumulada	(1.263.234)	-	(1.263.234)
Amortização	(100.411)	-	(100.411)
Transferência - ativo contratual	97.761	-	97.761
Transferência - ativo financeiro	245	-	245
Baixa e transferência - outros ativos	(8.389)	-	(8.389)
Adoção CPC 47	-	(174.710)	(174.710)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>772.607</b>	<b>-</b>	<b>772.607</b>
Custo histórico	2.108.934	-	2.108.934
Amortização acumulada	(1.336.327)	-	(1.336.327)
Amortização	(114.655)	-	(114.655)
Transferência - ativo contratual	152.159	-	152.159
Transferência - ativo financeiro	9.656	-	9.656
Baixa e transferência - outros ativos	(9.579)	-	(9.579)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>810.187</b>	<b>-</b>	<b>810.187</b>
Custo histórico	2.205.722	-	2.205.722
Amortização acumulada	(1.395.535)	-	(1.395.535)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2019 foram capitalizados R\$ 3.070 (R\$ 3.778 em 2018), ambos a uma taxa média de 8,09% a.a. (nota 28).

**Teste de redução ao valor recuperável**

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

## ( 14 ) ATIVO CONTRATUAL

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

<b>Saldo em 31/12/2017</b>	-
Adoção CPC 47	174.710
Adições	274.210
Transferência - intangível em serviço	(97.761)
Transferência - ativo financeiro	(132.829)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>218.331</b>
Adições	250.076
Transferência - intangível em serviço	(152.159)
Transferência - ativo financeiro	(208.045)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>108.202</b>

## ( 15 ) FORNECEDORES

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Encargos de serviço do sistema	396	10.944
Suprimento de energia elétrica	405.920	230.946
Encargos de uso da rede elétrica	45.686	38.645
Materiais e serviços	63.685	61.789
Energia livre	43.782	41.320
<b>Total</b>	<b>559.469</b>	<b>383.644</b>

## ( 16 ) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
Pré Fixado	61.108	-	(19.104)	2.124	-	(2.150)	41.978
Pós Fixado							
TJLP	56.290	-	(27.593)	3.620	-	(3.548)	28.769
TLP (IPCA)	176.027	55.000	-	15.374	-	(9.501)	236.899
Selic	30.149	-	(9.557)	2.229	-	(693)	22.127
CDI	-	125.000	(125.000)	7.607	-	(7.607)	-
<b>Total ao custo</b>	<b>323.574</b>	<b>180.000</b>	<b>(181.254)</b>	<b>30.954</b>	<b>-</b>	<b>(23.499)</b>	<b>329.774</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(5.315)</b>	<b>(1.214)</b>	<b>-</b>	<b>870</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.659)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	871.855	43.000	(417.686)	20.602	16.471	(22.352)	511.890
Euro	104.281	-	-	839	1.798	(835)	106.083
Marcação a mercado	(15.712)	-	-	11.569	-	-	(4.143)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>960.424</b>	<b>43.000</b>	<b>(417.686)</b>	<b>33.010</b>	<b>18.269</b>	<b>(23.187)</b>	<b>613.830</b>
<b>Total</b>	<b>1.278.683</b>	<b>221.786</b>	<b>(598.940)</b>	<b>64.834</b>	<b>18.269</b>	<b>(46.686)</b>	<b>937.945</b>
Circulante	472.957						334.332
Não Circulante	805.726						603.613

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo - Moeda Nacional</b>					
<b>Pré fixado</b>					
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 8% (a)	41.978	57.101	2011 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINAME	Pré fixado de 4,5%	-	4.007	2012 a 2019	Fiança da CPFL Energia
		<b>41.978</b>	<b>61.108</b>		
<b>Pós fixado</b>					
<b>TJLP</b>					
FINEM	TJLP + de 2,06% a 3,08% (b)	28.769	56.290	2012 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		<b>28.769</b>	<b>56.290</b>		
<b>TLP (IPCA)</b>					
FINEM	IPCA + 4,80% (b)	236.899	176.027	2020 a 2028	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
		<b>236.899</b>	<b>176.027</b>		
<b>SELIC</b>					
FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66% (c)	22.127	30.149	2016 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		<b>22.127</b>	<b>30.149</b>		
<b>Total ao custo</b>		<b>329.774</b>	<b>323.574</b>		
<b>Gastos com captação (*)</b>		<b>(5.659)</b>	<b>(5.315)</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira</b>					
<b>Dólar</b>					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,95% a 1,41%	288.374	697.437	2018 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 3,27%	223.516	174.417	2020 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		<b>511.890</b>	<b>871.855</b>		
<b>Euro</b>					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,80%	106.083	104.281	2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
<b>Marcação a mercado</b>		<b>(4.143)</b>	<b>(15.712)</b>		
<b>Total ao valor justo</b>		<b>613.830</b>	<b>960.424</b>		
<b>Total</b>		<b>937.945</b>	<b>1.278.683</b>		

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

**Taxa efetiva:**

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

(c) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classifica suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2019 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 4.143 (R\$ 15.712 em 31 de dezembro de 2018), que somados aos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 906 (perda de R\$ 7.929 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação cambial (nota 32), geraram um ganho total líquido de R\$ 5.049 (R\$ 7.783 em 31 de dezembro de 2018).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

### Ano de vencimento

2021	401.144
2022	44.129
2023	31.910
2024	29.027
2025	28.057
2026 a 2028	70.748
<b>Subtotal</b>	<b>605.015</b>
Marcação a mercado	(1.402)
<b>Total</b>	<b>603.613</b>

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada % a.a.		% da dívida	
	2019	2018	31/12/2019	31/12/2018
TJLP	6,30	6,72	3,07	4,40
TLP (IPCA)	4,20	3,69	25,26	13,77
CDI	5,97	6,40	65,44	75,11
Outros			6,23	6,72
			100,00	100,00

### Adições no exercício:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
		em 2019	Líquido dos gastos de captação					
<b>Moeda nacional</b>								
CDI - Nota Promissória	125.000	125.000	124.818	Parcela única com principal	Parcela única em dezembro de 2019	Capital de Giro	103,4% do CDI	104,95% do CDI
TLP (IPCA) - FINEM	347.264	55.000	53.968	Mensal	Mensal a partir de abril de 2020	Investimento	IPCA + 4,80%	IPCA + 5,45%
<b>Moeda Estrangeira</b>								
Dólar - Lei 4131	43.000	43.000	43.000	Semestral	Parcela única em setembro de 2020	Capital de Giro	USD + 1,96%	USD + 1,96%
	<u>515.264</u>	<u>223.000</u>	<u>221.786</u>					

### Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia e da controladora indireta State Grid Brazil Power Participações S.A. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

### Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a um índice que varia entre 3,50 e 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,9.

### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

#### Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A.

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

### ( 17 ) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo - Pós fixado</b>						
CDI	595.777	215.000	(254.415)	35.032	(43.369)	548.025
IPCA	64.775	-	-	5.822	(3.340)	67.256
<b>Total ao custo</b>	<b>660.552</b>	<b>215.000</b>	<b>(254.415)</b>	<b>40.854</b>	<b>(46.709)</b>	<b>615.281</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(7.074)</b>	<b>(302)</b>	<b>-</b>	<b>1.555</b>	<b>-</b>	<b>(5.821)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo - Pós fixado</b>						
IPCA	201.913	-	-	19.178	(10.690)	210.401
Marcação a mercado	3.489	-	-	18.824	-	22.313
<b>Total ao valor justo</b>	<b>205.402</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.002</b>	<b>(10.690)</b>	<b>232.714</b>
<b>Total</b>	<b>858.878</b>	<b>214.698</b>	<b>(254.415)</b>	<b>80.411</b>	<b>(57.399)</b>	<b>842.174</b>
<b>Circulante</b>	<b>60.508</b>					<b>53.281</b>
<b>Não circulante</b>	<b>798.370</b>					<b>788.893</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/12/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo - Pós fixado</b>						
CDI	107% a 109,5 % do CDI CDI + 0,83%	(a)	548.025	595.777	2018 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 5,2901%	(b)	67.256	64.775	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
<b>Total ao custo</b>			<b>615.280</b>	<b>660.552</b>		
	<b>Gastos com captação (*)</b>		<b>(5.821)</b>	<b>(7.074)</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo - Pós fixado</b>						
IPCA	IPCA + 5,80%	(b)	210.401	201.913	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
<b>Marcação a mercado</b>			<b>22.313</b>	<b>3.489</b>		
<b>Total ao valor justo</b>			<b>232.714</b>	<b>205.402</b>		
<b>Total</b>			<b>842.174</b>	<b>858.878</b>		

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32

**Taxa efetiva a.a:**

(a) De 107,84% a 110,77% do CDI / CDI + 0,89%

(b) IPCA +5,42 a 6,31%

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2019 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 22.313 (R\$ 3.489 em 31 de dezembro de 2018), que compensados pelos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 33.347 (R\$ 9.936 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 32), geraram um ganho total líquido de R\$ 11.034 (R\$ 6.447 em 31 de dezembro de 2018).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2021	159.753
2022	122.052
2023	139.629
2024	242.679
2025	102.467
<b>Subtotal</b>	<b>766.580</b>
<b>Marcação a mercado</b>	<b>22.313</b>
<b>Total</b>	<b>788.893</b>

## Adições no exercício:

Modalidade	Emissão	Quantidade emitida	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização principal	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Destinação do recurso
			em 2019	Líquido dos gastos de emissão					
Moeda nacional - CDI									
Debentures	11ª emissão	215.000	215.000	214.698	Semestral	2 parcelas anuais a partir de maio de 2023	107% do CDI	107,84% do CDI	(a)

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro da Companhia

## Pré-pagamento:

No ano de 2019, foi liquidado antecipadamente R\$ 215.000 de debênture cujo vencimento original era em janeiro de 2021.

## Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

## Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

## ( 18 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características:

### 18.1 Características

A Companhia, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da Companhia), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 2 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS") na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- (ii) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que

concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a Companhia e os participantes.

- (iii) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

## 18.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.773.089	1.416.391
Valor justo dos ativos do plano	<u>(1.353.050)</u>	<u>(1.205.647)</u>
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b><u>420.039</u></b>	<b><u>210.744</u></b>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>
<b>Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2017</b>	<b><u>1.247.462</u></b>	<b><u>(1.105.738)</u></b>
Custo do serviço corrente bruto	4.365	-
Rendimento esperado no exercício	-	(102.621)
Juros sobre obrigação atuarial	114.628	-
Contribuições de participantes vertidas no exercício	2.078	(2.078)
Contribuições de patrocinadoras	-	(25.460)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(57.432)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	135.540	-
Benefícios pagos no exercício	<u>(87.682)</u>	<u>87.682</u>
<b>Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2018</b>	<b><u>1.416.391</u></b>	<b><u>(1.205.647)</u></b>
Custo do serviço corrente bruto	5.449	-
Rendimento esperado no exercício	-	(107.795)
Juros sobre obrigação atuarial	125.059	-
Contribuições de participantes vertidas no exercício	1.886	(1.886)
Contribuições de patrocinadoras	-	(34.444)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(99.905)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(77)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	321.011	-
Benefícios pagos no exercício	<u>(96.628)</u>	<u>96.628</u>
<b>Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2019</b>	<b><u>1.773.089</u></b>	<b><u>(1.353.050)</u></b>

## 18.3 Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Passivo atuarial líquido no início do exercício</b>	<b>210.744</b>	<b>141.724</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	22.711	16.372
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(34.444)	(25.460)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(77)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	321.011	135.540
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(99.905)	(57.432)
<b>Passivo atuarial líquido no final do exercício</b>	<b>420.039</b>	<b>210.744</b>
Outras contribuições	607	623
<b>Total passivo</b>	<b>420.647</b>	<b>211.366</b>
Circulante	29.603	20.626
Não circulante	391.044	190.740

#### 18.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2020 estão apresentadas no montante de R\$ 40.263.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

##### Ano de pagamento

2020	99.957
2021	104.651
2022	108.695
2023	113.023
2024 a 2028	774.546
<b>Total</b>	<b><u>1.200.872</u></b>

Em 31 de dezembro de 2019, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 12,5 anos.

#### 18.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2020 e as despesas reconhecidas em 2019 e 2018 são como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>Estimadas</u>	<u>Realizadas</u>	<u>Realizadas</u>
Custo do serviço	9.135	5.449	4.365
Juros sobre obrigações atuariais	128.027	125.059	114.628
Rendimento esperado dos ativos do plano	(98.386)	(107.795)	(102.621)
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b><u>38.776</u></b>	<b><u>22.711</u></b>	<b><u>16.372</u></b>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,39% a.a.	6,39% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT2000(-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

## 18.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, administrados pela Fundação CESP. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2020, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2019.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Renda fixa</b>	<b>76%</b>	<b>81%</b>
Títulos públicos federais	58%	53%
Títulos privados (instituições financeiras)	2%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	0%	1%
Fundos de investimento multimercado	4%	4%
Outros investimentos de renda fixa	12%	18%
<b>Renda variável</b>	<b>17%</b>	<b>13%</b>
Fundos de investimento em ações	17%	13%
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>4%</b>	<b>2%</b>
Fundos de investimento multimercado	4%	2%
<b>Cotados em mercado ativo</b>	<b>97%</b>	<b>97%</b>
<b>Imóveis</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>
<b>Operações com participantes</b>	<b>1%</b>	<b>2%</b>
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	<u>Meta para 2020</u>
Renda fixa	51,6%
Renda variável	35,5%
Imóveis	1,8%
Empréstimos e financiamentos	2,7%
Investimentos no exterior	8,4%
	<u><b>100,0%</b></u>

A meta de alocação para 2020 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação CESP, efetuada ao final de 2019 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2020, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suportes para a Fundação CESP atingir os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management – ALM* (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Fundação.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno.

As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

### **18.7 Análise de sensibilidade**

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

- Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 56.441 (redução de R\$ 53.580).
- Se a tábua de biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 40.984 (aumento de R\$ 40.473).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,43%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,18% a.a. e 7,68% a.a..

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

### **18.8 Risco de investimento**

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação CESP o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Fundação CESP utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error*

e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test*”).

A Política de Investimentos da Fundação CESP determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

#### ( 19 ) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	365	360
Bandeiras tarifárias e outros	35.913	21.928
<b>Total</b>	<b><u>36.278</u></b>	<b><u>22.288</u></b>

**Bandeiras tarifárias e outros:** refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em novembro e dezembro de 2019 e ainda não homologadas pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”).

#### ( 20 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.567	-
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b><u>1.567</u></b>	<b><u>-</u></b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	112.216	98.681
Programa de integração social - PIS	4.321	4.589
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	19.993	21.178
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	6.221	-
Outros	5.906	6.024
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b><u>148.657</u></b>	<b><u>130.472</u></b>
<b>Total Circulante</b>	<b><u>150.224</u></b>	<b><u>130.472</u></b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	156.198	-
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b><u>156.198</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>Total Não circulante</b>	<b><u>156.198</u></b>	<b><u>-</u></b>

**Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ:** no não circulante, em função da aplicação inicial do ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, refere-se à reclassificação de provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro para Imposto de renda a recolher. O caso em questão refere-se a Mandado de Segurança que discutia a possibilidade de exclusão da CSLL da sua própria base de cálculo, bem como, da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento.

A Companhia possui ainda alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não. Os efeitos dessas potenciais contingências estão divulgados na nota 21 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

**( 21 ) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
<b>Trabalhistas</b>	31.846	10.256	33.586	11.755
<b>Cíveis</b>	16.800	12.777	32.595	30.323
<b>Fiscais</b>				
Imposto de renda e Contribuição social	-	168.173	151.811	163.410
Outras	2.720	8.727	38.008	7.953
	<u>2.720</u>	<u>176.900</u>	<u>189.819</u>	<u>171.363</u>
<b>Outros</b>	3.233	-	3.543	-
<b>Total</b>	<u><u>54.598</u></u>	<u><u>199.932</u></u>	<u><u>259.544</u></u>	<u><u>213.440</u></u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Reclassificação (nota 20)	Saldo em 31/12/2019
Trabalhistas	33.586	5.759	(3.379)	(8.199)	4.080	-	31.846
Cíveis	32.595	11.653	(10.722)	(19.504)	2.777	-	16.800
Fiscais	189.819	5.391	(170)	(43.229)	7.108	(156.198)	2.720
Outros	3.543	556	(307)	(932)	373	-	3.233
<b>Total</b>	<u>259.544</u>	<u>23.358</u>	<u>(14.578)</u>	<u>(71.864)</u>	<u>14.338</u>	<u>(156.198)</u>	<u>54.598</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

a. **Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).

b. **Cíveis:**

**Danos pessoais:** refere-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

**Majoração tarifária:** corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE nºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do “Plano Cruzado”.

c. **Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS.

Com relação ao PIS e COFINS, a Companhia ajuizou ação judicial objetivando discutir a aplicação do Decreto nº 8.426/15, que majorou as respectivas alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras de 0% para 4,65%. Tendo sido acolhido seu pedido liminar para suspender a exigibilidade dos referidos tributos, a Companhia vem, desde então, provisionando os valores que deixaram de ser recolhidos à Receita Federal do Brasil por

força da referida liminar. Em 2019 com a cassação da liminar que suspendeu a exigibilidade do recolhimento do PIS e COFINS incidente sobre as receitas financeiras, a Companhia efetuou, no prazo de 30 dias após a ciência da decisão, o recolhimento do montante de R\$ 42.978.

d. **Outros:** refere-se principalmente a ações relacionadas à natureza regulatória.

**Perdas possíveis:** a Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estavam assim representadas:

	31/12/2019	31/12/2018	Principais causas:
Trabalhistas	72.940	86.811	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	182.053	152.951	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	311.528	336.421	Imposto de renda e contribuição social (nota 20)
Fiscais - outros	197.152	210.227	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	452	3.899	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
<b>Total</b>	<b>764.124</b>	<b>790.309</b>	

No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 13.467 de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da Justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

## ( 22 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Consumidores e concessionárias	18.615	10.433	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	49.920	26.409	-	16.887
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	18.363	20.803	20.639	10.882
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	8.833	6.872	-	-
Fundo de reversão	1.527	1.527	9.406	10.933
Adiantamentos	1.875	1.771	49	94
Descontos tarifários - CDE	1.271	9.275	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	496	146	-	-
Folha de pagamento	3.298	2.207	-	-
Participação nos lucros	11.898	10.027	2.598	1.822
Convênios de arrecadação	14.098	14.566	-	-
Outros	4.233	4.895	-	-
<b>Total</b>	<b>134.427</b>	<b>108.932</b>	<b>32.692</b>	<b>40.618</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

**Consumidores e concessionárias:** referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização.

**Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento:** a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

**Fundo de reversão:** refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº 9.022/17 foi determinado que mensalmente, a Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026.

**Descontos tarifários – CDE:** refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

**Participação nos lucros:** em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

**Convênios de arrecadação:** referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

## ( 23 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00
<b>Total</b>	<b>53.096.770.180</b>	<b>53.096.770.180</b>	<b>100,00</b>

### 23.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2019, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,44 vezes o EBITDA em 2019, no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,5, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

### 23.2 Aumento de Capital

Através da AGE de 29 de abril de 2019, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia

no montante de R\$ 9.176, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado nos exercícios de 2017 e 2018 sem emissão de novas ações.

### **23.3 Dividendos e Juros sobre o capital próprio (“JCP”)**

Na Assembléia Geral Ordinária (“AGO”) de 29 de abril de 2019 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2018, através de (i) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 6.226; e (ii) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 37.304 declarado em novembro de 2018.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2019:

- juros sobre capital próprio no montante de R\$ 41.475 (R\$ 35.254 líquido de IRRF) sendo atribuído para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 0,781122741 (R\$ 0,663954330 líquido dos efeitos tributários), referentes aos resultados acumulados até então do segundo semestre de 2019.
- dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76 no montante de R\$ 32.172, sendo atribuído para cada lote de mil ações o valor de R\$ 0,605918210.
- dividendo adicional proposto no montante de R\$ 196.057 sendo atribuído para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 3,692449209.

No exercício de 2019, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 37.935 referente a dividendos e juros sobre capital próprio.

### **23.4 Reserva de capital**

Refere-se basicamente ao “Benefício Fiscal do Intangível Incorporado” oriundo da incorporação da antiga controladora DRAFT I Participações S/A, conforme mencionado na nota 10.2.

### **23.5 Reserva de lucros**

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 384.634, que compreende: i) Reserva legal de R\$ 28.067; e ii) Reserva estatutária de reforço de capital de giro R\$ 356.496.

### **23.6 Resultado abrangente acumulado**

É composto por:

- entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 323.776 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2);
- efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, com saldo credor de R\$ 11.130 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 48;

### **23.7 Destinação do lucro líquido do exercício**

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>2019</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>281.634</b>
Reserva legal	(11.929)
Juros sobre capital próprio	(41.475)
Dividendo mínimo obrigatório	(32.172)
Dividendo adicional proposto	(196.057)

## ( 24 ) LUCRO POR AÇÃO

### Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	281.634	182.654
<b>Denominador</b>		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	53.096.770	53.096.770
<b>Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$</b>	<b>5,30</b>	<b>3,44</b>

Nos exercícios de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

## ( 25 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Nº de Consumidores</u>		<u>GWh</u>		<u>R\$ mil</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores</b>						
Residencial	1.680.470	1.648.569	4.027	3.905	2.998.861	2.630.496
Industrial	6.213	6.253	1.021	1.147	655.050	679.474
Comercial	82.779	82.065	1.827	1.774	1.242.759	1.108.451
Rural	7.307	7.307	113	108	52.569	45.564
Poderes públicos	8.253	8.161	222	218	144.502	129.411
Iluminação pública	2.301	2.181	325	329	131.867	123.958
Serviço público	1.245	1.197	297	279	157.871	140.670
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>1.788.568</b>	<b>1.755.733</b>	<b>7.832</b>	<b>7.761</b>	<b>5.383.478</b>	<b>4.858.023</b>
Consumo próprio	151	154	6	5	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	(31.154)	23.923
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(2.028.817)	(1.705.799)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>1.788.719</b>	<b>1.755.887</b>	<b>7.838</b>	<b>7.766</b>	<b>3.323.507</b>	<b>3.176.147</b>
<b>Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas</b>			985	119	236.121	38.638
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(10.677)	(10.204)
Energia elétrica de curto prazo			1.760	350	398.181	124.789
<b>Suprimento de energia elétrica</b>			<b>2.745</b>	<b>469</b>	<b>623.625</b>	<b>153.223</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					2.039.494	1.716.003
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					801.186	629.481
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(6.827)	(4.476)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					261.719	265.311
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					(300.770)	190.165
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					79.974	39.271
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares					137.298	172.051
Outras receitas e rendas					67.911	109.708
<b>Outras receitas operacionais</b>					<b>3.079.985</b>	<b>3.117.514</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>					<b>7.027.117</b>	<b>6.446.884</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
ICMS					(1.167.606)	(1.043.569)
PIS					(107.678)	(101.583)
COFINS					(499.245)	(467.896)
ISS					(99)	(108)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(772.915)	(851.736)
Programa de P & D e eficiência energética					(40.149)	(35.750)
PROINFA					(45.037)	(40.720)
Bandeiras tarifárias e outros					(44.747)	(22.178)
Outros					(4.339)	(3.802)
					<b>(2.681.814)</b>	<b>(2.567.342)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>					<b>4.345.303</b>	<b>3.879.542</b>

## **25.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos**

No procedimento de regulação tarifária (“PRORET”), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de maio de 2015, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em função do 5º ciclo de revisão tarifária periódica da Companhia, o valor constituído de maio de 2015 a abril de 2019 passou a ser amortizado, e os novos valores continuam a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 6º ciclo de revisão tarifária periódica.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquido no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25.

## **25.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)**

Em 23 de outubro de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.627, relativo ao 5º ciclo de RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2019, em +1,88%, sendo -5,40% referentes ao reajuste tarifário econômico e +7,28% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -7,80%.

Em 16 de outubro de 2018, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 2018 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 20,01%, sendo 8,83% relativos ao reajuste econômico e 11,18% referentes aos componentes financeiros, em relação às tarifas de base econômica definidas no último evento tarifário ordinário (RTA/2017). O efeito médio percebido pelos consumidores é de 19,25% (conforme divulgado na REH), quando comparado às tarifas de aplicação definidas no RTA ocorrido em outubro de 2017. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2018 a 22 de outubro de 2019.

## **25.3 Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares**

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2019, foi registrada receita de R\$ 137.298 (R\$ 172.051 em 2018), sendo (i) R\$ 8.288 (R\$ 8.340 em 2018) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 125.656 (R\$ 126.158 em 2018) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 151 (R\$ 97 em 2018) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 3.203 (R\$ 37.456 em 2018) de subvenção CCRBT.

## 25.4 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.510, de 18 de dezembro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes para o ano de 2019. Essas quotas contemplam: (i) quota CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia (parcelas finais com pagamentos encerrados em março de 2019), referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, recolhida dos consumidores e repassadas à Conta CDE a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2.521 de 20 de março de 2019, a ANEEL estabeleceu a antecipação do pagamento da quota destinada à amortização da Conta ACR, devido à existência de saldo positivo na conta, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período de março de 2019 a agosto de 2019, revogando a resolução REH nº 2.231 de 2017 anteriormente vigente.

### ( 26 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2019	2018	2019	2018
<b>Energia comprada para revenda</b>				
Energia de Itaipu Binacional	2.083	2.128	528.339	510.774
PROINFA	190	194	78.047	62.182
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	9.681	7.312	2.231.361	1.906.424
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(245.079)	(221.333)
<b>Subtotal</b>	<b>11.953</b>	<b>9.634</b>	<b>2.592.668</b>	<b>2.258.046</b>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>				
Encargos da rede básica			351.164	418.501
Encargos de transporte de itaipu			53.147	50.940
Encargos de conexão			26.488	23.166
Encargos de uso do sistema de distribuição			17.197	17.272
Encargos de serviço do sistema - ESS liquidado do repasse da CONER (*)			488	(18.147)
Encargos de energia de reserva - EER			21.318	23.431
Crédito de PIS e COFINS			(43.457)	(47.653)
<b>Subtotal</b>			<b>426.346</b>	<b>467.510</b>
<b>Total</b>			<b>3.019.013</b>	<b>2.725.556</b>

(\*) Conta de energia de reserva

## ( 27 ) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais							
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Pessoal	101.272	99.062	-	-	22.650	22.497	31.515	27.413	-	-	155.437	148.972
Entidade de previdência privada	22.711	16.372	-	-	-	-	-	-	-	-	22.711	16.372
Material	21.529	20.188	236	96	574	632	1.115	3.632	-	-	23.454	24.547
Serviços de terceiros	57.697	52.544	357	241	46.507	45.381	50.683	57.667	-	-	155.244	155.833
Custos com construção da infraestrutura	-	-	261.719	265.311	-	-	-	-	-	-	261.719	265.311
Outros	236	62	(3)	(1)	16.632	15.313	29.849	44.351	23.066	9.346	69.779	69.071
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	16.303	14.434	-	-	-	-	16.303	14.434
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	4.519	4.520	-	-	4.519	4.520
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	3	2.361	2.175	-	-	2.361	2.178
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	15.638	30.744	-	-	15.638	30.744
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	530	639	-	-	530	639
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	21.746	9.360	21.746	9.360
Outros	236	62	(3)	(1)	329	876	6.800	6.273	1.320	(14)	8.682	7.196
<b>Total</b>	<b>203.446</b>	<b>188.229</b>	<b>262.309</b>	<b>265.647</b>	<b>86.363</b>	<b>83.822</b>	<b>113.162</b>	<b>133.063</b>	<b>23.066</b>	<b>9.346</b>	<b>688.346</b>	<b>680.107</b>

## ( 28 ) RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
<b>Receitas</b>		
Rendas de aplicações financeiras	13.683	9.535
Acréscimos e multas moratórias	57.034	48.635
Atualização de créditos fiscais	7.378	(196)
Atualização de depósitos judiciais	6.662	7.613
Atualizações monetárias e cambiais	10.279	11.578
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	3.682	7.943
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	9.096	14.547
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(6.290)	(6.884)
Outros	5.155	5.807
<b>Total</b>	<b>106.679</b>	<b>98.579</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de dívidas	(102.617)	(103.767)
Atualizações monetárias e cambiais	(27.751)	(32.140)
(-) Juros capitalizados	3.070	3.778
Outros	(10.311)	(14.997)
<b>Total</b>	<b>(137.608)</b>	<b>(147.127)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(30.928)</b>	<b>(48.548)</b>

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. durante o exercício de 2019 e 2018 sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais da despesa contempla os efeitos de ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 48.833 no exercício de 2019 (R\$ 129.445 em 2018) (nota 32).

## ( 29 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2019, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

**As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:**

- Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** – A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor

(principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantidos junto à Fundação CESP, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, na nota 18 - Entidade de Previdência Privada.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, da controladora e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2019, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 6.452 (R\$ 4.204 em 2018). Este valor é composto por R\$ 5.535 (R\$ 3.433 em 2018) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 165 (R\$ 80 em 2018) de benefícios pós-emprego e R\$ 752 (R\$ 691 em 2018) de Outros Benefícios de Longo Prazo, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

#### **Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:**

<b>Empresas</b>	<b>Passivo</b>	<b>Despesa/custo</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Encargos - Rede básica</b>			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	618	35.913	31.527

**Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:**

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	2019	2018
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	1.129	2.173	931	1.191	-	-	(2.180)	(2.613)
Companhia Jaguarí de Energia	424	742	69	128	-	-	(4.046)	(3.742)
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	1.268	-	73	-	-	-	(5.648)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.406	1.508	135	198	-	-	(15.815)	(9.106)
CPFL Geração de Energia S.A.	3	-	1	-	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	52	90	-	-	-	-	(578)	(559)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	(39)	(34)
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	1	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	14	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	11	-	-	-	-	-	(2)	(2)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	4	-	-	-	-	-	-	-
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	967	875
CPFL Renováveis - Consolidado	-	43	-	-	148	144	10	15
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	10	7	-	-
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	67.426	37.935	-	-	-	-
<b>Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	136	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	167	-	145	-	-	-	-	-
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	1	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (**)	3.745	4.704	6.624	5.351	-	94	24.002	21.836
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	757	819	-	-	8.663	9.061
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	287	119	-	-	8.274	9.290
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	6	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	2	2	-	-	-	-	-	1.644
CPFL Eficiência Energética S.A.	3	-	-	-	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	143	282	-	-	5.138	10.638
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	154	-	-	-	483	-
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	149	-	-	-	463	-
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	-	194	-	-	-	596	-
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	1.718	-	-	-	29.095	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	18	18	2.880	1.368	-	-	16.999	17.168
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	6.432	6.220	-	-	73.744	69.923
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	3	3	-	-	37	35
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	2.784	4.877	-	-	32.922	59.425
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	102	67	-	-	961	922
Campos Novos Energia S.A.	-	-	22.110	21.780	-	-	129.747	12.330
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	5.413	5.236	-	-	62.058	60.868
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	13.451	12.838	-	-	152.044	148.915
CPFL Renováveis - Consolidado	72	402	1.625	-	-	-	17.138	6.997
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	35	44
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	35	37
CPFL Eficiência Energética S.A.	1	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outras operações financeiras</b>								
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	58	-	(11)	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	3	-	-	-
<b>Outros</b>								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	814	1.148

(\*) Os saldos de ativo e passivo e as operações de resultados realizadas após 31/10/2018 estão apresentadas na RGE Sul Distribuidora de Energia em função da incorporação dessa empresa pela RGE Sul Distribuidora de Energia em 31/12/2018.

(\*\*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 54.369 no exercício de 2019 (R\$ 46.501 em 2018), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

### ( 30 ) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos Nomeados	92.000
Transporte	Transporte nacional	90.451
Responsabilidade civil	Geral e Riscos Ambientais	35.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	52.129
Garantia	Seguro Garantia	464.501
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	203.000
<b>Total</b>		<b>937.080</b>

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

### **( 31 ) GESTÃO DE RISCOS**

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

#### **Estrutura do gerenciamento de risco**

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance é responsável pela (i) coordenação do

processo de gestão de riscos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

**Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

**Risco de sub/sobrecontratação:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

**Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2019 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios que terminaram o ano em 23,5% de sua capacidade total. Contudo o risco de não abastecimento energético em 2020 é considerado muito baixo, uma vez que existe capacidade de suprimento suficiente para atender

à demanda de carga projetada considerando outras fontes (térmica e eólica) e maior capacidade de transmissão de energia da região Norte.

**Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

**Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

### **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros**

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de *software* (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

## **( 32 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2019	
				Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	237.019	237.019
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	100.105	100.105
Derivativos	32	(a)	Nível 2	140.457	140.457
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	1.414.926	1.414.926
<b>Total</b>				<b>1.892.507</b>	<b>1.892.507</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	324.115	324.115
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	613.830	613.830
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	609.460	609.616
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	232.714	232.714
Derivativos	32	(a)	Nível 2	1.912	1.912
<b>Total</b>				<b>1.782.031</b>	<b>1.782.187</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um efeito no resultado e resultado abrangente de 2019 de perda de R\$ 30.393 (um ganho de R\$ 656 em 2018).

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

#### Legenda

##### Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias a pagar, (iv) FNDCT/EPE/PROCEL, (v) convênios de arrecadação, (vi) descontos tarifários – CDE, (vii) passivo financeiro setorial e (viii) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve em 2019 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

#### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado em 2019 de R\$ 82.941 (R\$ 41.107 em 2018), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11.

#### b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*)

econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos (1)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos					
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	92.675	(1.912)	90.763	89.456	1.307	US\$ + (Libor 3 meses + 0,95% a 1,41%) ou (1,96% a 3,27%)	103,20% a 116% do CDI	mar/19 a mai/21
Empréstimos bancários - Lei 4.131	5.221	-	5.221	5.622	(400)	Euro + 0,80%	105,1% do CDI	mai/21
	<u>97.896</u>	<u>(1.912)</u>	<u>95.984</u>	<u>95.078</u>	<u>906</u>			
Hedge variação índice de preços								
Debêntures	42.561	-	42.561	9.215	33.347	IPCA + 5,80%	104,3% do CDI	out/25
<b>Total</b>	<u>140.457</u>	<u>(1.912)</u>	<u>138.545</u>	<u>104.293</u>	<u>34.253</u>			
Circulante	54.291	(1.912)						
Não circulante	86.166							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nominal refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da m

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2018	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2019
<b>Derivativos</b>				
Para dívidas designadas a valor justo	198.470	17.873	(112.050)	104.293
Marcação a mercado (*)	2.007	32.246	-	34.253
<b>Total</b>	<u>200.477</u>	<u>50.119</u>	<u>(112.050)</u>	<u>138.545</u>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2019 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2019 e 2018, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

<b>Risco protegido / operação</b>	<b>Ganho (Perda) no resultado</b>		<b>Ganho (Perda) no resultado abrangente</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Variação de taxas de juros	6.944	(3.336)	-	-
Marcação a mercado	22.133	8.953	1.278	258
Variação cambial	10.929	120.185	-	-
Marcação a mercado	8.827	3.643	8	(612)
	<b>48.833</b>	<b>129.445</b>	<b>1.286</b>	<b>(354)</b>

#### **c) Ativos financeiros da concessão**

Em função Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

#### **d) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

#### **Análise de sensibilidade**

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

##### **d.1) Variação cambial**

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2019 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(508.851)		(10.668)	119.212	249.092
Derivativos - swap plain vanilla	515.242		10.802	(120.709)	(252.220)
	6.391	baixa dólar	134	(1.497)	(3.128)
Instrumentos financeiros passivos	(104.980)		(4.359)	22.976	50.311
Derivativos - swap plain vanilla	106.022		4.402	(23.204)	(50.810)
	1.042	baixa euro	43	(228)	(499)
<b>Total</b>	<b>7.433</b>		<b>177</b>	<b>(1.725)</b>	<b>(3.627)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>			<b>97</b>	<b>(830)</b>	<b>(1.758)</b>
<b>Efeitos no resultado do exercício</b>			<b>80</b>	<b>(895)</b>	<b>(1.869)</b>

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2019 foi de R\$ 4,03 para o dólar e R\$ 4,53 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., - Brasil, Bolsa, Balcão sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 4,12 e R\$ 4,72 e a depreciação cambial de 2,10% e 4,15%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2019.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A., - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

## d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2019 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no exercício	taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	282.388				12.820	16.026	19.231
Instrumentos financeiros passivos	(548.025)				(24.880)	(31.100)	(37.321)
Derivativos - swap plain vanilla	(727.112)				(33.011)	(41.264)	(49.516)
	(992.749)	alta CDI	5,97%	4,54%	(45.071)	(56.338)	(67.606)
Instrumentos financeiros passivos	(28.769)				(1.464)	(1.830)	(2.197)
	(28.769)	alta TJLP	6,30%	5,09%	(1.464)	(1.830)	(2.197)
Instrumentos financeiros passivos	(536.869)				(24.535)	(18.401)	(12.267)
Derivativos - swap plain vanilla	244.394				11.169	8.377	5.584
Ativo financeiro da concessão	1.414.926				64.662	48.497	32.331
	1.122.451	baixa IPCA	4,20%	4,57%	51.296	38.473	25.648
Ativos e passivos financeiros setoriais	(54.208)				(2.472)	(1.854)	(1.236)
Instrumentos financeiros passivos	(22.127)				(1.009)	(757)	(504)
	(76.335)	alta SELIC	5,97%	4,56%	(3.481)	(2.611)	(1.740)
<b>Total</b>	<b>24.598</b>				<b>1.280</b>	<b>(22.306)</b>	<b>(45.895)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>					<b>605</b>	<b>489</b>	<b>374</b>
<b>Efeitos no resultado do exercício</b>					<b>675</b>	<b>(22.795)</b>	<b>(46.269)</b>

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 3.073.

## e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

### Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita Ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como se segue:

<u>Classe</u>	<u>Dias</u>	<u>Período</u>
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

### Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência, visto às características do setor elétrico, que possui ferramentas que mitigam o risco de perdas, por exemplo, a suspensão do fornecimento de energia para o consumidor em *default*.

### Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com

base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2019 e 2018 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

## f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2019	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	559.463	6	-	-	-	-	559.469
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	129.496	57.113	248.547	496.644	76.447	111.098	1.119.345
Derivativos	32	-	721	2.633	-	-	-	3.354
Debêntures - principal e encargos	17	-	57.656	24.743	361.417	443.450	135.291	1.022.557
Taxas regulamentares	19	36.278	-	-	-	-	-	36.278
Outros	22	10.981	22.998	9.093	3.054	3.054	3.298	52.479
Consumidores e concessionárias		10.854	7.761	-	-	-	-	18.615
EPE / FNDCT / PROCEL		-	884	7.948	-	-	-	8.833
Convênio de arrecadação		-	14.098	-	-	-	-	14.098
Fundo de reversão		127	255	1.145	3.054	3.054	3.298	10.933
<b>Total</b>		<b>736.218</b>	<b>138.494</b>	<b>285.016</b>	<b>861.115</b>	<b>522.951</b>	<b>249.687</b>	<b>2.793.482</b>

## Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 32). A Administração não identificou para os exercícios de 2019 e 2018 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

## ( 33 ) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2019, um valor de R\$ 3.070 (R\$ 3.778 em 2018) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição. (nota 28).

## ( 34 ) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2019	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamentos e aluguéis	até 5 anos	2.015	3.584	2.345	-	7.944
Compra de energia (exceto Itaipu)	até 8 anos	2.087.104	4.329.817	4.638.643	8.184.040	19.239.604
Compra de energia de Itaipu	até 8 anos	543.598	1.043.980	1.069.093	2.430.605	5.087.276
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	até 9 anos	481.740	1.266.332	1.652.856	3.279.821	6.680.749
<b>Total</b>		<b>3.114.457</b>	<b>6.643.713</b>	<b>7.362.937</b>	<b>13.894.466</b>	<b>31.015.573</b>

## ( 35 ) EVENTO SUBSEQUENTE

### Empréstimos e Financiamentos:

De 1º de janeiro de 2020 até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Companhia captou recursos através de empréstimos e financiamentos, com as seguintes condições e detalhes:

Modalidade	Liberado até fevereiro 2020	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos	Cláusula restritiva - covenant financeiro
<b>Moeda Estrangeira</b>								
Euro - Lei 4131	419.760	Trimestral	Parcela única em março de 2025	Capital de Giro	EURO + 0,70%	EURO + 0,70%	CDI + 0,83%	(*)

(\*) Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia: Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75 e EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

---

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO**  
Presidente

**YUEHUI PAN**  
Vice Presidente

**UBIRAJUÍ JOSÉ PEREIRA**  
Conselheiro

---

---

**DIRETORIA**

---

**CARLOS ZAMBONI NETO**  
Diretor Presidente

**YUEHUI PAN**  
Diretor Financeiro  
e de Relações com Investidores

**ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA**  
Diretor de Assuntos Regulatórios

**RAFAEL LAZZARETTI**  
Diretor Comercial

**THIAGO FREIRE GUTH**  
Diretor Operações

---

---

**DIRETORIA DE CONTABILIDADE**

---

**SÉRGIO LUIS FELICE**  
Diretor de Contabilidade  
CT CRC 1SP192.767/O-6



KPMG Auditores Independentes  
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí  
Edifício Dahruj Tower  
13024-001 - Campinas/SP - Brasil  
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil  
Telefone +55 (19) 3198-6000  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Acionistas da  
Companhia Piratininga de Força e Luz**  
*Campinas - SP*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Piratininga de Força e Luz (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Piratininga de Força e Luz em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada

Veja as notas explicativas 3.9 e 25 às demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita não faturada reconhecida pela Companhia corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que, em alguns casos, sucedem ao período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Companhia acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores. Devido à relevância dos valores e do julgamento envolvido que podem impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvermos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. Analisamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no desenvolvimento de tal estimativa, tais como índice de perdas técnicas e comerciais. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos pela Companhia com expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

## Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as

decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 05 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4



Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

## Demonstrações Contábeis Regulatórias

**Companhia Piratininga de Força e Luz**  
**CNPJ no 04.172.213/0001-51**

**Balancos Patrimoniais em**  
**31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Valores expressos em milhares de Reais)**

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Circulante</b>		<b>1.606.390</b>	<b>1.814.593</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	237.019	91.770
Consumidores	6	636.774	702.150
Concessionárias e Permissionárias	6	129.378	45.068
Serviços em Curso		25.110	25.460
Tributos Compensáveis	7	26.143	37.533
Almoxarifado Operacional		3.918	4.049
Investimentos Temporários	8	100.105	-
Ativos Financeiros Setoriais	9	325.920	691.955
Despesas Pagas Antecipadamente		11.378	55.516
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	54.291	117.985
Outros Ativos Circulantes	11	56.356	43.107
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>3.924.489</b>	<b>3.430.258</b>
Consumidores	6	12.632	7.886
Concessionárias e Permissionárias	6	8.208	8.208
Tributos Compensáveis	7	24.319	24.637
Depósitos Judiciais e Cauções	18	199.932	213.440
Investimentos Temporários	8	-	6.804
Tributos Diferidos	10	-	17.076
Ativos Financeiros Setoriais	9	201.947	259.205
Despesas Pagas Antecipadamente		770	932
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	86.166	82.492
Outros Ativos Não Circulantes	11	678	678
Imobilizado	12	3.266.913	2.700.934
Intangível	12	122.924	107.967
<b>Total do Ativo</b>		<b>5.530.879</b>	<b>5.244.851</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Companhia Piratininga de Força e Luz**  
**CNPJ no 04.172.213/0001-51**

**Balancos Patrimoniais em**  
**31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Valores expressos em milhares de Reais)**

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Circulante</b>		<b>1.665.069</b>	<b>1.661.643</b>
Fornecedores	13	559.469	383.644
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	14	387.613	533.465
Obrigações Sociais e Trabalhistas		31.703	28.014
Benefício Pós-Emprego	15	29.603	20.626
Tributos	17	150.224	130.472
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	21	67.426	37.935
Encargos Setoriais	16	113.394	76.417
Passivos Financeiros Setoriais	9	281.609	408.458
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	1.912	-
Outros Passivos Circulantes	19	42.115	42.613
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>3.068.502</b>	<b>3.041.226</b>
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	14	1.392.506	1.604.096
Benefício Pós-Emprego	15	391.044	190.740
Provisão para Litígios	18	210.797	259.544
Encargos Setoriais	16	20.639	27.769
Tributos Diferidos	10	37.937	-
Passivos Financeiros Setoriais	9	300.466	305.236
Instrumentos Financeiros Derivativos	29	-	-
Outros Passivos Não Circulantes	19	12.053	12.849
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	20	703.059	640.992
<b>Total do Passivo</b>		<b>4.733.570</b>	<b>4.702.869</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social		249.321	240.144
Reservas de Capital		46.729	55.905
Outros Resultados Abrangentes		196.578	98.527
Reservas de Lucros		158.335	146.406
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais		196.057	-
Lucros ou prejuízos Acumulados		(49.710)	1.000
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>21</b>	<b>797.309</b>	<b>541.982</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>5.530.879</b>	<b>5.244.851</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Companhia Piratininga de Força e Luz**  
**CNPJ no 04.172.213/0001-51**

**Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em**  
**31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Valores expressos em milhares de Reais)**

	Notas	2019	2018
<b>Receita</b>	22	<b>6.632.321</b>	<b>6.043.169</b>
Fornecimento de Energia Elétrica		3.323.507	3.176.147
Suprimento de Energia Elétrica		225.444	28.434
Energia Elétrica de Curto Prazo		398.181	124.789
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		2.840.680	2.345.484
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(300.770)	190.165
Serviços Cobráveis		7.980	6.100
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		137.298	172.051
<b>Tributos</b>		<b>(1.774.627)</b>	<b>(1.613.156)</b>
ICMS		(1.167.606)	(1.043.569)
PIS-PASEP		(107.678)	(101.583)
COFINS		(499.245)	(467.896)
ISS		(99)	(108)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(907.142)</b>	<b>(954.230)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(20.052)	(17.897)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(20.052)	(17.897)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(772.915)	(851.736)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(4.339)	(3.802)
Outros Encargos		(89.784)	(62.898)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>3.950.551</b>	<b>3.475.783</b>
<b>Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"</b>	23	<b>(3.016.758)</b>	<b>(2.715.504)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.590.413)	(2.247.994)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(426.346)	(467.510)
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>933.793</b>	<b>760.279</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>		<b>(596.488)</b>	<b>(507.214)</b>
Pessoal e Administradores	24	(178.148)	(165.344)
Material		(23.454)	(24.547)
Serviços de Terceiros		(155.244)	(155.833)
Arrendamento e Aluguéis		(4.475)	(4.520)
Seguros		(764)	(783)
Doações, Contribuições e Subvenções		(530)	(639)
Provisões		(10.318)	(26.130)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(69.868)	(51.571)
(-) Recuperação de Despesas		3.523	3.518
Tributos		(3.159)	(2.727)
Depreciação e Amortização		(141.721)	(130.854)
Gastos Diversos		(40.628)	(33.272)
Outras Receitas Operacionais		64.806	111.199
Outras Despesas Operacionais		(36.508)	(25.711)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>337.304</b>	<b>253.065</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	25	<b>(31.470)</b>	<b>(52.840)</b>
Receitas Financeiras		153.568	312.418
Despesas Financeiras		(185.038)	(365.258)
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>305.834</b>	<b>200.225</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(101.354)	(65.952)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>204.480</b>	<b>134.273</b>
Atribuível aos Acionistas Controladores		204.480	134.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Piratininga de Força e Luz  
CNPJ no 04.172.213/0001-51

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>204.480</b>	<b>134.273</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>		
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial, líquida dos Impostos	(161.328)	(47.309)
Constituição de reserva de reavaliação, líquida dos impostos	285.822	-
<b>Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	<b>124.494</b>	<b>(47.309)</b>
<b>Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	<b><u>328.975</u></b>	<b><u>86.964</u></b>
Atribuível aos Acionistas Controladores	328.975	86.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Companhia Piratininga de Força e Luz**  
**CNPJ no 04.172.213/0001-51**

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em**  
**31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Valores expressos em milhares de Reais)**

	Capital Social	Reservas de Capital	Outros Resultados Abrangentes		Reserva de lucros		Dividendo Adicional Proposto	Lucros ou prejuízos Acumulados	Total
			Reserva de Reavaliação	Outros	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro			
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>240.144</b>	<b>55.905</b>	<b>288.122</b>	<b>(115.138)</b>	<b>7.604</b>	<b>43.789</b>	<b>28.445</b>	<b>(9.882)</b>	<b>538.989</b>
<b>Resultado abrangente total</b>									
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	134.273	134.273
Outros resultados abrangentes: Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial, líquida dos impostos	-	-	-	(47.309)	-	-	-	-	(47.309)
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação, líquida dos impostos	-	-	(27.147)	-	-	-	-	27.147	-
Adoção de nova metodologia para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	-	-	(11.996)	(11.996)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>									
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	8.534	-	-	(8.534)	-
Constituição de reserva estatutária - reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	86.479	-	(86.479)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>									
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(37.304)	(37.304)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(6.226)	(6.226)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(28.445)	-	(28.445)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>240.144</b>	<b>55.905</b>	<b>260.975</b>	<b>(162.448)</b>	<b>16.138</b>	<b>130.268</b>	<b>-</b>	<b>1.000</b>	<b>541.982</b>
<b>Resultado abrangente total</b>									
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	204.480	204.480
Outros resultados abrangentes: Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial, líquida dos impostos	-	-	-	(161.328)	-	-	-	-	(161.328)
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação, líquida dos impostos	-	-	(26.444)	-	-	-	-	26.444	-
Outros resultados abrangentes: constituição de reserva de reavaliação, líquida dos impostos	-	-	285.822	-	-	-	-	-	285.822
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>									
Aumento de capital	9.176	(9.176)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	11.929	-	-	(11.929)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>									
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	196.057	(196.057)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(41.475)	(41.475)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(32.172)	(32.172)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>249.321</b>	<b>46.729</b>	<b>520.353</b>	<b>(323.775)</b>	<b>28.067</b>	<b>130.268</b>	<b>196.057</b>	<b>(49.710)</b>	<b>797.309</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Companhia Piratininga de Força e Luz**  
**CNPJ no 04.172.213/0001-51**

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em**  
**31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Valores expressos em milhares de Reais)**

	2019	2018
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>204.480</b>	<b>134.273</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Amortização	14.830	13.222
Depreciação	126.891	117.631
Ganhos/baixas líquidos do ativo imobilizado	33.123	18.487
Imposto de renda e Contribuição social	101.354	65.952
Juros e variações monetárias	101.502	93.235
Obrigações pós-emprego	22.711	16.372
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	69.868	51.571
Provisões para litígios	12.750	29.867
	<b>687.509</b>	<b>540.611</b>
<b>Redução (aumento) de ativos</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(93.428)	(185.556)
Depósitos vinculados a litígios	20.170	3.576
Tributos compensáveis	12.549	(4.915)
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	(16.559)	19.981
Ativos financeiros setoriais	459.348	90.650
Outros ativos operacionais	31.041	(39.418)
<b>Aumento (redução) de passivos</b>		
Encargos setoriais	13.990	(88.942)
Fornecedores	175.825	(133.716)
Passivos financeiros setoriais	(158.578)	(236.065)
Obrigações pós-emprego	(34.459)	(25.475)
Salários e encargos sociais	1.818	291
Tributos e contribuição social	12.137	(25.788)
Provisões para litígios pagos	(71.864)	(23.686)
Repasse para o Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	(8.004)	3.796
Outros passivos operacionais	32.814	(8.666)
<b>Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>1.064.308</b>	<b>(113.323)</b>
Encargos de dívidas pagos	(104.085)	(92.345)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(130.876)	(78.190)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>829.347</b>	<b>(283.858)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições do imobilizado e intangível	(347.381)	(304.977)
Participação financeira do consumidor	100.616	34.725
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(100.003)	(2.040)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	5.425	2.573
<b>Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de investimento</b>	<b>(341.342)</b>	<b>(269.719)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos	436.484	1.072.004
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(853.355)	(850.114)
Liquidação de operações com derivativos	112.050	77.442
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(37.935)	(28.445)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de financiamento</b>	<b>(342.756)</b>	<b>270.887</b>
<b>Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>145.249</b>	<b>(282.690)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do exercício	91.770	374.459
No fim do exercício	237.019	91.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Relatório da Administração Regulatório

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga" ou "Companhia") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

**Considerações Iniciais** – Em 2019, a CPFL Piratininga cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 1,8 milhão de clientes, em 27 municípios do Estado de São Paulo.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram um aumento de 1,0% em relação ao exercício de 2018. Destacam-se as classes residencial e comercial, que registraram um crescimento de 3,1% e 3,0%, respectivamente, ante 2018.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

**Perfil** – A CPFL Piratininga distribui energia elétrica para aproximadamente 3,8 milhões de pessoas, numa área que abrange 27 municípios do Estado de São Paulo, incluindo as cidades de Santos, Sorocaba e Jundiaí. Atende atualmente 1,8 milhão de consumidores cativos e 683 consumidores livres. Em 2019, a Concessionária distribuiu 7.957 GWh ao mercado cativo e 6.281 GWh ao mercado livre.

**Ligação de consumidores** – No ano de 2019, no mercado cativo foram faturadas 32.835 unidades consumidoras a mais que em 2018. Estas novas unidades consumidoras foram principalmente na classe residencial (31.901). Na classe industrial houve redução de 40 unidades consumidoras em relação à quantidade faturada em 2018.

Número de Consumidores					
Consumidores	2015	2016	2017	2018	2019
Residencial	1.553.546	1.585.420	1.612.281	1.648.569	1.680.470
Comercial	80.748	84.063	82.764	82.065	82.779
Industrial	6.557	6.482	6.368	6.253	6.213
Rural	7.044	7.207	7.241	7.307	7.307
Poderes Públicos	8.224	8.352	8.145	8.161	8.253
Iluminação Pública	1990	2.053	2.127	2.181	2.301
Serviço Público	1136	1.171	1.180	1.197	1.245
<b>Total</b>	<b>1.659.245</b>	<b>1.694.748</b>	<b>1.720.106</b>	<b>1.755.733</b>	<b>1.788.568</b>
<b>Variação</b>		<b>2,1%</b>	<b>1,5%</b>	<b>2,1%</b>	<b>1,9%</b>

**Comportamento do mercado** – A distribuição de energia da CPFL Piratininga, no período de janeiro a dezembro de 2019, totalizou 14.238 GWh, sendo 7.957 GWh para o mercado cativo (7.880 GWh em 2018) e 6.281 GWh para o mercado livre (6.436 GWh em 2018).

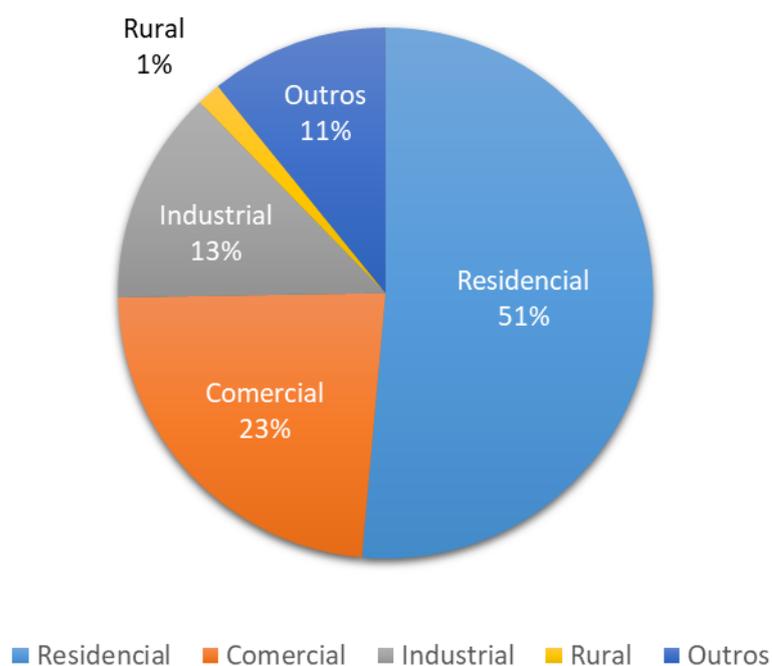
Na área de concessão destaque para as classes Residencial e Comercial que apresentaram desempenho positivo, refletindo principalmente a elevada temperatura do ano de 2019. Na classe Industrial a queda de 11,0% reflete principalmente a migração de clientes para o mercado livre e a saída de grandes clientes para a rede básica.

A seguir são apresentados os resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido - GWh					
	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Energia Faturada</b>	<b>9.231</b>	<b>8.589</b>	<b>7.916</b>	<b>7.880</b>	<b>7.957</b>
Fornecimento	9.119	8.475	7.798	7.761	7.832
Residencial	3.916	3.762	3.864	3.905	4.027
Comercial	2.169	2.059	1.816	1.774	1.827
Industrial	2.089	1.740	1.245	1.147	1.021
Rural	105	102	104	108	113
Poderes Públicos	229	218	219	218	222
Iluminação Pública	322	323	326	329	325
Serviço Público	289	271	224	279	297
Suprimento p/ agentes de distribuição	113	114	118	119	125
<b>Uso da Rede de Distribuição</b>	<b>5.811</b>	<b>5.133</b>	<b>5.985</b>	<b>6.436</b>	<b>6.281</b>
Consumidores Livres/Dist./Ger.	4.531	4.660	5.579	6.103*	6.281
Consumidores Rede Básica	1.279	473	405	332	-
<b>Total</b>	<b>15.042</b>	<b>13.722</b>	<b>13.900</b>	<b>14.316</b>	<b>14.238</b>
<b>Variação</b>	<b>-4,5%</b>	<b>-8,8%</b>	<b>1,3%</b>	<b>3,0%</b>	<b>-0,5%</b>

\* No Relatório da Administração de 2018, publicamos o valor de 6.436 para a CPFL Piratininga. Este número contemplava os consumidores da rede básica, em duplicidade, deste modo que corrigimos os valores, conforme demonstrado na tabela.

### Fornecimento de Energia por classe de consumidores - 2019



**Perdas** – A CPFL Piratininga tem investido na fiscalização e na qualificação de equipes especializadas no combate às fraudes. Continuamente são efetuadas ações com o objetivo de manter o nível de perdas dentro dos padrões regulatórios, que entre os anos de 2018 e 2019 foram respectivamente 9,08% e 8,91%, considerando perdas na rede básica.

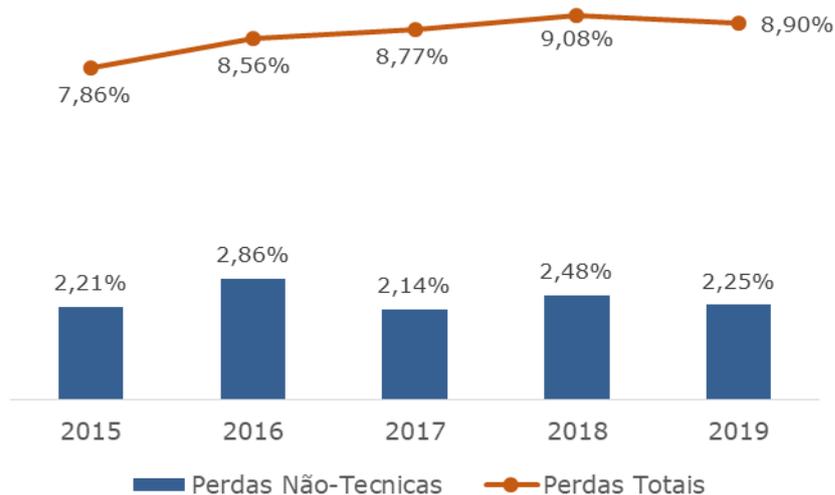
Desconsiderando as perdas na rede básica, não gerenciáveis pela distribuidora, o nível de perdas de distribuição para os anos de 2018 e 2019, foram respectivamente, 7,79% e 7,61%.

Essa performance é sustentada pelo programa de recuperação de energia, que em 2019 recuperou 154,7 GWh, através de inspeções em 174 mil unidades consumidoras, recorte de 39 mil instalações inativas religadas à revelia, regularização de clandestinos, além da blindagem da medição de 2,3 mil clientes e implementação das melhorias de qualidade operacional, melhorando o ticket médio de energia.

Também foram realizadas ações com a polícia e publicações em mídia alertando aos consumidores que o furto é crime e passível de prisão.

Importante observar que o índice de perdas resultante e mostrado na tabela abaixo além de contabilizar as perdas na rede básica, é obtido com critério diferente, que não considera em sua base o montante de energia decorrente de inversão de fluxo, razão pela qual diverge do valor utilizado pela Agência em outras análises.

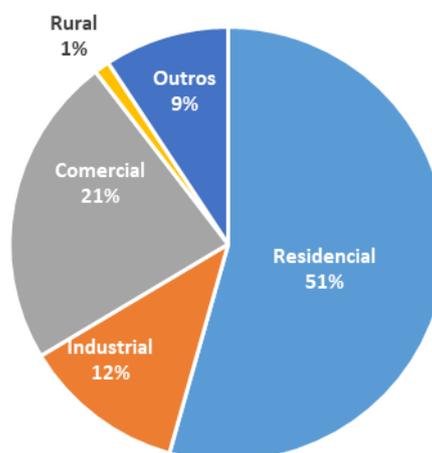
Balço Energético					
Energia Requerida	2015	2016	2017	2018	2019
Venda de Energia	9.236	8.594	7.921	7.886	7.963
Fornecimento	9.124	8.480	7.803	7.766	7.838
Suprimento p/ agentes de distribuição	113	114	118	119	125
Consumidores Livres/Dist./Ger.	4.325	4.974	5.639	6.122	6.297
Consumidores Rede Básica	1.244	412	412	293	0
<b>Mercado Atendido</b>	<b>14.806</b>	<b>13.980</b>	<b>13.971</b>	<b>14.301</b>	<b>14.260</b>
Perdas na Rede Básica	236	220	212	221	220
Perdas na Distribuição	1.027	1.088	1.131	1.207	1.174
Perdas Técnicas	671	651	804	818	822
Perdas não Técnicas - PNT	356	438	328	390	352
PNT / Energia Requerida %	2,21%	2,86%	2,14%	2,48%	2,25%
<b>Perdas Totais - PT</b>	<b>1.263</b>	<b>1.309</b>	<b>1.344</b>	<b>1.429</b>	<b>1.394</b>
<b>PT / Energia Requerida %</b>	<b>7,86%</b>	<b>8,56%</b>	<b>8,77%</b>	<b>9,08%</b>	<b>8,91%</b>
<b>Total</b>	<b>16.069</b>	<b>15.289</b>	<b>15.315</b>	<b>15.730</b>	<b>15.654</b>



**Receita por classe de consumidores** – A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, totalizou em R\$ 4.110 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida por classe de consumidores (R\$ mil)			
Classe	2018	2019	%
Residencial	1.949.359	2.233.329	14,57%
Industrial	510.696	495.575	-2,96%
Comercial	843.849	953.875	13,04%
Rural	39.951	46.281	15,84%
Outros	303.366	380.658	25,48%
<b>Total</b>	<b>3.647.221</b>	<b>4.109.717</b>	<b>12,68%</b>

Receita líquida por classe de consumidores - 2019



Importante ressaltar que a variação observada na Receita aqui apresentada, contempla não somente os reajustes tarifários observados, mas também o crescimento de mercado apresentado anteriormente.

**Número de consumidores** – O número de consumidores faturados em dezembro de 2019 apresentou um crescimento de 1,9% sobre o mesmo mês de 2018, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	2019	2018	%
Residencial	1.680.470	1.648.569	1,9%
Comercial	82.779	82.065	0,9%
Industrial	6.213	6.253	-0,6%
Rural	7.307	7.307	0,0%
Outros	11.799	11.539	2,3%
<b>Total</b>	<b>1.788.568</b>	<b>1.755.733</b>	<b>1,9%</b>

**Tarifas** – A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2019, atingiu R\$ 524,73/MWh, com um aumento de 11,7% com relação a 2018. Tal variação decorre do efeito do Revisão Tarifária Periódica (RTP), homologada por meio da Resolução Homologatória nº 2.627, de 22 de outubro de 2019, vigente de 23 de outubro de 2019 a 22 de outubro de 2020.

Tarifa Média de Fornecimento	
Classe	em R\$/MWh
Residencial	554,60
Industrial	485,59
Comercial	522,14
Rural	408,14
Outros	450,81

Para o cálculo das tarifas médias de fornecimento por classe foi considerado a Receita do Consumo e Demanda Ativa Líquida de tributos (ICMS, PIS e COFINS) e o mercado apurado para cada classe de consumo, conforme quadro mostrado no item “Comportamento de Mercado”.

Tarifa por faixa de consumo	Até 90 kWh	de 91 kWh a 200 kWh	Acima de 200 kWh
Tarifas brutas - R\$	523,50	598,11	707,32

Para as tarifas por faixa de consumo da CPFL Piratininga, foram consideradas as tarifas para a classe residencial de até 90 kWh, de 90 a 200 kWh e acima de 200 kWh, sendo a sua composição formada pela Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e a Tarifa de Energia (TE), com tributos (ICMS, PIS e COFINS).

**Qualidade do fornecimento** – Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)
2015	7,24	4,31
2016	8,44*	3,97*
2017	6,97	4,45
2018	5,92	3,87**
2019	6,48	4,34

\* No Relatório da Administração de 2016, publicamos FEC de 3,80 e DEC de 6,97 para a CPFL Piratininga. Este número excluía o efeito de uma falha de transmissão da CTEEP durante uma tempestade. Porém, uma decisão da ANEEL determinou que este efeito fosse incluído nas estatísticas de DEC e FEC, de modo que corrigimos os valores, conforme demonstrado na tabela.

\*\* No Relatório da Administração de 2018, publicamos o valor do FEC de 3,88 para a CPFL Piratininga, valor reajustado para 3,87, conforme demonstrado na tabela.

**Atendimento ao consumidor** – A CPFL Energia, em seu compromisso de excelência no atendimento ao consumidor, possui uma ampla estrutura de atendimento presencial voltada para o cliente de baixa tensão, que são as Agências de Atendimento. Essa estrutura está presente em toda a área de concessão do Grupo CPFL, composto de 687 municípios, e é dimensionada para cumprir com qualidade e eficiência e presteza, as diretrizes regulatórias vigentes.

As Agências além de possibilitarem aos consumidores o atendimento às suas necessidades relativas aos serviços de distribuição de energia elétrica, são responsáveis por processos de negociação de débitos de contas regulares e de irregularidade, ressarcimento de danos, bem como pelo relacionamento com os Procons, imobiliárias e outros parceiros que também prestam serviços aos clientes.

Na CPFL Piratininga, essa estrutura é composta por 15 agências de atendimento, 13 agentes credenciados e 1241 imobiliárias, responsáveis por 3,04 milhões de atendimentos (serviços gerados) em 2019.

Além das Agências de Atendimento presencial e dos credenciados, as distribuidoras do Grupo CPFL estão sempre inovando na forma de se relacionarem com os consumidores, incentivando a utilização de novas formas de atendimento:

- Call Center: com capacidade de atendimento de 50 mil chamadas/dia que, aliado a outros canais de atendimento, absorve 4 milhões/mês de interação com os clientes, sem que com isto ocorra congestionamentos nos canais de atendimento;
- Site CPFL;
- Aplicativo CPFL & Você;
- SMS;
- Portal CPFL Empresas;
- E-mail;
- Canais exclusivos para Imobiliárias, Condomínios, Agentes Públicos e Hospitais;
- Mídias Sociais (Facebook, Twitter, Colab, Reclame Aqui e Consumidor.gov).

**Tecnologia da informação** – O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2019, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram: **(i)** E-social - Fase 2; **(ii)** *Covenants* não Financeiros; **(iii)** EPM Engenharia Fase 2; **(iv)** Gestão de ponto corporativo - Gestão de Quadro Próprio (JBZ); **(v)** Melhorias no SGO - Sistema para Gestão da Operação; **(vi)** Sistema de Mobilidade da Transmissão; e **(vii)** Digitalização do Atendimento.

**Desempenho econômico-financeiro** – Ressaltamos que os dados econômico-financeiros aqui apresentados refletem as Demonstrações Contábeis Regulatórias e diferem dos resultados anteriormente publicados em IFRS.

Em 2019, a CPFL Piratininga alcançou receita líquida de R\$ 3.950 milhões, um acréscimo de 13,7% (R\$ 475 milhões), em decorrência principalmente dos seguintes aumentos: (i) na receita referente à disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (R\$ 495 milhões); (ii) na receita de energia elétrica de curto prazo (R\$ 273 milhões); (iii) no suprimento de energia elétrica (R\$ 197 milhões); (iv) na receita de fornecimento de energia (R\$ 147 milhões); (v) em encargos de parcela A (R\$ 47 milhões); e (vi) em outros (R\$ 2 milhões).

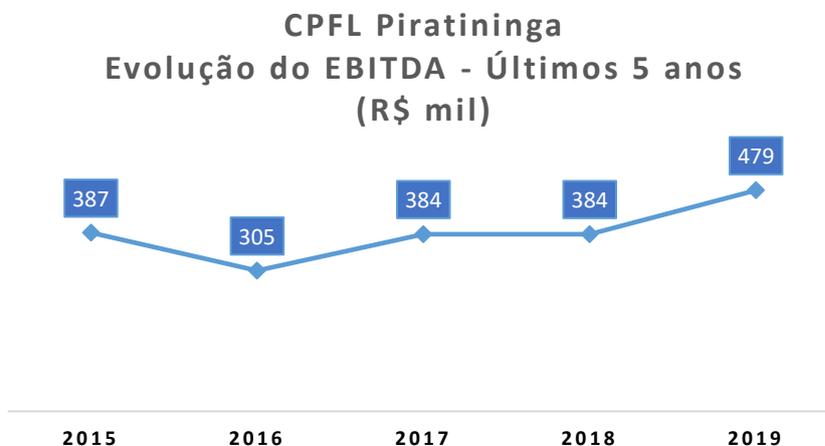
Estes efeitos foram parcialmente compensados: (i) pela variação de R\$ 491 milhões nos Ativos/Passivos Financeiros Setoriais; (ii) pelo aumento dos tributos (R\$ 161 milhões); e (iii) redução da Subvenções de baixa renda (R\$ 35 milhões).

Nos custos não gerenciáveis (Parcela A) houve um aumento de 11,1% (R\$ 301 milhões) devido ao aumento de 15,2% (R\$ 342 milhões) em Energia Elétrica Comprada para Revenda e uma redução de 8,8% (R\$ 41 milhões) em Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição.

As despesas operacionais (Parcela B) em 2019 foram de R\$ 596 milhões, um aumento de 17,6% (R\$ 89 milhões).

<b>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA</b>		
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Lucro Líquido</b>	<b>204.480</b>	<b>134.273</b>
Amortização	141.721	130.854
Resultado Financeiro	31.470	52.840
Impostos Sobre o Lucro	101.354	65.952
<b>EBITDA</b>	<b>479.025</b>	<b>383.919</b>

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 479 milhões em 2019, um acréscimo de 24,8% (R\$ 95 milhões), em relação a 2018. Segue abaixo o gráfico da evolução do EBITDA:



Em 2019, a CPFL Piratininga apurou um resultado financeiro de R\$ 31 milhões, um aumento de 40,4% (R\$ 21 milhões). A Receita Financeira foi de R\$ 153 milhões, uma redução de 50,8% (R\$ 159 milhões), e a Despesa Financeira de R\$ 185 milhões, uma redução de 49,5% (R\$ 180 milhões).

**Investimentos** - Em 2019, os investimentos em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição na CPFL Piratininga, totalizaram R\$ 316 milhões, um aumento de 2,8% em relação à 2018. Para esta mesma rubrica nos próximos cinco anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 1.309 milhões (vide quadro Evolução e Projeção de Investimentos).

### **Evolução e Projeção dos Investimentos**

R\$ em moeda constante de 31 de Dezembro de 2019

Plano de Desenvolvimento de Distribuição - R\$ Mil	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	Realizado	Realizado	Realizado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
<b>AIS Bruto</b>	<b>180.018</b>	<b>307.586</b>	<b>316.051</b>	<b>191.232</b>	<b>207.755</b>	<b>242.792</b>	<b>303.295</b>	<b>364.636</b>
Transformador de Distribuição	21.005	20.870	25.776	16.098	17.489	20.438	25.531	30.695
Medidor	21.240	24.156	25.468	16.862	18.319	21.409	26.744	32.153
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	30.925	42.686	43.476	27.861	30.268	35.373	44.188	53.125
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	61.850	85.371	86.951	55.722	60.537	70.746	88.376	106.249
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	0	0	0	0	0
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	5.261	87.877	61.680	36.839	40.023	46.772	58.428	70.244
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	0	0	0	0	0
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	0	0	0	0	0
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	0	0	0	0	0
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	12.228	31.552	63.241	25.466	27.667	32.333	40.390	48.558
Subestações Alta Tensão (primário maior igual a 230 kV)	-	-	-	0	0	0	0	0
Demais Máquinas e Equipamentos	27.508	15.073	9.458	12.383	13.453	15.722	19.639	23.611
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(12.372)</b>	<b>(111.881)</b>	<b>(17.917)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(12.372)	(111.881)	(17.917)	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros - Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

### Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2019R	2020P	2021P	2022P	2023P	2024P
<b>Plano de Investimentos 2019</b>	316.051	191.232	207.755	242.792	303.295	364.636
R\$ Mil	2019P	2020P	2021P	2022P	2023P	
<b>Plano de Investimentos 2018</b>	181.981	301.261	274.845	251.438	223.822	
<b>Diferença</b>	<b>73,7%</b>	<b>-36,5%</b>	<b>-24,4%</b>	<b>-3,4%</b>	<b>35,5%</b>	

Em relação às diferenças entre os Planos de Investimento de 2019 e de 2018 da CPFL Piratininga, é importante ressaltar que as obras previstas no PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição) são orientativas e, devido às variações de mercado ou de outros eventos, podem sofrer deslocamento no tempo e/ou alterações em seus escopos.

Adicionalmente, as justificativas dos desvios referentes ao ano de 2019 podem ser obtidas em detalhes através das críticas de obras do banco de dados do PDD disponível na ANEEL.

É importante ressaltar que os valores aqui apresentados diferem do *guidance* anteriormente publicado junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), já que neste comparativo, é incluído apenas o PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição), que é somente voltado para ativos elétricos da Distribuição, enquanto os números divulgados junto à CVM incluem também investimentos em ativos não elétricos.

**Captações de recursos** – Para viabilizar o programa de investimentos, a CPFL Piratininga utilizou recursos de financiamentos via BNDES (R\$ 55 milhões). Já para reforço de capital de giro, a Companhia emitiu debêntures (R\$ 215 milhões) e notas promissórias (R\$ 125 milhões), e complementou o saldo restante com recursos de captações sob amparo da Lei 4.131 (R\$ 43 milhões).

**Valor adicionado** – Em 2019, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CPFL Piratininga foi de R\$ 3.073.491 mil, representando 46% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

	<b>2019</b>	
	<b>R\$ mil</b>	<b>%</b>
<b>Pessoal e encargos</b>	<b>168.028</b>	<b>5,5%</b>
Remuneração direta	82.566	2,7%
Benefícios	77.393	2,5%
F.G.T.S	8.069	0,3%
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>2.479.098</b>	<b>80,7%</b>
Federais	1.308.220	42,6%
Estaduais	1.168.158	38,0%
Municipais	2.720	0,1%
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>144.731</b>	<b>4,7%</b>
Juros	140.213	4,6%
Aluguéis	4.519	0,1%
<b>Remuneração de capital próprio</b>	<b>281.634</b>	<b>9,2%</b>
Juros sobre capital próprio (incluindo adicior	41.475	1,3%
Dividendos (incluindo adicional proposto)	228.229	7,4%
Lucros retidos	11.929	0,4%
<b>Total</b>	<b>3.073.491</b>	<b>100,0%</b>

Importante ressaltar que a distribuição apresentada na tabela acima, segue o que foi reportado nas Demonstrações Financeiras Societárias e que a Receita Operacional Bruta utilizada para calcular a representatividade do Valor Adicionado é a reportada nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, que em 2019 foi de R\$ 6.632.321 mil.

**Política de reinvestimento e distribuição de dividendos** – Na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) de 29 de abril de 2019 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2018, por meio da declaração: (i) de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 6.226 mil; e (ii) de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 37.304 mil, declarado em novembro de 2018.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2019:

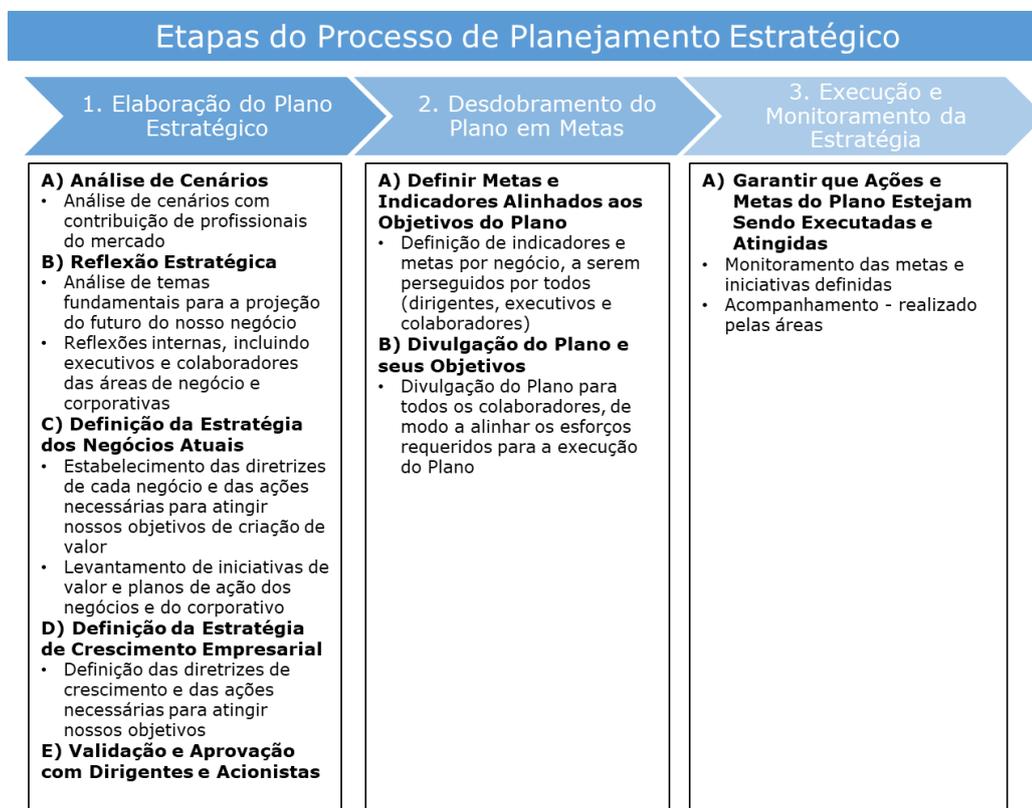
- a) juros sobre capital próprio no montante de R\$ 41.475 mil (R\$ 35.254 mil líquido de IRRF), sendo atribuído para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 0,781122741 (R\$ 0,663954330 líquido dos efeitos tributários), referentes aos resultados acumulados até então do segundo semestre de 2019;

- b) dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, no montante de R\$ 32.172 mil, sendo atribuído para cada lote de mil ações o valor de R\$ 0,605918210;
- c) dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 196.057 mil, sendo atribuído para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 3,692449209.

No exercício de 2019, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 37.935 mil referente a dividendos e juros sobre capital próprio.

**Composição acionária** – A CPFL Piratininga é uma empresa de capital aberto, cujo controle é 100% detido pela CPFL Energia. Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da CPFL Piratininga era de R\$ 249.321 mil, composto por 53.096.770.180 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

**Planejamento Empresarial** – Desde 2002, A Diretoria de Estratégia e Inovação realiza o Planejamento Empresarial e administra a elaboração das estratégias para o grupo CPFL Energia, a aprovação do Conselho de Administração e o desdobramento nas Vice-Presidências (VPs); incluindo a Vice-Presidência de Operações Reguladas (VPR), que abrange o Negócio Distribuição. O desdobramento possibilita a visão de desempenho dos processos sob a responsabilidade de cada uma das VPs e Negócios, e é composto por três etapas (figura abaixo):



Paralelamente à elaboração do Plano Estratégico, acontece o planejamento orçamentário plurianual, administrado pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores, e submetido ao Conselho de Administração.

O mapeamento dos direcionadores do macroambiente e das tendências do setor elétrico, do mercado e dos acionistas ocorre a partir da análise de cenários durante a elaboração do Plano, embasados em

seminários, fóruns de discussões e palestras que contribuem para a consolidação do diagnóstico desse macroambiente.

A etapa de desdobramento ocorre após a aprovação do Plano Estratégico, quando são analisados os resultados do ano anterior e elaboradas as metas e planos de ação para o próximo ano, alinhados ao orçamento aprovado.

Posteriormente, o desdobramento do Plano em cada área acontece por meio do envolvimento das equipes de cada diretoria nos planos de ação, e o acompanhamento dos negócios acontece nas reuniões mensais que visam garantir o atingimento dos resultados.



As principais diretrizes da estratégia são disseminadas para todos os colaboradores, incentivando o engajamento do colaborador; de modo a instigá-lo a criar valor e descobrir como sua área pode contribuir para o crescimento organizacional.

Os canais formais de divulgação são:

- Campanhas internas –*banners* e cartazes em diversos locais;
- Apresentação de vídeo – expondo as principais diretrizes do Plano Estratégico da Empresa;
- Apresentações formais nas áreas – reuniões com grupos de liderança para reforço do Plano;
- Portal de Planejamento Estratégico (intranet) – área onde é disponibilizada uma síntese dos principais direcionadores estratégicos do grupo e dos negócios.

A CPFL Energia conclui a divulgação das principais diretrizes do grupo para todos os *stakeholders* através da página de Relações com Investidores, por meio do resumo com as orientações fundamentais dos negócios e do grupo.

Além da análise de cenários, possíveis mudanças de conjuntura que impactem o planejamento estratégico do grupo e dos negócios são acompanhadas e monitoradas ao longo do ano pela Diretoria de Estratégia e Inovação.

**Gestão pela qualidade total** – Em 2019, as atividades compreenderam: (i) a manutenção das certificações dos Sistemas de Gestão, que compreendem as normas NBR ISO 9001, ISO 14001, ISO/IEC 27001 e OHSAS 18001; (ii) adesão nos ciclos de avaliação de mais de 99% das localidades abrangidas pelo “ColaborAtivo”, que faz o gerenciamento do programa de 5S da companhia; (iii) aprovação em RCA das Políticas do Sistema de Gestão; (iv) aprovação em RCA da norma “Documentos Normativos – Norma Zero”, que estabelece a sistemática de gestão de documentos da CPFL.

**Recursos humanos** – Em 2019 a CPFL Piratininga investiu cerca de 2,2 milhões em programas de formação em excelência operacional e desenvolvimento profissional de alta performance de seus colaboradores.

O nosso compromisso é formar e desenvolver pessoas. Por isso, contamos com a Universidade CPFL, que tem o objetivo de preparar os colaboradores para os desafios do futuro e atender às mudanças dos negócios, a fim de promover uma cultura de multinegócios, inovação, agilidade e foco no cliente.

A Universidade atua como facilitadora, incentivando cada colaborador a assumir o protagonismo da própria carreira, por meio do aprendizado de *soft skills*, ou habilidades mentais, emocionais e sociais, que complementem a formação técnica e aprimorem o desenvolvimento. Para isso, são realizadas diferentes ações como: cursos presenciais e online, atividades *on the job*, acompanhamentos, PDIs e palestras, divididos em quatro escolas de ensino: Excelência Operacional, Excelência no Atendimento, Negócios e Inovação e Liderança.

Em 2019, **1.435 colaboradores** foram alcançados pelas atividades da Universidade CPFL (podendo um funcionário participar de mais de um treinamento), o que representa **72,04 horas de treinamento** por colaborador neste período.

**Sustentabilidade** – A CPFL Piratininga mantém foco estratégico no desenvolvimento sustentável e, reforçando este compromisso, a holding CPFL Energia elaborou um Plano de Sustentabilidade abrangendo todos os seus negócios, com foco em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade –, em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, definindo compromissos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, Mais informações estão disponíveis no Relatório Anual em [www.cpf.com.br/relatorioanual](http://www.cpf.com.br/relatorioanual) e [www.cpf.com.br/ri](http://www.cpf.com.br/ri).

### CPFL Piratininga em números

Atendimento	2019	2018	%
Número de consumidores	1.788.719	1.755.887	1,9%
Número de empregados <sup>1</sup>	47	74	-36,5%
Número de consumidores por empregado	38.058	23.728	60,4%
Número de localidades atendidas	27	27	0,0%
Número de agências	13	24	-45,8%
Número de postos de atendimento	14	10	40,0%
Número de postos de arrecadação	-	-	-

1) Número de empregados: = número de atendentes agencia + 1 atendente por rede fácil.

<b>Operacionais</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
Número de subestações	57	55	3,6%
Linhas de transmissão (Km)	723	702	3,1%
Linhas de distribuição (Km)	26.483	23.959	10,5%

<b>Mercado</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
Área de concessão (Km <sup>2</sup> )	6.954	6.954	0,0%
Demanda máxima (MWh/h)	2.515	2.438	3,2%
Mercado atendido (GWh)	14.052	14.649	-4,1%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.449	2.422	1,1%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh):			
Total (exceto curto prazo)	524,73	469,94	11,7%
Residencial	554,60	499,20	11,1%
Comercial	522,14	475,62	9,8%
Industrial	485,59	445,15	9,1%
Rural	408,14	368,69	10,7%
DEC (horas)	6,48	5,92	9,5%
FEC (número de interrupções)	4,34	3,88	11,9%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	45,85	54,99	-16,6%

<b>Financeiros</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
Receita operacional bruta (R\$ mil)	6.632.321	6.043.169	9,7%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	3.950.551	3.475.783	13,7%
Resultado da atividade (R\$ mil)	337.304	253.065	33,3%
Margem operacional do serviço líquida (%)	8,54%	7,28%	17,3%
EBITDA OU LAJIDA	479.025	383.919	24,8%
Lucro líquido (R\$ mil)	204.480	134.273	52,3%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	797.309	541.982	47,1%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	25,65%	24,77%	3,5%
Endividamento (incluindo derivativos) (R\$ mil)	1.641.574	1.937.084	-15,3%
Em moeda nacional (%)	63%	60%	4,3%
Em moeda estrangeira (%)	37%	40%	-6,5%

## **Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CPFL Piratininga. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente.

Campinas, 27 de abril de 2020.

A Administração

**Companhia Piratininga de Força e Luz**  
**CNPJ no 04.172.213/0001-51**

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em**  
**31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,8 milhões de consumidores (informações não examinadas pelos auditores independentes). Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

**Capital Circulante Líquido Negativo:**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 58.677. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

**Setor Elétrico no Brasil:**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Companhia pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda exceda a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito através de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

### **2.1 Base de preparação:**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas e aprovadas pela ANEEL, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e também seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas pela ANEEL.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão apresentadas e explicadas na nota 32, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão regulatória da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis regulatórias foi dada pela Administração em 17 de abril de 2020.

Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL ([www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)) e da Companhia ([www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br)).

### **2.2 Base de mensuração:**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii)

instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, cuja classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros, e iii) ativo imobilizado, intangível e obrigações especiais.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:**

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, principais premissas em relação aos valores recuperáveis e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativos e passivos financeiros setoriais: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 11 – Outros ativos circulantes: provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 12 – Imobilizado e intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 15 – Benefícios Pós-Emprego: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos; e
- Nota 18 – Provisão para litígios e depósitos judiciais e cauções (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

### **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:**

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

## **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas que as adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas Demonstrações Financeiras de 2019 na nota explicativa 3 – Sumário das principais políticas contábeis, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

### **3.1 Imobilizado em serviço:**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação regulatória compulsória, conforme determina a Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador (nota 12).

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

### **3.2 Imobilizado em curso:**

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as distribuidoras de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Nas demonstrações financeiras societárias, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados, em conformidade com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente e com ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

### **3.3 Intangível:**

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear e em conformidade às taxas estabelecidas pelo poder concedente.

Os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados aos ativos intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

### **3.4 Obrigações especiais vinculadas à concessão:**

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, acrescidos do valor da reavaliação. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

### **3.5 Reserva de reavaliação e Reavaliação regulatória compulsória:**

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social (nota 32.3.1).

A constituição da reavaliação se dá por meio do processo de revisão tarifária periódica, que no caso da Companhia ocorre a cada quatro anos. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo

Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações.

Esse laudo é revisado e homologado pela ANEEL. A última reavaliação registrada pela Companhia considera o processo de elaboração da Base de Remuneração Regulatória – BRR para fins do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica, realizado na data-base de 30 de abril de 2019, que foi aprovado pela Resolução Homologatória nº 2.627 de 22 de outubro de 2019, portanto a Companhia reconheceu a referida reavaliação nas demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019. O registro da reavaliação considerou a atualização monetária pelo IPCA da data-base de 30 de abril de 2019 até 30 de setembro de 2019.

### **3.6 Instrumentos financeiros:**

Em conformidade com o CPC 38, adotado pela ANEEL:

#### **a) Ativos financeiros**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

- Registrados pelo valor justo por meio do resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

#### **b) Passivos financeiros**

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia possui os seguintes principais passivos financeiros:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.
- Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 29.

### **3.7 Redução ao valor recuperável (“impairment”):**

#### **a) Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis, tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos.

Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A tendência histórica da probabilidade de inadimplência segue prazo de vencimento conforme MCSE, que são os critérios abaixo:

<u>Classe</u>	<u>Vencidos acima de:</u>
Residencial	90 dias
Comercial	180 dias
Demais classes	360 dias
Faturas diversas	180 dias
Parcelamento de débitos	90 dias. Em caso de atraso de uma parcela, todo o saldo é provisionado.

Adicionalmente, desde 2018, o saldo da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) é ajustado com o valor da perda esperada, técnica essa utilizada na contabilidade societária a qual convive de forma harmoniosa com as regras do MCSE.

A técnica da contabilidade societária consiste em utilizar uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, que totaliza na maioria um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda esperada são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita Ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o prazo de vencimento do MCSE, adicionando o não faturado utilizando a receita do próprio mês.

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- **Custo amortizado:** pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado.

#### **b) Ativos não financeiros**

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de

caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

### **3.8 Novas normas e interpretações vigentes adotadas na Contabilidade Societária e não adotadas na Contabilidade Regulatória**

Foram emitidas e/ou revisadas normas pelo CPC, mas que ainda não foram aprovadas pela ANEEL e, portanto, não foram aplicadas a essas demonstrações contábeis regulatórias:

#### **a) CPC 47 - Receita de contratos com clientes**

Aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, o CPC 47 estabelece um modelo para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e substituiu o antigo guia de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) - Receitas, CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

De acordo com os requerimentos do pronunciamento, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelece um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

A Administração da Companhia avaliou os efeitos em suas demonstrações contábeis societárias contemplando o novo modelo das cinco etapas mencionadas acima e a compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos considerados como contraprestação variável de acordo com o passo (iii) acima e passou a registrar como receita operacional, na rubrica Outras Receitas, sendo que até 31 de dezembro de 2017 era registrada em Outras Despesas Operacionais.

Adicionalmente, a Companhia em suas demonstrações contábeis societárias, passou a classificar os ativos de infraestrutura da concessão, em construção, na rubrica de ativo contratual de acordo com os requerimentos desse CPC. Esta mudança não apresentou impactos materiais nessas demonstrações financeiras.

Os valores correspondentes aos ajustes de 2019 e 2018 estão demonstrados na nota 32. Referente ao Ativo Contratual em reclassificação do Balanço Patrimonial, e referente a Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos em reclassificação na Demonstração de Resultado.

#### **b) CPC 48 – Instrumentos financeiros**

Aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, a norma CPC 48, estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros passam a ser classificados em três categorias, baseados no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado e; (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o CPC 48 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, no lugar do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e mudanças nessas expectativas

a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Isso significa dizer que não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito.

Com relação às modificações relacionadas à contabilização de hedge, o CPC 48 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos no CPC 38, mas traz maior flexibilidade no que tange aos tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge. Houve a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

A Companhia possui ativos relevantes registrados na rubrica de Ativo financeiro da concessão, anteriormente classificados como “disponíveis para venda”, de acordo com os requerimentos do CPC 38. Estes ativos representam o direito à indenização ao final do prazo de concessão da Companhia. A designação destes instrumentos como disponíveis para venda ocorreu em função da não classificação nas outras três categorias descritas no CPC 38 (empréstimos e recebíveis, valor justo contra o resultado e mantidos até o vencimento). Estes ativos passaram a ser classificados como mensurados ao valor justo contra resultado de acordo com a nova norma (CPC 48) e os efeitos da mensuração subsequente deste ativo são registrados no resultado do exercício. No exercício de 2019 o valor registrado referente a este ativo era de R\$ 1.414.926 (R\$ 1.137.915 em 2018) e não houve impactos na mensuração dos saldos decorrentes da mudança de classificação proveniente da adoção do CPC 48.

Os ativos financeiros setoriais registrados na Companhia relativos ao mecanismo de definição de tarifa, quanto a diferença temporal entre os custos orçados e aqueles que são efetivamente incorridos, eram registrados anteriormente como “empréstimos e recebíveis” de acordo com os requerimentos do CPC 38. Após a aplicação do CPC 48, estes ativos financeiros passaram a ser classificados como custo amortizado.

Desta forma, não houve nenhum impacto relevante de mensuração nas demonstrações financeiras da Companhia em função da adoção inicial relacionada à classificação de ativos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia não aplica a contabilização de hedge.

O valor corresponde ao ajuste de 2019 e 2018 estão demonstrados na nota 32, como ajuste referente Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros.

#### **c) CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil**

Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, emitida em 13 de janeiro de 2016, a norma estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, eliminando a antiga classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil).

Para os contratos nos quais a Companhia atua como arrendatária, como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, os valores resultantes do ativo de direito de uso, bem como do passivo de arrendamento foram considerados imateriais e não foram registrados.

#### **d) ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, emitida em maio de 2017, a norma surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela Companhia.

A Companhia avaliou a interpretação e o impacto da adoção da norma na contabilidade societária foi a reclassificação dos saldos de provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro na data base de 31 de dezembro de 2019 para a rubrica de Imposto de renda e contribuição social a recolher.

O valor correspondente ao ajuste de 2019 está demonstrado na nota 32, como reclassificação referente Provisão para riscos fiscais.

#### 4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

##### Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

##### Valor reavaliado de um ativo:

O ativo imobilizado e intangível é contabilizado pelo custo de aquisição deduzidos da depreciação acumulada. Os valores são acrescidos da parcela de reavaliação de ativo homologado pela ANEEL por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	54.736	91.577
Equivalentes de caixa	182.283	193
Títulos de crédito privado	<u>182.283</u>	<u>193</u>
<b>Total</b>	<b><u>237.019</u></b>	<b><u>91.770</u></b>

**Títulos de crédito privado:** corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 87.874 (R\$ 193 em 31 de dezembro de 2018); e (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 94.409, ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 79,88% (100,3% em 2018) do CDI.

## 6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Valores Correntes							Valores Renegociados					Total em 31/12/2019	Total em 31/12/2018	
	Correntes a Vencer		Correntes Vencidas					Renegociados a Vencer		Renegociados Vencidos					
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos			
<b>Fornecimento de Energia</b>	<b>471.120</b>	-	<b>140.600</b>	<b>18.973</b>	<b>6.855</b>	<b>24.746</b>	<b>(64.281)</b>	<b>9.261</b>	<b>35.900</b>	<b>5.924</b>	<b>10.761</b>	<b>(20.253)</b>	<b>639.605</b>	<b>699.981</b>	
Residencial	130.807	-	106.885	14.153	587	3.571	(27.002)	7.736	21.922	4.986	5.163	(5.671)	263.139	287.873	
Industrial	36.960	-	14.708	2.915	4.949	15.902	(18.768)	550	3.552	393	3.795	(4.700)	60.256	57.874	
Comercial	53.333	-	14.406	1.456	1.300	2.614	(13.242)	903	5.237	507	951	(3.993)	63.472	75.672	
Rural	2.369	-	1.081	113	-	5	(383)	51	119	35	29	(51)	3.370	3.654	
Poderes Públicos	10.972	-	1.478	225	-	10	(1.313)	4	4.985	-	-	(4.985)	11.378	12.205	
Iluminação Pública	10.034	-	212	5	17	1	(1.279)	5	79	3	-	-	9.077	12.062	
Serviço Público	13.070	-	956	18	-	2.638	(2.294)	12	6	-	822	(854)	14.373	18.583	
Serviço Taxado	502	-	872	87	2	3	-	-	-	-	-	-	1.467	774	
Fornecimento Não Faturado	213.103	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	213.103	231.314	
(-) Arrecadação Processo Classif.	(30)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30)	(30)	
Outros consumidores	9.800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.800	10.055	
<b>Consumidores</b>	<b>480.920</b>	-	<b>140.600</b>	<b>18.973</b>	<b>6.855</b>	<b>24.746</b>	<b>(64.281)</b>	<b>9.261</b>	<b>35.900</b>	<b>5.924</b>	<b>10.761</b>	<b>(20.253)</b>	<b>649.405</b>	<b>710.036</b>	
Suprimento Energia - Moeda Nacional	11.102	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.102	2.985	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.161	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.161	142	
Energia Elétrica de Curto Prazo	117.115	8.208	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	125.323	50.149	
<b>Concessionárias e permissionárias</b>	<b>129.378</b>	<b>8.208</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>137.586</b>	<b>53.276</b>	
<b>Consumidores, concessionárias e permissionárias</b>	<b>610.298</b>	<b>8.208</b>	<b>140.600</b>	<b>18.973</b>	<b>6.855</b>	<b>24.746</b>	<b>(64.281)</b>	<b>9.261</b>	<b>35.900</b>	<b>5.924</b>	<b>10.761</b>	<b>(20.253)</b>	<b>786.992</b>	<b>763.312</b>	
													Circulante	766.152	747.218
													Não Circulante	20.840	16.094
														<b>786.992</b>	<b>763.312</b>

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”):

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito nas notas 3.7 – Redução ao valor recuperável (“*Impairment*”).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias
Saldo em 31/12/2017	(52.248)
Provisão revertida (constituída) líquida	(87.276)
Recuperação de receita	35.323
Adoção de nova metodologia para cálculo da PCLD	(17.877)
Baixa de contas a receber provisionadas	50.248
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(71.829)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(130.997)
Recuperação de receita	61.249
Baixa de contas a receber provisionadas	57.043
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>(84.534)</b>

## 7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	2.191
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	378	8.151
Imposto de renda e contribuição social a compensar	922	1.110
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.517	5.546
ICMS a compensar	16.371	15.279
Programa de integração social - PIS	714	938
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.191	4.222
Outros	49	96
<b>Total</b>	<b><u>26.143</u></b>	<b><u>37.533</u></b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
ICMS a compensar	24.319	24.637
<b>Total</b>	<b><u>24.319</u></b>	<b><u>24.637</u></b>

**Imposto de renda retido na fonte – IRRF:** refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

**ICMS a compensar:** refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativo imobilizado.

## 8. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aplicação direta	100.105	-	-	-
Outros	-	-	-	6.804
<b>Total</b>	<b><u>100.105</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>6.804</u></b>

Refere-se a valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), cuja remuneração é equivalente à média de 100% do CDI, com vencimento em setembro de 2020.

## 9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Atualização monetária	Perdas	Transferências	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Ativa (a)</b>	<b>902.771</b>	<b>316.348</b>	<b>(645.674)</b>	<b>35.843</b>	<b>(1.239)</b>	<b>(92.288)</b>	<b>515.761</b>	<b>277.655</b>	<b>238.106</b>	<b>322.666</b>	<b>193.095</b>
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	426.153	138.845	(284.822)	16.048	(1.652)	(126.339)	168.235	57.998	110.237	78.837	89.398
Custo de Energia Itaipu	360.435	182.429	(278.328)	15.669	413	(333)	280.285	173.877	106.408	193.992	86.293
Proinfra	2.881	15.467	(6.313)	745	-	1.220	13.999	13.999	-	13.999	-
Transporte de Rede Básica	24.439	15.818	(23.603)	640	-	1.657	18.951	-	18.951	3.583	15.368
Transporte de Energia - Itaipu	12.911	5.766	(11.527)	512	-	-	7.662	5.152	2.510	5.627	2.035
CDE	75.951	(41.977)	(41.081)	2.229	-	31.507	26.629	26.629	-	26.629	-
<b>Demais Ativos Financeiros Setoriais (b)</b>	<b>48.390</b>	<b>9.826</b>	<b>(48.367)</b>	<b>213</b>	<b>273</b>	<b>1.771</b>	<b>12.107</b>	<b>1.191</b>	<b>10.916</b>	<b>3.254</b>	<b>8.853</b>
Sobrecontratação de Energia	48.084	(1.634)	(48.084)	-	-	1.634	-	-	-	-	-
Outros	306	11.460	(283)	213	273	137	12.107	1.191	10.916	3.254	8.853
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>951.160</b>	<b>326.174</b>	<b>(694.041)</b>	<b>36.056</b>	<b>(966)</b>	<b>(90.517)</b>	<b>527.867</b>	<b>278.846</b>	<b>249.021</b>	<b>325.920</b>	<b>201.947</b>

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Atualização monetária	Perdas	Transferências	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Passiva (a)</b>	<b>322.550</b>	<b>138.531</b>	<b>(168.320)</b>	<b>14.950</b>	<b>(1.262)</b>	<b>(92.288)</b>	<b>214.162</b>	<b>77.303</b>	<b>136.859</b>	<b>103.175</b>	<b>110.987</b>
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	100.130	63.289	-	6.205	-	(126.339)	43.285	-	43.285	8.183	35.102
Custo de Energia Itaipu	5.606	(2.252)	(174)	(8)	(279)	(333)	2.561	706	1.855	1.057	1.504
Proinfra	-	(1.220)	-	-	-	1.220	-	-	-	-	-
Transporte de Rede Básica	17.034	(17.560)	(343)	562	-	1.657	1.350	1.350	-	1.350	-
ESS/EER	199.780	68.183	(167.803)	8.227	(983)	-	107.404	75.247	32.157	81.326	26.078
CDE	-	28.091	-	(36)	-	31.507	59.562	-	59.562	11.260	48.302
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais (b)</b>	<b>391.144</b>	<b>217.543</b>	<b>(249.724)</b>	<b>12.011</b>	<b>(4.829)</b>	<b>1.771</b>	<b>367.914</b>	<b>252.861</b>	<b>115.053</b>	<b>178.435</b>	<b>189.479</b>
Neutralidade da Parcela A	17.546	6.307	(14.754)	134	(1)	-	9.233	3.376	5.857	4.484	4.749
Sobrecontratação de Energia	18.815	52.111	(5.537)	2.391	-	1.634	69.413	23.336	46.077	32.046	37.367
Ressarcimento de Reposição na Revisão Tarifária Periódica	118.428	32.117	(6.217)	6.166	(2.154)	-	148.339	124.263	24.076	32.639	115.700
Outros	236.354	127.008	(223.216)	3.320	(2.674)	137	140.929	101.886	39.043	109.266	31.663
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>713.694</b>	<b>356.073</b>	<b>(418.045)</b>	<b>26.960</b>	<b>(6.091)</b>	<b>(90.517)</b>	<b>582.075</b>	<b>330.163</b>	<b>251.912</b>	<b>281.609</b>	<b>300.466</b>

### **(a) CVA - Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”**

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Atualmente, os principais gastos considerados como custos não gerenciáveis são:

- Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”);
- Energia Elétrica Comprada para Revenda;
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”);
- Encargos de Serviço do Sistema (“ESS”) e Encargos de Energia de reserva (“EER”);
- Rede Básica;
- Repasse de Itaipu;
- Transporte de Itaipu.

Os itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela - CVA” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 23 de outubro de 2018 a 22 de outubro de 2019, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação CVA foi iniciada em 23 de outubro de 2019, logo após o final da vigência do Reajuste Tarifário de outubro de 2019, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, a RTA não alterou o mecanismo de compensação.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

### **(b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais**

- **Neutralidade dos encargos setoriais da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados relativos a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.
- **Sobrecontratação:** o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.
- **Ressarcimento de Reposição na Revisão Tarifaria Periódica:** refere-se aos componentes financeiros referentes a recálculos de processos tarifários, de forma a neutralizar os efeitos aos consumidores. O principal item é a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, valores em constituição e valores já homologados e que passaram a ser amortizados linearmente até a próxima revisão tarifária,
- **Outros componentes financeiros:** refere-se principalmente (i) efeito tarifário decorrente de acordo bilateral entre partes signatárias de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR e (ii) reversão do adiantamento concedido para fazer frente aos custos com Risco Hidrológico.

## 10. TRIBUTOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Benefício Fiscal do intangível incorporado</b>	<b>9.145</b>	<b>31.385</b>	<b>10.180</b>	<b>34.938</b>
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para litígios	4.738	13.162	9.744	27.067
Entidade de previdência privada	3.983	11.064	2.891	8.030
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.862	21.839	6.708	18.633
Provisão energia livre	2.113	5.868	1.994	5.538
Programas de P&D e eficiência energética	6.474	17.982	5.025	13.960
Provisão relacionada a pessoal	923	2.565	829	2.303
Derivativos	(9.386)	(26.073)	(17.862)	(49.617)
Marcação a Mercado - Derivativos	(3.083)	(8.563)	(56)	(156)
Marcação a Mercado - Dívidas	1.635	4.543	(1.099)	(3.056)
Ativo Intangível da concessão (ICPC-01)	130	361	145	402
Perdas atuariais (CPC)	3.541	9.835	3.541	9.835
Outros	96	6	950	2.376
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Reavaliação regulatória compulsória	(70.957)	(197.104)	(35.587)	(98.854)
Perdas atuariais (CPC)	31.228	86.748	15.425	42.850
<b>Total</b>	<b>(11.557)</b>	<b>(26.380)</b>	<b>2.828</b>	<b>14.248</b>

### 10.1 Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No exercício de 2019, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,37% (3,53% em 2018).

Os créditos tributários constituídos com base em projeções orçamentárias elaboradas pela administração da Companhia serão realizados até o final do contrato de concessão.

### 10.2 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no passivo não circulante (em função de divulgar o saldo líquido considerando ativos e passivos), decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis, estão baseados no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

<u>Expectativa de recuperação</u>	
2020	30.625
2021	27.035
2022	23.045
2023	12.833
2024	12.833
2025 a 2027	28.599
2028	141.767
<b>Total</b>	<b>276.735</b>

### 10.3 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social:

	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>	<b>305.834</b>	<b>305.834</b>	<b>200.225</b>	<b>200.225</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Juros sobre o capital próprio	(41.475)	(41.475)	(37.304)	(37.304)
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(2.540)	(2.540)	-	-
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	31.727	31.727	29.536	29.536
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	3.501	(4.872)	2.374	1.211
<b>Base de cálculo</b>	<b>297.046</b>	<b>288.673</b>	<b>194.831</b>	<b>193.669</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Crédito (Débito) fiscal apurado</b>	<b>(26.734)</b>	<b>(72.168)</b>	<b>(17.535)</b>	<b>(48.417)</b>
Provisão para riscos fiscais	(2.452)	-	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>(29.185)</b>	<b>(72.169)</b>	<b>(17.535)</b>	<b>(48.417)</b>
Corrente	(37.975)	(95.907)	(17.982)	(48.837)
Diferido	8.790	23.738	447	420

(\*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica

### 10.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, em Outros resultados abrangentes, nos exercícios de 2019 e 2018 foram os seguintes:

	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Perdas/ (ganhos) atuariais</b>	<b>221.029</b>	<b>221.029</b>	<b>78.108</b>	<b>78.108</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos apurados</b>	<b>(19.893)</b>	<b>(55.257)</b>	<b>(7.030)</b>	<b>(19.527)</b>
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	4.090	11.359	(1.122)	(3.119)
<b>Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuarias</b>	<b>(15.803)</b>	<b>(43.898)</b>	<b>(8.152)</b>	<b>(22.646)</b>
<b>Reserva de Reavaliação</b>	<b>392.998</b>	<b>392.998</b>	<b>(41.132)</b>	<b>(41.132)</b>
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos em outros resultados abrangentes sobre reserva de reavaliação</b>	<b>(35.370)</b>	<b>(98.249)</b>	<b>3.702</b>	<b>10.283</b>
<b>Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>(51.172)</b>	<b>(142.148)</b>	<b>(4.450)</b>	<b>(12.363)</b>

## 11. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos - Fundação CESP	2.036	530	678	678
Serviços prestados a terceiros	1.931	1.679	-	-
Contas a receber - CDE	31.235	14.676	-	-
Adiantamentos a funcionários	3.717	2.943	-	-
Faturas diversas	2.169	2.584	-	-
Arrendamentos e alugueis de postes	6.501	5.277	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.822)	(2.702)	-	-
Outros	11.587	18.121	-	-
<b>Total</b>	<b>56.356</b>	<b>43.107</b>	<b>678</b>	<b>678</b>

**Contas a receber – CDE:** refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.461 (R\$ 1.396 em 31 de dezembro de 2018), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 28.774 (R\$ 13.269 em 31 de dezembro de 2018) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2018), nota 22.3.

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”):**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está detalhada abaixo:

	<b>Outros Ativos Circulantes</b>
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>(2.785)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	382
Adoção de nova metodologia para cálculo da PCLD	(299)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(2.702)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(119)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>(2.822)</b>

**12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019			2018
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
<b>Distribuição</b>	3,78%	5.791.395	(2.682.352)	3.109.043	2.453.616
Custo Histórico		3.434.265	(1.298.239)	2.136.026	1.936.313
Reavaliação		2.357.130	(1.384.113)	973.017	517.303
<b>Administração</b>	12,82%	85.337	(54.749)	30.588	29.759
Custo Histórico		63.774	(34.829)	28.946	28.373
Reavaliação		21.563	(19.920)	1.642	1.385
<b>Subtotal</b>		<b>5.876.732</b>	<b>(2.737.102)</b>	<b>3.139.631</b>	<b>2.483.375</b>
<b>Em Curso</b>		<b>127.282</b>	-	<b>127.282</b>	<b>217.559</b>
Distribuição		105.900	-	105.900	186.124
Administração		21.382	-	21.382	31.435
<b>Subtotal</b>		<b>127.282</b>	-	<b>127.282</b>	<b>217.559</b>
<b>Total</b>		<b>6.004.015</b>	<b>(2.737.102)</b>	<b>3.266.913</b>	<b>2.700.934</b>

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019			2018
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
<b>Distribuição</b>	19,45%	129.726	(55.510)	74.216	54.160
Custo Histórico		79.596	(33.915)	45.680	36.201
Reavaliação		50.130	(21.595)	28.535	17.959
<b>Administração</b>	20,00%	282.693	(258.625)	24.069	14.077
Custo Histórico		180.430	(157.203)	23.227	13.805
Reavaliação		102.264	(101.422)	842	272
<b>Subtotal</b>		<b>412.419</b>	<b>(314.135)</b>	<b>98.284</b>	<b>68.237</b>
<b>Em Curso</b>		<b>24.639</b>	-	<b>24.639</b>	<b>39.730</b>
Distribuição		3.380	-	3.380	11.786
Administração		21.259	-	21.259	27.943
<b>Subtotal</b>		<b>24.639</b>	-	<b>24.639</b>	<b>39.730</b>
<b>Total</b>		<b>437.058</b>	<b>(314.135)</b>	<b>122.924</b>	<b>107.967</b>

A movimentação do imobilizado no exercício é demonstrada abaixo:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Distribuição</b>	<b>4.639.260</b>	<b>3.593</b>	<b>(190.907)</b>	<b>334.318</b>	<b>1.005.134</b>	<b>(3)</b>	<b>5.791.395</b>	<b>147.004</b>	<b>(2.682.352)</b>	<b>3.109.043</b>	<b>2.453.616</b>
Terrenos	96.194	-	-	3.034	41.343	-	140.572	3.034	-	140.572	96.194
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	98.625	-	(11)	7.627	(6.330)	-	99.910	7.615	(63.832)	36.079	30.808
Máquinas e Equipamentos	4.402.737	3.593	(188.935)	312.458	959.698	7.909	5.497.461	127.116	(2.578.425)	2.919.036	2.316.216
Veículos	37.380	-	(1.960)	11.196	8.684	(7.909)	47.390	9.236	(35.607)	11.783	8.874
Móveis e Utensílios	4.324	-	-	3	1.738	(3)	6.062	3	(4.488)	1.574	1.524
<b>Administração</b>	<b>69.344</b>	<b>-</b>	<b>(212)</b>	<b>7.615</b>	<b>8.586</b>	<b>3</b>	<b>85.337</b>	<b>7.403</b>	<b>(54.749)</b>	<b>30.588</b>	<b>29.759</b>
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	7.994	-	-	72	(2.571)	-	5.495	72	(922)	4.572	7.057
Máquinas e Equipamentos	52.882	-	-	6.586	9.479	410	69.357	6.586	(47.313)	22.044	19.035
Veículos	3.944	-	(212)	956	501	(410)	4.778	744	(2.309)	2.470	2.258
Móveis e Utensílios	4.525	-	-	2	1.178	3	5.707	2	(4.206)	1.502	1.409
<b>Subtotal</b>	<b>4.708.604</b>	<b>3.593</b>	<b>(191.119)</b>	<b>341.933</b>	<b>1.013.720</b>	<b>-</b>	<b>5.876.732</b>	<b>154.408</b>	<b>(2.737.102)</b>	<b>3.139.631</b>	<b>2.483.375</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2018</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Baixas (B)</b>	<b>Transferências (C)</b>	<b>Reavaliação</b>	<b>Reclassif.</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2019</b>	<b>Adições Líquidas (A)-(B)+(C)</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2019</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2018</b>
<b>Distribuição</b>	<b>186.124</b>	<b>244.040</b>	<b>-</b>	<b>(324.264)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>105.900</b>	<b>(80.224)</b>	<b>-</b>	<b>105.900</b>	<b>186.124</b>
Máquinas e Equipamentos	124.023	235.680	-	(303.065)	-	-	56.639	(67.385)	-	56.639	124.023
Outros	62.101	8.360	-	(21.199)	-	-	49.262	(12.839)	-	49.262	62.101
<b>Administração</b>	<b>31.435</b>	<b>13.926</b>	<b>-</b>	<b>(23.980)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.382</b>	<b>(10.053)</b>	<b>-</b>	<b>21.382</b>	<b>31.435</b>
Máquinas e Equipamentos	10.744	8.308	-	(7.388)	-	-	11.664	920	-	11.664	10.744
Outros	20.691	5.618	-	(16.592)	-	-	9.718	(10.973)	-	9.718	20.691
<b>Subtotal</b>	<b>217.559</b>	<b>257.966</b>	<b>-</b>	<b>(348.244)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>127.282</b>	<b>(90.277)</b>	<b>-</b>	<b>127.282</b>	<b>217.559</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>4.926.164</b>	<b>261.560</b>	<b>(191.119)</b>	<b>(6.311)</b>	<b>1.013.720</b>	<b>-</b>	<b>6.004.015</b>	<b>64.130</b>	<b>(2.737.102)</b>	<b>3.266.913</b>	<b>2.700.934</b>

A composição das adições ao ativo imobilizado em curso no exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso 2019	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação /Amortização	Outros Gastos	Total
<b>Imobilizado em Curso</b>	<b>144.499</b>	<b>84.290</b>	<b>13.314</b>	<b>3.070</b>	<b>241</b>	<b>13.902</b>	<b>259.316</b>
Terrenos	-	(214)	1	19	-	3.876	3.682
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	176	2.174	-	-	-	-	2.350
Máquinas e Equipamentos	141.132	77.022	12.784	2.936	240	9.874	243.988
Veículos	2.900	77	-	-	-	0	2.977
Móveis e Utensílios	292	-	-	-	-	-	292
A Ratear	-	5.231	528	115	2	151	6.028
<b>Outros - Estoque</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.349)</b>	<b>(1.349)</b>
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	(2.463)	(2.463)
Material em Depósito	-	-	-	-	-	504	504
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	609	609
<b>Total das Adições</b>	<b>144.499</b>	<b>84.290</b>	<b>13.314</b>	<b>3.070</b>	<b>241</b>	<b>12.552</b>	<b>257.966</b>

A movimentação da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)
<b>AIS Bruto</b>	<b>4.402.737</b>	<b>3.593</b>	<b>(188.935)</b>	<b>312.458</b>	<b>959.698</b>	<b>7.909</b>	<b>5.497.461</b>	<b>127.116</b>
Transformador de Distribuição	469.930	-	(22.569)	25.776	160.493	-	633.630	3.207
Medidor	464.303	-	(19.209)	25.468	122.687	-	593.249	6.260
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	487.484	-	(34.613)	43.476	102.680	-	599.026	8.863
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	972.495	-	(69.226)	86.951	205.359	-	1.195.580	17.726
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	749.153	3.593	(7.796)	58.087	155.030	-	958.067	53.884
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	27.333	-	-	-	6.657	-	33.991	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	739.852	-	(34.954)	63.241	158.481	(92)	926.529	28.287
Demais Máquinas e Equipamentos	492.187	-	(568)	9.458	48.312	8.001	557.389	8.890

A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>											
Distribuição	95.344	-	-	13.738	20.644	-	129.726	13.738	(55.510)	74.216	54.160
Serviços	48.995	-	-	10.795	9.903	-	69.693	10.795	-	69.693	48.995
Softwares	46.349	-	-	2.943	10.041	-	59.332	2.943	(55.189)	4.143	5.165
Outros	-	-	-	-	701	-	701	-	(320)	380	-
<b>Administração</b>	<b>215.688</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.974</b>	<b>48.031</b>	<b>-</b>	<b>282.693</b>	<b>18.974</b>	<b>(258.625)</b>	<b>24.069</b>	<b>14.077</b>
Softwares	215.688	-	-	18.974	48.031	-	282.693	18.974	(258.625)	24.069	14.077
<b>Subtotal</b>	<b>311.032</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>32.712</b>	<b>68.675</b>	<b>-</b>	<b>412.419</b>	<b>32.712</b>	<b>(314.135)</b>	<b>98.284</b>	<b>68.237</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>											
Distribuição	11.792	1.852	-	(5.306)	-	(4.957)	3.380	(3.454)	-	3.380	11.786
Serviços	5.559	1.167	-	(5.306)	-	-	1.420	(4.139)	-	1.420	5.559
Outros	6.233	685	-	-	-	(4.957)	1.961	685	-	1.961	6.228
<b>Administração</b>	<b>27.938</b>	<b>11.702</b>	<b>(2.244)</b>	<b>(21.095)</b>	<b>-</b>	<b>4.957</b>	<b>21.259</b>	<b>(11.636)</b>	<b>-</b>	<b>21.259</b>	<b>27.943</b>
Outros	27.938	11.702	(2.244)	(21.095)	-	4.957	21.259	(11.636)	-	21.259	27.943
<b>Subtotal</b>	<b>39.730</b>	<b>13.555</b>	<b>(2.244)</b>	<b>(26.401)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.639</b>	<b>(15.090)</b>	<b>-</b>	<b>24.639</b>	<b>39.730</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>350.762</b>	<b>13.555</b>	<b>(2.244)</b>	<b>6.311</b>	<b>68.675</b>	<b>-</b>	<b>437.058</b>	<b>17.621</b>	<b>(314.135)</b>	<b>122.924</b>	<b>107.967</b>

As principais taxas anuais de depreciação/amortização por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

## Taxas anuais de depreciação (%)

### **Distribuição**

Chave Seccionador, Tensão Igual ou Superior a 69kV	3,33%
Chave Seccionador, Tensão Inferior a 69kV	6,67%
Condutor Classe de Tensão Igual ou Superior a 69kV	2,70%
Condutor Classe de Tensão Inferior a 69kV	3,57%
Estrutura Poste	3,57%
Estrutura Torre	2,70%
Medidor Eletromecânico	4,00%
Medidor Eletrônico	7,69%
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57%
Regulador de Tensão, Igual ou Superior a 69kV	3,45%
Regulador de Tensão, Inferior 69kV	4,35%
Religador	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%

### **Administração central**

Software	20,00%
Equipamento Geral de Informática	16,67%
Equipamento Geral	6,25%
Veículos	14,29%
Edificações - Outras	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## **13. FORNECEDORES**

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Encargos de Uso da Rede Elétrica	46.082	49.589
Suprimento de Energia Elétrica	405.920	230.946
Materiais e serviços	63.685	61.789
Outros	43.782	41.320
<b>Total</b>	<b><u>559.469</u></b>	<b><u>383.644</u></b>

# 14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

## 14.1 Abertura de Endividamento Total:

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim-pletente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pqto Juros	Frequência Pqto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total		
																2021	2022	2023	2024	2025	2026+			
<b>Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira</b>	<b>2.749</b>	<b>272.569</b>	<b>338.513</b>	<b>613.832</b>												<b>338.513</b>	-	-	-	-	-	-	<b>338.513</b>	
Banco Scotiabank - Lei 4131	1.263	-	180.172	180.172	Sim	abr-18	Avai/Fiança	US\$	3,28%	13/04/20	Semestral	13/04/21	13/04/21	Parcela única em abril de 2021	Bulet (final)	180.172	-	-	-	-	-	-	-	180.172
Banco HSBC - Lei 4131	446	104.008	52.004	156.458	Sim	mai-18	Avai/Fiança	US\$ Libor	Libor 3m + 0,95% a.a.	21/02/20	Trimestral	25/05/20	24/05/21	Cinco parcelas (Mai/19, Nov/19, Maio/20 e Maio/21)	Outros	52.004	-	-	-	-	-	-	-	52.004
Banco Citibank N.A. - Lei 4131	726	125.959	-	126.685	Sim	jan-15	Avai/Fiança	US\$ Libor	Libor 3m + 1,41%	30/01/20	Trimestral	30/01/20	30/01/20	Dois parcelas (Jan/19 e Jan/20)	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco Merrill Lynch - Lei 4131	83	-	106.000	106.000	Sim	mai-18	Avai/Fiança	Euro	0,78%	28/02/20	Trimestral	25/05/21	25/05/21	Parcela única em maio de 2021	Bulet (final)	106.000	-	-	-	-	-	-	-	106.000
Banco Scotiabank - Lei 4131	216	41.865	-	42.081	Sim	set-19	Avai/Fiança	US\$	1,96%	27/03/20	Semestral	28/09/20	28/09/20	Parcela única em setembro de 2020	Bulet (final)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco HSBC - Lei 4131	15	3.477	1.739	5.231	Sim	mai-18	Avai/Fiança	US\$ Libor	Libor 3m + 0,95% a.a.	21/02/20	Trimestral	25/05/20	24/05/21	Cinco parcelas (Mai/19, Nov/19, Maio/20, Nov/20 e Maio/21)	Outros	1.739	-	-	-	-	-	-	-	1.739
Marcação a mercado	-	(2.740)	(1.402)	(4.143)												(1.402)	-	-	-	-	-	-	-	(1.402)
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>	<b>14.600</b>	<b>97.695</b>	<b>1.053.993</b>	<b>1.166.287</b>												<b>220.982</b>	<b>166.180</b>	<b>171.540</b>	<b>282.863</b>	<b>141.681</b>	<b>70.748</b>	<b>1.053.993</b>		
Debentures 0ª Emissão - CFPF 28 - CDI	5.310	-	246.000	251.310	Sim	mar-17	Avai/Fiança	CDI	109,5% do CDI	17/02/20	Semestral	17/02/21	15/02/22	Dois parcelas (Fev/21 e Fev/22)	Outros	123.000	123.000	-	-	-	-	-	-	246.000
SNDES- FINEM	441	21.496	214.962	236.899	Sim	dez-18	Avai/Fiança	IPCA	0,05	16/06/20	Trimestral	15/04/20	16/06/20	Durante o período de carência: pagamento de Juros-trimestral	SAC	28.662	28.662	28.662	28.662	28.662	-	71.654	214.962	
Debenture- CFPFA1	910	-	215.000	215.910	Sim	jun-19	Avai/Fiança	CDI	1,07	29/05/20	Semestral	29/05/23	28/05/24	Dois parcelas (Mai/23 e Maio/24)	Outros	-	107.500	107.500	-	-	-	-	-	215.000
Debenture- CFPFA0	4.471	-	205.930	210.401	Sim	set-18	Avai/Fiança	IPCA	0,06	17/02/20	Semestral	15/08/24	15/08/25	Dois parcelas (Ago/24 e Ago/25)	Outros	-	-	-	102.955	102.955	-	-	-	205.930
Debentures 0ª Emissão - DI	1.974	39.415	80.804	80.804	Sim	fev-13	Avai/Fiança	CDI	0,01	05/02/20	Semestral	05/02/20	05/02/21	Quatro parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Outros	39.415	-	-	-	-	-	-	-	39.415
Debentures 0ª Emissão - CFPF 18 - IPCA	1.306	-	65.948	67.256	Sim	mar-17	Avai/Fiança	IPCA	0,05	17/02/20	Semestral	15/02/23	15/02/24	Quatro parcelas (Fev/23 e Fev/24)	Outros	-	-	32.974	32.974	-	-	-	-	65.948
FREM VI - 2014-2015 - Dreto - Safra	11	4.700	5.875	10.586	Sim	mar-15	Recebíveis	Selic	0,03	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/03/22	Mensal	SAC	4.700	1.175	-	-	-	-	-	-	5.875
FREM VI - 2014-2015 - Dreto	11	4.700	5.875	10.586	Sim	mar-15	Recebíveis	Selic	0,03	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/03/22	Mensal	SAC	4.700	1.175	-	-	-	-	-	-	5.875
Finem V - Dreto	10	3.433	6.579	10.022	Sim	out-12	Recebíveis	Pré	0,03	15/01/20	Trimestral	15/01/20	16/11/22	Mensal	SAC	3.433	3.147	-	-	-	-	-	-	6.579
Finem V - Bco. Brasil	8	2.746	5.263	8.018	Sim	out-12	Recebíveis	Pré	0,03	15/01/20	Trimestral	15/01/20	16/11/22	Mensal	SAC	2.746	2.517	-	-	-	-	-	-	5.263
FREM VI - 2014-2015 - Bco. Safra	24	3.188	3.985	7.196	Sim	mar-15	Recebíveis	TJLP	0,03	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/03/22	Mensal	SAC	3.188	797	-	-	-	-	-	-	3.985
FREM VI - 2014-2015 - Dreto	24	3.188	3.985	7.196	Sim	mar-15	Recebíveis	TJLP	0,03	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/03/22	Mensal	SAC	3.188	797	-	-	-	-	-	-	3.985
FREM VI - 2014-2015 - Dreto	16	1.590	5.167	6.772	Sim	mar-15	Recebíveis	Pré	0,06	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/03/24	Mensal	SAC	1.590	1.590	1.590	397	-	-	-	-	5.167
FREM VI - 2014-2015 - Bco. Safra	16	1.590	5.167	6.772	Sim	mar-15	Recebíveis	Pré	0,06	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/03/24	Mensal	SAC	1.590	1.590	1.590	397	-	-	-	-	5.167
FREM VI - 2014-2015 - Bco. Safra	19	2.781	3.476	6.276	Sim	mar-15	Recebíveis	TJLP	0,02	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/03/22	Mensal	SAC	2.781	695	-	-	-	-	-	-	3.476
FREM VI - 2014-2015 - Dreto	19	2.781	3.476	6.276	Sim	mar-15	Recebíveis	TJLP	0,02	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/03/22	Mensal	SAC	2.781	695	-	-	-	-	-	-	3.476
FREM VI - 2014-2015 - Dreto	7	700	2.275	2.982	Sim	mar-15	Recebíveis	Pré	0,06	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/03/24	Mensal	SAC	700	700	700	175	-	-	-	-	2.275
Finem IV - Dreto	5	1.959	163	2.127	Sim	dez-10	Recebíveis	Pré	0,06	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/01/21	Mensal	SAC	163	-	-	-	-	-	-	-	163
Finem V - Itaú-BBA	2	687	1.316	2.004	Sim	out-12	Recebíveis	Pré	0,03	15/01/20	Trimestral	15/01/20	16/11/22	Mensal	SAC	687	629	-	-	-	-	-	-	1.316
Finem IV - Bco. Brasil	2	979	82	1.063	Sim	dez-10	Recebíveis	Pré	0,06	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/01/21	Mensal	SAC	82	-	-	-	-	-	-	-	82
Finem IV - Itaú-BBA	2	979	82	1.063	Sim	dez-10	Recebíveis	Pré	0,06	15/01/20	Trimestral	15/01/20	15/01/21	Mensal	SAC	82	-	-	-	-	-	-	-	82
Finem V - Dreto	1	197	378	577	Sim	out-12	Recebíveis	Pré	0,03	15/01/20	Mensal	15/01/20	16/11/22	Mensal	SAC	197	181	-	-	-	-	-	-	378
FREM VI - 2014-2015 - Bco. Safra	0	212	265	478	Sim	mar-15	Recebíveis	Selic	0,03	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/03/22	Mensal	SAC	212	53	-	-	-	-	-	-	265
FREM VI - 2014-2015 - Dreto	0	212	265	478	Sim	mar-15	Recebíveis	Selic	0,03	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/03/22	Mensal	SAC	212	53	-	-	-	-	-	-	265
FREM VI - 2014-2015 - Bco. Safra	2	205	256	463	Sim	mar-15	Recebíveis	TJLP	0,03	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/03/22	Mensal	SAC	205	51	-	-	-	-	-	-	256
FREM VI - 2014-2015 - Dreto	2	205	256	463	Sim	mar-15	Recebíveis	TJLP	0,03	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/03/22	Mensal	SAC	205	51	-	-	-	-	-	-	256
Finem V - Bco. Brasil	0	158	303	461	Sim	out-12	Recebíveis	Pré	0,03	15/01/20	Mensal	15/01/20	16/11/22	Mensal	SAC	158	145	-	-	-	-	-	-	303
FREM VI - 2014-2015 - Bco. Safra	1	142	177	320	Sim	mar-15	Recebíveis	TJLP	0,03	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/03/22	Mensal	SAC	142	35	-	-	-	-	-	-	177
FREM VI - 2014-2015 - Dreto	1	142	177	320	Sim	mar-15	Recebíveis	TJLP	0,03	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/03/22	Mensal	SAC	142	35	-	-	-	-	-	-	177
FREM VI - 2014-2015 - Bco. Safra	0	58	72	130	Sim	ago-15	Recebíveis	TJLP	0,02	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/03/22	Mensal	SAC	58	14	-	-	-	-	-	-	72
FREM VI - 2014-2015 - Dreto	0	58	72	130	Sim	ago-15	Recebíveis	TJLP	0,02	15/01/20	Mensal	15/01/20	15/03/22	Mensal	SAC	58	14	-	-	-	-	-	-	72
Finem V - Itaú-BBA	0	39	76	115	Sim	out-12	Recebíveis	Pré	0,03	15/01/20	Mensal	15/01/20	16/11/22	Mensal	SAC	39	36	-	-	-	-	-	-	76
Marcação a mercado	-	-	22.313	22.313												-	-	-	11.156	11.156	-	-	-	22.313
Gastos com captação de empréstimos	-	(735)	-	(6.659)												(1.488)	(710)	(631)	(604)	(604)	(606)	-	-	(4.924)
Gastos com emissão de debêntures	-	(108)	(5.713)	(5.821)												(2.652)	(640)	(645)	(760)	(498)	-	-	-	(6.713)
<b>Total por dívida</b>																								
<b>Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira</b>	<b>2.749</b>	<b>272.569</b>	<b>338.513</b>	<b>613.832</b>												<b>338.513</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>338.513</b>
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>	<b>14.600</b>	<b>97.695</b>	<b>1.053.993</b>	<b>1.166.287</b>												<b>220.982</b>	<b>166.180</b>	<b>171.540</b>	<b>282.863</b>	<b>141.681</b>	<b>70.748</b>	<b>1.053.993</b>		

## 14.2 Abertura dos Ativos Financeiros:

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal	Principal +	Saldo	Adim- plente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização			
	Curto Prazo	Juros LP	Total										2021	2024	2025	Total
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>391.415</b>	<b>86.166</b>	<b>477.581</b>										<b>43.605</b>	<b>21.281</b>	<b>21.281</b>	<b>86.166</b>
<b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>	<b>391.415</b>	<b>86.166</b>	<b>477.581</b>										<b>43.605</b>	<b>21.281</b>	<b>21.281</b>	<b>86.166</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	237.019	-	237.019													
Investimentos Temporários - Títulos e Valores Mobiliários	100.105	-	100.105		SELIC	99%	01/09/2020	Final	01/09/2020	01/09/2020						
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Citibank	40.136	-	40.136	Sim	CDI	109%	30/01/2020	Trimestral	30/01/2020	30/01/2020	Duas parcelas (Jan/19 e Jan/20)	Outros				
SWAO VINCULADO À DEBÊNTURE- Goldman Sachs	-	33.590	33.590	Sim	CDI	104%	17/02/2020	Semestral	15/08/2024	15/08/2025	Duas parcelas (Ago/24 e Ago/25)	Outros		16.795	16.795	33.590
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Scotiabank	-	31.187	31.187	Sim	CDI	106%	13/04/2020	Semestral	13/04/2021	13/04/2021	Parcela única em abril 2021	Bullet (final)	31.187			31.187
SWAO VINCULADO À DEBÊNTURE- Goldman Sachs	-	8.972	8.972	Sim	CDI	104%	17/02/2020	Semestral	15/08/2024	15/08/2025	Duas parcelas (Ago/24 e Ago/25)	Outros		4.486	4.486	8.972
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Merrill Lynch	3.391	1.991	5.382	Sim	CDI	106%	26/02/2020	Trimestral	26/05/2020	24/05/2021	Cinco parcelas (maio/19, nov/19, maio/20, nov/20 e maio/21)	Outros	1.991			1.991
SWAP VINCULADO À DÍVIDA HSBC	3.532	1.826	5.358	Sim	CDI	116%	26/02/2020	Trimestral	26/05/2020	24/05/2021	Cinco parcelas (maio/19, nov/19, maio/20, nov/20 e maio/21)	Outros	1.826			1.826
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Citibank	3.548	1.781	5.330	Sim	CDI	114%	26/02/2020	Trimestral	26/05/2020	24/05/2021	Cinco parcelas (maio/19, nov/19, maio/20, nov/20 e maio/21)	Outros	1.781			1.781
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Merrill Lynch	-	5.221	5.221	Sim	CDI	105%	26/02/2020	Trimestral	25/05/2021	25/05/2021	Parcela única em maio 2021	Bullet (final)	5.221			5.221
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Citibank	1.750	901	2.651	Sim	CDI	108%	26/02/2020	Trimestral	26/05/2020	24/05/2021	Cinco parcelas (maio/19, nov/19, maio/20, nov/20 e maio/21)	Outros	901			901
SWAP VINCULADO À DÍVIDA HSBC	1.934	698	2.631	Sim	CDI	113%	26/02/2020	Trimestral	26/05/2020	24/05/2021	Cinco parcelas (maio/19, nov/19, maio/20, nov/20 e maio/21)	Outros	698			698

## 14.3 Abertura dos Instrumentos Financeiros Derivativos:

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição / Contraparte	Data Início	Venci- mento	Custo		Valor Contratado	Valor Justo (*)
				Ponta Ativa	Custo Pon- ta Passiva		
Swap - Lei 4131	Banco Citibank N.A.	30/01/15	30/01/20	USD + 1,41%	108,60% CDI	84.919	40.136
Swap-LEI 4131 Sindicaliz.	Banco Citibank N.A.	23/05/16	24/05/21	USD + 2,7%	114,20% CDI	35.419	5.330
Swap-LEI 4131 Sindicaliz.	Banco Citibank N.A.	23/05/16	24/05/21	USD + 2,7%	108,15% CDI	17.709	2.651
Swap-LEI 4131 Sindicaliz.	Banco HSBC	23/05/16	24/05/21	USD + 2,7%	116% CDI	35.419	5.358
Swap-LEI 4131 Sindicaliz.	Bank of America	23/05/16	24/05/21	USD + 2,7%	112,64% CDI	35.419	2.631
Swap-LEI 4131 Sindicaliz.	Bank of America	23/05/16	24/05/21	USD + 2,7%	105,62% CDI	17.709	5.382
Swap - Lei 4131	Scotiabank	13/04/18	13/04/21	USD + 3,855%	105,95% CDI	150.000	31.187
Swap - Lei 4131	Bank of America	25/05/18	25/05/21	EUR + 0,92%	105,10% CDI	100.000	5.221
Swap- Debenture - CPFPA0	ITAU	06/09/18	15/08/25	IPCA + 5,80%	104,30% CDI	41.526	8.972
Swap- Debenture - CPFPA0	ITAU	06/09/18	15/08/25	IPCA + 5,80%	104,30% CDI	155.474	33.590
Swap - Lei 4131	Scotiabank	27/09/19	28/09/20	USD + 2,3052%	103,20%	43.000	(1.912)
<b>Total</b>						<b>716.595</b>	<b>138.545</b>

(\*) positivo derivativo Ativo, negativo derivativo Passivo

#### 14.4 Composição do Endividamento e Dívida Líquida:

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2019	Total 2018
<b>Dívida Bruta</b>	<b>17.348</b>	<b>400.930</b>	<b>1.783.793</b>	<b>2.202.071</b>	<b>2.348.304</b>
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	2.749	272.569	338.513	613.832	960.424
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	14.600	97.695	1.053.993	1.166.287	1.177.137
Fundo de Pensão		28.754	391.287	420.041	210.744
Derivativos a pagar		1.912		1.912	-
<b>(-) Ativos Financeiros</b>		<b>(391.415)</b>	<b>(86.166)</b>	<b>(477.581)</b>	<b>(299.050)</b>
Alta Liquidez		(237.019)	-	(237.019)	(91.770)
Demais Aplicações Financeiras		(100.105)	-	(100.105)	(6.804)
Derivativos a receber		(54.291)	(86.166)	(140.457)	(200.477)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>17.348</b>	<b>9.515</b>	<b>1.697.626</b>	<b>1.724.490</b>	<b>2.049.254</b>

#### 14.5 Movimentações dos Empréstimos e financiamentos:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
Pré Fixado	61.108	-	(19.104)	2.124	-	(2.150)	41.978
Pós Fixado							
TJLP	56.290	-	(27.593)	3.620	-	(3.548)	28.769
IPCA	176.027	55.000	-	15.374	-	(9.501)	236.899
Selic	30.149	-	(9.557)	2.229	-	(693)	22.127
CDI	-	125.000	(125.000)	7.607	-	(7.607)	-
<b>Total ao custo</b>	<b>323.574</b>	<b>180.000</b>	<b>(181.254)</b>	<b>30.954</b>	<b>-</b>	<b>(23.499)</b>	<b>329.774</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(5.315)</b>	<b>(1.214)</b>	<b>-</b>	<b>870</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.659)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	871.855	43.000	(417.686)	20.602	16.471	(22.352)	511.890
Euro	104.281	-	-	839	1.798	(835)	106.083
Marcação a mercado	(15.712)	-	-	11.569	-	-	(4.143)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>960.424</b>	<b>43.000</b>	<b>(417.686)</b>	<b>33.010</b>	<b>18.269</b>	<b>(23.187)</b>	<b>613.830</b>
<b>Total</b>	<b>1.278.683</b>	<b>221.786</b>	<b>(598.940)</b>	<b>64.834</b>	<b>18.269</b>	<b>(46.686)</b>	<b>937.945</b>
<b>Circulante</b>	<b>472.957</b>						<b>334.332</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>805.726</b>						<b>603.613</b>

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2018
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
Pré Fixado	80.777	-	(19.618)	2.950	-	(3.001)	61.108
Pós Fixado							
TJLP e IPCA	84.916	176.000	(28.972)	6.268	-	(5.894)	232.317
Selic	37.052	-	(8.989)	2.967	-	(880)	30.149
<b>Total ao custo</b>	<b>202.745</b>	<b>176.000</b>	<b>(57.579)</b>	<b>12.185</b>	<b>-</b>	<b>(9.775)</b>	<b>323.574</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(3.358)</b>	<b>(4.702)</b>	<b>-</b>	<b>2.745</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.315)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	761.303	394.200	(415.956)	29.909	131.112	(28.713)	871.855
Euro	218.814	100.000	(215.824)	657	2.898	(2.264)	104.281
Marcação a mercado	(11.567)	-	-	(4.145)	-	-	(15.712)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>968.550</b>	<b>494.200</b>	<b>(631.780)</b>	<b>26.421</b>	<b>134.010</b>	<b>(30.977)</b>	<b>960.424</b>
<b>Total</b>	<b>1.167.937</b>	<b>665.498</b>	<b>(689.359)</b>	<b>41.351</b>	<b>134.010</b>	<b>(40.752)</b>	<b>1.278.683</b>
<b>Circulante</b>	<b>445.453</b>						<b>472.957</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>722.484</b>						<b>805.726</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

#### 14.6 Condições restritivas dos empréstimos e financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia e da controladora indireta State Grid Brazil Power Participações S.A. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras societária da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a um índice que varia entre 3,50 e 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,9.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

#### Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A.

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do OCPC 01) maior ou igual a 0,3.
- A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

#### 14.7 Movimentações das Debêntures:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
<b>Mensuradas ao custo - Pós fixado</b>						
CDI	595.777	215.000	(254.415)	35.032	(43.369)	548.025
IPCA	64.775	-	-	5.822	(3.340)	67.256
<b>Total ao custo</b>	<b>660.552</b>	<b>215.000</b>	<b>(254.415)</b>	<b>40.854</b>	<b>(46.709)</b>	<b>615.281</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(7.074)</b>	<b>(302)</b>	<b>-</b>	<b>1.555</b>	<b>-</b>	<b>(5.821)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo - Pós fixado</b>						
IPCA	201.913	-	-	19.178	(10.690)	210.401
Marcação a mercado	3.489	-	-	18.824	-	22.313
<b>Total ao valor justo</b>	<b>205.402</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.002</b>	<b>(10.690)</b>	<b>232.714</b>
<b>Total</b>	<b>858.878</b>	<b>214.698</b>	<b>(254.415)</b>	<b>80.411</b>	<b>(57.399)</b>	<b>842.174</b>
Circulante	60.508					53.281
Não circulante	798.370					788.893

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2018
<b>Mensuradas ao custo - Pós fixado</b>						
CDI	542.592	215.000	(160.755)	47.305	(48.365)	595.777
IPCA	62.299	-	-	5.703	(3.228)	64.775
<b>Total ao custo</b>	<b>604.891</b>	<b>215.000</b>	<b>(160.755)</b>	<b>53.008</b>	<b>(51.593)</b>	<b>660.552</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(2.627)</b>	<b>(5.494)</b>	<b>-</b>	<b>1.047</b>	<b>-</b>	<b>(7.074)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo - Pós fixado</b>						
IPCA	-	197.000	-	4.913	-	201.913
Marcação a mercado	-	-	-	3.489	-	3.489
<b>Total ao valor justo</b>	<b>-</b>	<b>197.000</b>	<b>-</b>	<b>8.402</b>	<b>-</b>	<b>205.402</b>
<b>Total</b>	<b>602.264</b>	<b>406.506</b>	<b>(160.755)</b>	<b>62.457</b>	<b>(51.593)</b>	<b>858.878</b>
Circulante	77.409					60.508
Não circulante	524.855					798.370

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

#### 14.8 Condições restritivas das debêntures:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

### 15. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados com as seguintes características:

#### 15.1 Características:

A Companhia, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da Companhia), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 2 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características:

- Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS") na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os

benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.

- (v) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a Companhia e os participantes.
- (vi) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

## 15.2 Movimentações dos planos de benefício definido:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.773.089	1.416.391
Valor justo dos ativos do plano	(1.353.050)	(1.205.647)
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b><u>420.039</u></b>	<b><u>210.744</u></b>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>
<b>Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2017</b>	<b>1.247.462</b>	<b>(1.105.738)</b>
Custo do serviço corrente bruto	4.365	-
Rendimento esperado no exercício	-	(102.621)
Juros sobre obrigação atuarial	114.628	-
Contribuições de participantes vertidas no exercício	2.078	(2.078)
Contribuições de patrocinadoras	-	(25.460)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(57.432)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	135.540	-
Benefícios pagos no exercício	(87.682)	87.682
<b>Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2018</b>	<b>1.416.391</b>	<b>(1.205.647)</b>
Custo do serviço corrente bruto	5.449	-
Rendimento esperado no exercício	-	(107.795)
Juros sobre obrigação atuarial	125.059	-
Contribuições de participantes vertidas no exercício	1.886	(1.886)
Contribuições de patrocinadoras	-	(34.444)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(99.905)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(77)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	321.011	-
Benefícios pagos no exercício	(96.628)	96.628
<b>Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2019</b>	<b><u>1.773.089</u></b>	<b><u>(1.353.050)</u></b>

### 15.3 Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Passivo atuarial líquido no início do exercício</b>	<b>210.744</b>	<b>141.724</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	22.711	16.372
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(34.444)	(25.460)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(77)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	321.011	135.540
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(99.905)	(57.432)
<b>Passivo atuarial líquido no final do exercício</b>	<b>420.039</b>	<b>210.744</b>
Outras contribuições	607	623
<b>Total do passivo</b>	<b>420.647</b>	<b>211.366</b>
Circulante	29.603	20.626
Não circulante	391.044	190.740

### 15.4 Contribuições e benefícios esperados:

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2020 estão apresentadas no montante de R\$ 40.263.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<u>Ano de pagamento</u>	
2020	99.957
2021	104.651
2022	108.695
2023	113.023
2024 a 2028	774.546
<b>Total</b>	<b>1.200.872</b>

Em 31 de dezembro de 2019, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 12,5 anos.

### 15.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2020 e as despesas reconhecidas em 2019 e 2018 são como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>Estimadas</u>	<u>Realizadas</u>	<u>Realizadas</u>
Custo do serviço	9.135	5.449	4.365
Juros sobre obrigações atuariais	128.027	125.059	114.628
Rendimento esperado dos ativos do plano	(98.386)	(107.795)	(102.621)
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>38.776</b>	<b>22.711</b>	<b>16.372</b>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,39% a.a.	6,39% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT2000(-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

### 15.6 Ativos do plano:

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, administrados pela Fundação CESP. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2020, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2019.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Renda fixa</b>	<b>76%</b>	<b>81%</b>
Títulos públicos federais	58%	53%
Títulos privados (instituições financeiras)	2%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	0%	1%
Fundos de investimento multimercado	4%	4%
Outros investimentos de renda fixa	12%	18%
<b>Renda variável</b>	<b>17%</b>	<b>13%</b>
Fundos de investimento em ações	17%	13%
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>4%</b>	<b>2%</b>
Fundos de investimento multimercado	4%	2%
<b>Cotados em mercado ativo</b>	<b>97%</b>	<b>97%</b>
<b>Imóveis</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>
<b>Operações com participantes</b>	<b>1%</b>	<b>2%</b>
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	<u>Meta 2020</u>
Renda Fixa	51,6%
Renda variável	35,5%
Imóveis	1,8%
Empréstimos e financiamentos	2,7%
Investimentos no exterior	8,4%
	<b>100,0%</b>

A meta de alocação para 2020 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação CESP, efetuada ao final de 2019 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2020, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suportes para a Fundação CESP atingir os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management – ALM* (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Fundação.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

### **15.7 Análise de sensibilidade:**

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

- Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 56.441 (redução de R\$ 53.580).
- Se a tábua de biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 40.984 (aumento de R\$ 40.473).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,43% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,18% a.a. e 7,68% a.a.. A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

### **15.8 Risco de investimento:**

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação CESP o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Fundação CESP utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test*”).

A Política de Investimentos da Fundação CESP determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

## 16. ENCARGOS SETORIAIS

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	365	360	-	-
Bandeiras tarifárias e outros	35.913	21.928	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	57.868	32.623	-	16.887
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	18.363	20.812	20.639	10.882
EPE / FNDCT	884	693	-	-
<b>Total</b>	<b>113.394</b>	<b>76.417</b>	<b>20.639</b>	<b>27.769</b>

**Bandeiras tarifárias e outros:** refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em novembro e dezembro de 2019 e 2018 e ainda não homologados pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”).

**Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento:** a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

## 17. TRIBUTOS

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	112.216	98.681
Programa de integração social - PIS	4.321	4.589
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	19.993	21.178
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.567	-
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	6.221	-
Outros	5.906	6.024
<b>Total</b>	<b>150.224</b>	<b>130.472</b>

**18. PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES**

	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções	Provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções
<b>Trabalhistas</b>	31.846	10.256	33.586	11.755
<b>Cíveis</b>	16.800	12.777	32.595	30.323
<b>Fiscais</b>				
Imposto de renda	156.198	168.173	151.811	163.410
Outras	2.720	8.727	38.008	7.953
	<u>158.917</u>	<u>176.900</u>	<u>189.819</u>	<u>171.363</u>
<b>Outros</b>	3.233	-	3.543	-
<b>Total</b>	<u><u>210.797</u></u>	<u><u>199.932</u></u>	<u><u>259.544</u></u>	<u><u>213.440</u></u>

A movimentação das provisões para litígios está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2019
Trabalhistas	33.586	5.759	(3.379)	(8.199)	4.080	31.846
Cíveis	32.595	11.653	(10.722)	(19.504)	2.777	16.800
Fiscais	189.819	5.391	(170)	(43.229)	7.108	158.918
Outros	3.543	556	(307)	(932)	373	3.233
<b>Total</b>	<u><u>259.544</u></u>	<u><u>23.358</u></u>	<u><u>(14.578)</u></u>	<u><u>(71.864)</u></u>	<u><u>14.338</u></u>	<u><u>210.797</u></u>

As provisões para litígios fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- e. **Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).

f. **Cíveis:**

**Danos pessoais:** refere-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

**Majoração tarifária:** corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE n.ºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do “Plano Cruzado”.

g. **Fiscais:**

**Imposto de renda:** a Companhia mantém provisão de R\$ 156.198 (R\$ 151.811 em 31 de dezembro de 2018) referente a ação judicial visando a dedutibilidade fiscal da CSLL no cálculo do IRPJ.

**PIS e COFINS:** a Companhia ajuizou ação judicial objetivando discutir a aplicação do Decreto nº 8.426/15, que majorou as respectivas alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras de 0% para 4,65%. Tendo sido acolhido seu pedido liminar para suspender a exigibilidade dos referidos tributos, a

Companhia vem, desde então, provisionando os valores que deixaram de ser recolhidos à Receita Federal do Brasil por força da referida liminar. Em 2019 com a cassação da liminar que suspendeu a exigibilidade do recolhimento do PIS e COFINS incidente sobre as receitas financeiras, a Companhia efetuou, no prazo de 30 dias após a ciência da decisão, o recolhimento do montante de R\$ 42.978.

**Outros:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS.

h. **Outros:** refere-se principalmente a ações relacionadas à natureza regulatória.

#### Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estavam assim representadas:

	31/12/2019	31/12/2018	Principais causas:
Trabalhistas	72.940	86.811	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	182.053	152.951	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	311.528	336.421	Imposto de renda e contribuição social
Fiscais - outros	197.152	210.227	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	452	3.899	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômica-financeira
<b>Total</b>	<b>764.124</b>	<b>790.309</b>	

No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 13.467 de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da Justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

#### 19. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Consumidores e concessionárias	18.615	10.433	-	-
Fundo de reversão	1.527	1.527	9.406	10.933
Adiantamentos	1.875	1.771	49	94
Descontos tarifários - CDE	1.271	9.275	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	496	146	-	-
Convênios de arrecadação	14.098	14.566	-	-
Outros	4.233	4.895	2.598	1.822
<b>Total</b>	<b>42.115</b>	<b>42.613</b>	<b>12.053</b>	<b>12.849</b>

**Consumidores e concessionárias:** referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização.

**Fundo de reversão:** refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº 9.022/17 foi determinado que mensalmente, a Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026.

**Descontos tarifários – CDE:** refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

**Convênios de arrecadação:** referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

## 20. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019
<b>Em serviço</b>	<b>837.777</b>	<b>2.732</b>	<b>(48.191)</b>	<b>15.185</b>	<b>126.129</b>	-	<b>933.632</b>	<b>(30.274)</b>	<b>(274.292)</b>	<b>659.339</b>
Participação da União, Estados e Municípios	18.192	-	-	-	10.741	435	29.368	-	(8.263)	21.105
Participação Financeira do Consumidor	486.118	2.732	(48.191)	6.994	(83.249)	(435)	363.968	(38.465)	(95.327)	268.641
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	215.154	-	-	8.191	128.785	-	352.129	8.191	(117.381)	234.748
Programa de Eficiência Energética - PEE	6.805	-	-	-	4.018	-	10.823	-	(4.343)	6.480
Pesquisa e Desenvolvimento	19.613	-	-	-	11.580	-	31.193	-	(13.368)	17.825
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	3.949	-	-	-	2.331	-	6.280	-	(1.782)	4.498
<b>Outros</b>	<b>87.946</b>	-	-	-	<b>51.924</b>	-	<b>139.870</b>	-	<b>(33.827)</b>	<b>106.042</b>
Ultrapassagem de demanda	26.327	-	-	-	15.544	-	41.871	-	(10.126)	31.745
Excedente de reativos	61.618	-	-	-	36.380	-	97.998	-	(23.701)	74.298
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>	<b>(235.743)</b>	<b>(66.241)</b>	<b>27.692</b>	-	-	-	<b>(274.292)</b>	<b>(38.549)</b>	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	(3.869)	(1.209)	-	-	(3.185)	-	(8.263)	(1.209)	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(148.554)	(41.027)	27.692	-	66.562	-	(95.327)	(13.335)	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(60.733)	(15.558)	-	-	(41.090)	-	(117.381)	(15.558)	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	(2.592)	(470)	-	-	(1.281)	-	(4.343)	(470)	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(7.705)	(1.952)	-	-	(3.711)	-	(13.368)	(1.952)	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(773)	(266)	-	-	(743)	-	(1.782)	(266)	-	-
<b>Outros</b>	<b>(11.517)</b>	<b>(5.758)</b>	-	-	<b>(16.552)</b>	-	<b>(33.827)</b>	<b>(5.758)</b>	-	-
Ultrapassagem de demanda	(3.448)	(1.724)	-	-	(4.955)	-	(10.126)	(1.724)	-	-
Excedente de reativos	(8.069)	(4.035)	-	-	(11.597)	-	(23.701)	(4.035)	-	-
<b>Em curso</b>	<b>38.958</b>	<b>19.946</b>	-	<b>(15.185)</b>	-	-	<b>43.720</b>	<b>4.761</b>	-	<b>43.720</b>
Participação Financeira do Consumidor	2.628	(30)	-	462	-	-	3.060	432	-	3.060
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	58	8.880	-	(8.191)	-	-	747	689	-	747
Valores Pendentes de Recebimento	36.272	11.096	-	(7.456)	-	-	39.912	3.640	-	39.912
<b>Total</b>	<b>640.992</b>	<b>(43.563)</b>	<b>(20.499)</b>	-	<b>126.129</b>	-	<b>703.059</b>	<b>(64.062)</b>	<b>(274.292)</b>	<b>703.059</b>

O saldo da reavaliação regulatória das obrigações especiais, bem como a taxa média de amortização são conforme o quadro abaixo:

Obrigações Especiais 2019	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>	<b>3,76%</b>	<b>590.761</b>	<b>342.870</b>	<b>933.632</b>
Participação da União, Estados e Municípios		18.627	10.741	29.368
Participação Financeira do Consumidor		230.477	133.492	363.968
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		223.345	128.785	352.129
Programa de Eficiência Energética - PEE		6.805	4.018	10.823
Pesquisa e Desenvolvimento		19.613	11.580	31.193
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		3.949	2.331	6.280
Outros		<b>87.946</b>	<b>51.924</b>	<b>139.870</b>
Ultrapassagem de demanda		26.327	15.544	41.871
Excedente de reativos		61.618	36.380	97.998
<b>(-) Amortização Acumulada</b>		<b>(165.178)</b>	<b>(109.114)</b>	<b>(274.292)</b>
Participação da União, Estados e Municípios		(5.079)	(3.185)	(8.263)
Participação Financeira do Consumidor		(52.775)	(42.552)	(95.327)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(76.291)	(41.090)	(117.381)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(3.062)	(1.281)	(4.343)
Pesquisa e Desenvolvimento		(9.657)	(3.711)	(13.368)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		(1.039)	(743)	(1.782)
Outros		<b>(17.275)</b>	<b>(16.552)</b>	<b>(33.827)</b>
Ultrapassagem de demanda		(5.171)	(4.955)	(10.126)
Excedente de reativos		(12.104)	(11.597)	(23.701)
<b>Total</b>		<b>425.584</b>	<b>233.756</b>	<b>659.339</b>

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00
<b>Total</b>	<b>53.096.770.180</b>	<b>53.096.770.180</b>	<b>100,00</b>

### 21.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA, apurados através das Demonstrações Financeiras societárias.

Ao longo de 2019, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,44 vezes o EBITDA em 2019, no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,5, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

## **21.2 Aumento de Capital**

Através da AGE de 29 de abril de 2019, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 9.176, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado nos exercícios de 2017 e 2018 sem emissão de novas ações.

## **21.3 Dividendos e Juros sobre o capital próprio (“JCP”)**

Na Assembléia Geral Ordinária (“AGO”) de 29 de abril de 2019 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2018, através de (i) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 6.226; e (ii) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 37.304 declarado em novembro de 2018.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2019:

- juros sobre capital próprio no montante de R\$ 41.475 (R\$ 35.254 líquido de IRRF) sendo atribuído para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 0,781122741 (R\$ 0,663954330 líquido dos efeitos tributários), referentes aos resultados acumulados até então do segundo semestre de 2019.
- dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76 no montante de R\$ 32.172, sendo atribuído para cada lote de mil ações o valor de R\$ 0,605918210.
- dividendo adicional proposto no montante de R\$ 196.057 sendo atribuído para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 3,692449209.

No exercício de 2019, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 37.935 referente a dividendos e juros sobre capital próprio.

## **21.4 Reserva de capital**

Refere-se basicamente ao “Benefício Fiscal do Intangível Incorporado” oriundo da incorporação da antiga controladora DRAFT I Participações S/A, conforme mencionado na nota 10.1.

## **21.5 Outros resultados abrangentes**

É composto por:

- reserva de reavaliação com saldo credor de R\$ 788.414 (R\$ 520.353 líquido de imposto de renda e contribuição social), corresponde aos efeitos registrados relativos ao reconhecimento da base de remuneração regulatória de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010.
- entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 323.776 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2).

## **21.6 Reserva de lucros**

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 158.335, que compreende:

- reserva legal de R\$ 28.067: constituição de R\$ 11.929 em 2019 para resultar no total de reserva, considerando reserva de capital e reserva legal, correspondente ao limite de 30% do capital social
- reserva estatutária de reforço de capital de giro R\$ 130.268: constituída em exercícios anteriores devido ao cenário macroeconômico da época com uma incipiente retomada econômica e também em função das incertezas quanto à hidrologia à época.

## **21.7 Destinação do lucro líquido societário do exercício**

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<b>2019</b>
<b>Lucro líquido societário do exercício</b>	<b>281.634</b>
Reserva Legal	(11.929)
Juros sobre o capital próprio	(41.475)
Dividendo mínimo obrigatório	(32.172)
Dividendo adicional proposto	(196.057)

## 22. RECEITA

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>1.788.568</b>	<b>1.755.733</b>	<b>7.832.095</b>	<b>7.761.080</b>	<b>3.354.661</b>	<b>3.152.224</b>
Residencial	1.680.470	1.648.569	4.026.895	3.904.950	1.784.775	1.636.729
Industrial	6.213	6.253	1.020.566	1.147.240	452.740	482.818
Comercial	82.779	82.065	1.826.860	1.774.212	796.408	733.270
Rural	7.307	7.307	113.395	108.358	33.450	30.204
Poder público	8.253	8.161	222.135	218.495	92.424	85.350
Iluminação pública	2.301	2.181	325.381	329.179	80.388	79.613
Serviço público	1.245	1.197	296.864	278.646	114.476	104.240
Consumo próprio	151	154	5.778	5.178	-	-
<b>Suprimento Faturado/ Energia de curto prazo</b>			<b>2.745.126</b>	<b>469.164</b>	<b>623.625</b>	<b>153.223</b>
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>					<b>2.840.680</b>	<b>2.345.484</b>
Consumidores Cativos					2.039.494	1.716.003
Consumidores Livres					801.186	629.481
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado</b>					<b>(31.154)</b>	<b>23.923</b>
<b>Ativos e Passivos Financeiros Setoriais</b>					<b>(300.770)</b>	<b>190.165</b>
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					(293.001)	178.925
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					(23.745)	(4.664)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					15.977	15.904
<b>Outras Receitas Vinculadas</b>					<b>145.278</b>	<b>178.151</b>
Serviços Cobráveis					7.980	6.100
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					137.298	172.051
<b>Total</b>	<b>1.788.719</b>	<b>1.755.887</b>	<b>10.582.999</b>	<b>8.235.422</b>	<b>6.632.321</b>	<b>6.043.169</b>

### 22.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos:

No procedimento de regulação tarifária (“PRORET”), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de maio de 2015, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em função do 5º ciclo de revisão tarifária periódica da Companhia, o valor constituído de maio de 2015 a abril de 2019 passou a ser amortizado, e os novos valores continuam a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 6º ciclo de revisão tarifária periódica.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquido no passivo Obrigações vinculadas à concessão do serviço, em atendimento ao CPC 25.

### 22.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”):

Em 23 de outubro de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.627, relativo ao 5º ciclo de RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2019, em

+1,88%, sendo -5,40% referentes ao reajuste tarifário econômico e +7,28% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -7,80%.

Em 16 de outubro de 2018, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 2018 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 20,01%, sendo 8,83% relativos ao reajuste econômico e 11,18% referentes aos componentes financeiros, em relação às tarifas de base econômica definidas no último evento tarifário ordinário (RTA/2017). O efeito médio percebido pelos consumidores é de 19,25% (conforme divulgado na REH), quando comparado às tarifas de aplicação definidas no RTA ocorrido em outubro de 2017. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2018 a 22 de outubro de 2019.

### 22.3 Aporte CDE - Baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares:

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2019, foi registrada receita de R\$ 137.298 (R\$ 172.051 em 2018), sendo (i) R\$ 8.288 (R\$ 8.340 em 2018) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 125.656 (R\$ 126.158 em 2018) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 151 (R\$ 97 em 2018) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 3.203 (R\$ 37.456 em 2018) de subvenção CCRBT.

### 22.4 Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”):

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.510, de 18 de dezembro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes para o ano de 2019. Essas quotas contemplam: (i) quota CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia (parcelas finais com pagamentos encerrados em março de 2019), referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, recolhida dos consumidores e repassadas à Conta CDE a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2.521 de 20 de março de 2019, a ANEEL estabeleceu a antecipação do pagamento da quota destinada à amortização da Conta ACR, devido à existência de saldo positivo na conta, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período de março de 2019 a agosto de 2019, revogando a resolução REH nº 2.231 de 2017 anteriormente vigente.

## 23. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS DA PARCELA A

	MWh		R\$ mil	
	2019	2018	2019	2018
<b><u>Energia comprada para revenda</u></b>				
Energia de Itaipu Binacional	2.082.919	2.127.791	526.084	500.721
PROINFA	189.545	194.250	78.047	62.182
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	9.680.883	7.311.558	2.231.361	1.906.424
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(245.079)	(221.333)
<b>Subtotal</b>	<b>11.953.347</b>	<b>9.633.599</b>	<b>2.590.413</b>	<b>2.247.994</b>
<b><u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u></b>				
Encargos da rede básica			351.164	418.501
Encargos de transporte de itaipu			53.147	50.940
Encargos de conexão			26.488	23.166
Encargos de uso do sistema de distribuição			17.197	17.272
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			488	(18.147)
Encargos de energia de reserva - EER			21.318	23.431
Crédito de PIS e COFINS			(43.457)	(47.653)
<b>Subtotal</b>			<b>426.346</b>	<b>467.510</b>
<b>Total</b>			<b>3.016.758</b>	<b>2.715.504</b>

(\*) Conta de Energia de Reserva

**24. PESSOAL E ADMINISTRADORES**

<b>Pessoal e Administradores</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b><u>Pessoal</u></b>		
Remuneração	80.588	79.692
Encargos	22.574	22.062
Previdência privada - Corrente	2.084	2.036
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	22.554	16.232
Despesas rescisórias	4.984	4.394
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	11.880	9.636
Outros benefícios - Corrente	25.653	25.579
Outros	1.379	1.508
<b>Subtotal</b>	<b>171.696</b>	<b>161.140</b>
<b><u>Administradores</u></b>		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	4.135	2.289
Benefícios dos administradores	2.317	1.915
<b>Subtotal</b>	<b>6.452</b>	<b>4.204</b>
<b>Total</b>	<b>178.148</b>	<b>165.344</b>

**25. RESULTADO FINANCEIRO**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b><u>Receitas</u></b>		
Rendas de aplicações financeiras	13.683	9.535
Acréscimos e multas moratórias	57.034	48.635
Atualização de créditos fiscais	7.378	(196)
Atualização de depósitos judiciais	6.662	7.613
Atualizações monetárias e cambiais	30.004	180.281
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	3.682	7.943
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	36.260	59.684
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(6.290)	(6.884)
Outros	5.155	5.807
<b>Total</b>	<b>153.568</b>	<b>312.418</b>
<b><u>Despesas</u></b>		
Encargos de dívidas	(102.617)	(103.767)
Atualizações monetárias e cambiais	(48.017)	(205.135)
(-) Juros capitalizados	3.070	3.778
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(27.164)	(45.137)
Outros	(10.311)	(14.997)
<b>Total</b>	<b>(185.038)</b>	<b>(365.258)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(31.470)</b>	<b>(52.840)</b>

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. durante o exercício de 2019 e 2018 sobre o ativo imobilizado qualificável, de acordo com o CPC 20 (R1).

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos de ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 48.833 no exercício de 2019 (R\$ 129.445 em 2018) (nota 29).

## 26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2019, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.: Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.
- ESC Energia S.A.: Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

### As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- **Imobilizado, intangível, materiais e prestação de serviços:** refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos:** a Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantidos junto à Fundação CESP, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, na nota 15 – Benefício pós-emprego.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2019, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 6.452 (R\$ 4.204 em 2018). Este valor é composto por R\$ 5.535 (R\$ 3.433 em 2018) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 165 (R\$ 80 em 2018) de benefícios pós-emprego e R\$ 752 (R\$ 691 em 2018) de Outros benefícios de longo prazo, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

### Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

Empresas	Passivo	Despesa/custo	
	31/12/2019	2019	2018
<b>Encargos - Rede básica</b>			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	618	35.913	31.527

**Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:**

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	2019	2018
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	1.129	2.173	931	1.191	-	-	(2.180)	(2.613)
Companhia Jaguarí de Energia	424	742	69	128	-	-	(4.046)	(3.742)
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	1.268	-	73	-	-	-	(5.648)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.406	1.508	135	198	-	-	(15.815)	(9.106)
CPFL Geração de Energia S.A.	3	-	1	-	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	52	90	-	-	-	-	(578)	(559)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	(39)	(34)
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	1	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	14	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	11	-	-	-	-	-	(2)	(2)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	4	-	-	-	-	-	-	-
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	967	875
CPFL Renováveis - Consolidado	-	43	-	-	148	144	10	15
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	10	7	-	-
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	67.426	37.935	-	-	-	-
<b>Imobilizado, ativo contratual, materiais e prestação de serviço</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	136	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	167	-	145	-	-	-	-	-
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	1	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (**)	3.745	4.704	6.624	5.351	-	94	24.002	21.836
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	757	819	-	-	8.663	9.061
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	287	119	-	-	8.274	9.290
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	6	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	2	2	-	-	-	-	-	1.644
CPFL Eficiência Energética S.A.	3	-	-	-	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	143	282	-	-	5.138	10.638
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	154	-	-	-	483	-
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	149	-	-	-	463	-
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	-	194	-	-	-	596	-
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	1.718	-	-	-	29.095	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	18	18	2.880	1.368	-	-	16.999	17.168
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	6.432	6.220	-	-	73.744	69.923
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	3	3	-	-	37	35
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	2.784	4.877	-	-	32.922	59.425
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	102	67	-	-	961	922
Campos Novos Energia S.A.	-	-	22.110	21.780	-	-	129.747	12.330
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	5.413	5.236	-	-	62.058	60.868
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	13.451	12.838	-	-	152.044	148.915
CPFL Renováveis - Consolidado	72	402	1.625	-	-	-	17.138	6.997
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	35	44
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	35	37
CPFL Eficiência Energética S.A.	1	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outras operações financeiras</b>								
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	58	-	(11)	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	3	-	-	-
<b>Outros</b>								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	814	1.148

(\*) Os saldos de ativo e passivo e as operações de resultados realizadas após 31/10/2018 estão apresentadas na RGE Sul Distribuidora de Energia em função da incorporação dessa empresa pela RGE Sul Distribuidora de Energia em 31/12/2018.

(\*\*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 54.369 no exercício de 2019 (R\$ 46.501 em 2018), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

## 27. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo imobilizado	Riscos nomeados	92.000
Transporte	Transporte nacional	90.451
Responsabilidade civil	Geral e Riscos Ambientais	35.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	52.129
Garantia	Seguro Garantia	464.501
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	203.000
<b>Total</b>		<b>937.080</b>

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

## 28. GESTÃO DE RISCO

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

### Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis regulatórias aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as

principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 29. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

**Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 29.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

**Risco de sub/sobrecontratação:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

**Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2019 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios.

**Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

**Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

## Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de *software* (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

## 29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	31/12/2019	
					Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(b)	Nível 1	237.019	237.019
Investimentos temporários	8	(a)	(b)	Nível 1	100.105	100.105
Instrumentos financeiros derivativos	29	(a)	(b)	Nível 2	140.457	140.457
<b>Total</b>					<b>477.581</b>	<b>477.581</b>
<b>Passivo</b>						
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	(a)	Nível 2 (***)	324.115	324.115
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	14	(a)	(b)	Nível 2	613.830	613.830
Debêntures - principal e encargos	14	(b)	(a)	Nível 2 (***)	609.460	609.616
Debêntures - principal e encargos (**)	14	(a)	(b)	Nível 2	232.714	232.714
Instrumentos financeiros derivativos	29	(a)	(b)	Nível 2	1.912	1.912
<b>Total</b>					<b>1.782.031</b>	<b>1.782.187</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um efeito no resultado de 2019 de perda de R\$ 30.393 (um ganho de R\$ 656 em 2018).

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

### Legenda

#### Categoria:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Outros passivos financeiros

#### Mensuração:

- (a) - Mensurado ao custo amortizado
- (b) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- a) Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) serviços prestados a terceiros, (iv) convênios de arrecadação e (v) ativo financeiro setorial;
- b) Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) encargos setoriais, (iii) consumidores e concessionárias a pagar, (iv) FNDCT/EPE/PROCEL, (v) convênios de arrecadação, (vi) descontos tarifários – CDE, (vii) passivo financeiro setorial e (viii) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve em 2019 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

## b) Instrumentos Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)				Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Vencimento final	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos (2)				
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:</b>								
<b>Hedge variação cambial:</b>								
Citibank	45.457	-	45.457	47.966	(2.509)	dólar	03/2019	117.250
Bradesco	27.046	-	27.046	27.257	(211)	dólar	04/2018	55.138
J.P. Morgan	27.050	-	27.050	27.259	(209)	dólar	04/2018	55.138
Citibank	30.880	-	30.880	35.979	(5.099)	dólar	01/2020	169.838
BNP Paribas	37.212	-	37.212	36.649	563	euro	01/2018	175.714
Bradesco	-	(5.163)	(5.163)	(4.068)	(1.095)	dólar	05/2021	59.032
Bank of America Merrill Lynch	-	(4.805)	(4.805)	(4.055)	(750)	dólar	05/2021	59.032
Citibank	-	(4.971)	(4.971)	(4.062)	(910)	dólar	05/2021	59.032
Bank of America Merrill Lynch	-	(2.339)	(2.339)	(2.035)	(304)	dólar	05/2021	29.516
Citibank	-	(2.474)	(2.474)	(2.040)	(434)	dólar	05/2021	29.516
<b>Subtotal</b>	<b>167.645</b>	<b>(19.753)</b>	<b>147.891</b>	<b>158.850</b>	<b>(10.960)</b>			
<b>Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo:</b>								
<b>Hedge variação de taxa de juros (1)</b>								
Votorantim	536	-	536	122	414	CDI	02/2021	135.000
Santander	402	-	402	91	310	CDI	02/2021	100.000
<b>Subtotal</b>	<b>938</b>	<b>-</b>	<b>938</b>	<b>213</b>	<b>724</b>			
	<b>168.582</b>	<b>(19.753)</b>	<b>148.829</b>	<b>159.064</b>	<b>(10.235)</b>			
Circulante	92.245	-						
Não circulante	76.337	(19.753)						
<b>Total</b>	<b>168.582</b>	<b>(19.753)</b>						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas vide nota 14 e 15.

(1) Os *swaps* para *hedge* de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

(2) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida original contratada.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2018	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2019
<b>Derivativos</b>				
Para dívidas designadas a valor justo	198.470	17.873	(112.050)	104.293
Marcação a mercado (*)	2.007	32.246	-	34.253
<b>Total</b>	<b>200.477</b>	<b>50.119</b>	<b>(112.050)</b>	<b>138.545</b>

(\*) Os efeitos no resultado de 2019 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

	Saldo em 31/12/2017	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2018
<b>Derivativos</b>				
Para dívidas designadas a valor justo	158.850	121.164	(81.544)	198.470
Para dívidas não designadas a valor justo	213	(4.315)	4.102	-
Marcação a mercado (*)	(10.235)	12.242	-	2.007
<b>Total</b>	<b>148.828</b>	<b>129.091</b>	<b>(77.442)</b>	<b>200.477</b>

(\*) Os efeitos no resultado de 2018 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 12.966 para as dívidas designadas a valor justo, (ii) perda de R\$ 724 para as dívidas não designadas a valor justo.

A Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2019 e 2018, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado financeiro registrados na rubrica de atualizações monetárias e cambiais:

<b>Risco protegido / operação</b>	<b>Ganho (Perda) no resultado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Variação de taxas de juros	6.944	(3.336)
Marcação a mercado	23.668	9.211
Variação cambial	10.929	120.185
Marcação a mercado	8.223	3.030
<b>Total</b>	<b>49.765</b>	<b>129.090</b>

### c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

### d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

## d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2019 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(508.851)		(10.668)	119.212	249.092
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	515.242		10.802	(120.709)	(252.220)
	<b>6.391</b>	baixa dolar	<b>134</b>	<b>(1.497)</b>	<b>(3.128)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(104.980)		(4.359)	22.976	50.311
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	106.022		4.402	(23.204)	(50.810)
	<b>1.042</b>	baixa euro	<b>43</b>	<b>(228)</b>	<b>(499)</b>
<b>Total</b>	<b>7.433</b>		<b>177</b>	<b>(1.725)</b>	<b>(3.627)</b>

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2019 foi de R\$ 4,03 para o dólar e R\$ 4,53 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 4,12 e R\$ 4,72 e a depreciação cambial de 2,10% e 4,15%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2019.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

## d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2019 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	282.388				12.820	16.026	19.231
Instrumentos financeiros passivos	(548.025)				(24.880)	(31.100)	(37.321)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(727.112)				(33.011)	(41.264)	(49.516)
	<b>(992.749)</b>	alta CDI	5,97%	4,54%	<b>(45.071)</b>	<b>(56.338)</b>	<b>(67.606)</b>
Instrumentos financeiros passivos	<b>(28.769)</b>	alta TJLP	6,30%	5,09%	<b>(1.464)</b>	<b>(1.830)</b>	<b>(2.197)</b>
	<b>(28.769)</b>				<b>(1.464)</b>	<b>(1.830)</b>	<b>(2.197)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(536.869)				(24.535)	(30.669)	(36.802)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	244.394				11.169	13.961	16.753
	<b>(292.475)</b>	alta IPCA	4,20%	4,57%	<b>(13.366)</b>	<b>(16.708)</b>	<b>(20.049)</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	(54.208)				(2.472)	(1.854)	(1.236)
Instrumentos financeiros passivos	(22.127)				(1.009)	(757)	(504)
	<b>(76.335)</b>	alta SELIC	5,97%	4,56%	<b>(3.481)</b>	<b>(2.611)</b>	<b>(1.740)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.390.328)</b>				<b>(63.382)</b>	<b>(77.487)</b>	<b>(91.592)</b>

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 3.073.

## e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

### Caixa, equivalentes de caixa e investimentos temporários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2019 e 2018 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

#### Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor, consistindo em um grande número de pequenos saldos.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

#### Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros.

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de rating de crédito do mercado (nota 29).

A Administração não identificou para os exercícios de 2019 e 2018 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável.

#### **f) Análise de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2019	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	13	559.463	6	-	-	-	-	559.469
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	129.496	57.113	248.547	496.644	76.447	111.098	1.119.345
Derivativos	29	-	721	2.633	-	-	-	3.354
Debêntures - principal e encargos	14	-	57.656	24.743	361.417	443.450	135.291	1.022.557
Encargos Setoriais	16	36.278	-	-	-	-	-	36.278
Consumidores e concessionárias	19	10.854	7.761	-	-	-	-	18.615
EPE / FNDCT / PROCEL	16	-	884	7.948	-	-	-	8.833
Convênio de arrecadação	19	-	14.098	-	-	-	-	14.098
Fundo de reversão	19	127	255	1.145	3.054	3.054	3.298	10.933
<b>Total</b>		<b>736.218</b>	<b>138.494</b>	<b>285.016</b>	<b>861.115</b>	<b>522.951</b>	<b>249.687</b>	<b>2.793.482</b>

### **30 COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE**

Nos exercícios de 2019 e 2018, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2019		2018	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Compra	11.118	511	1.348.316	536.057
Compra estimada (*)	-	-	37.788	3.572
<b>Total</b>	<b>11.118</b>	<b>511</b>	<b>1.386.104</b>	<b>539.629</b>

	2019		2018	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Venda	1.407.553	301.164	322.517	121.394
Venda estimada (*)	352.390	97.018	27.365	3.394
<b>Total</b>	<b>1.759.943</b>	<b>398.181</b>	<b>349.882</b>	<b>124.789</b>

(\*) Como a CCEE tem um prazo de sessenta dias para disponibilização das informações relativas ao período de 1º de novembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 (período de 1º de novembro de 2018 a 31 de dezembro de 2018), os valores foram estimados pela Companhia, com base em seus controles mantidos para essas operações.

## 31 REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

### 31.1 Revisão Tarifária Periódica

Entre 25 de julho de 2019 e 09 de setembro de 2019, a ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 030/2019 a proposta referente à Quinta Revisão Tarifária Periódica da Companhia Piratininga de Força e Luz (CPFL Piratininga), a vigorar a partir de 23 de outubro de 2019, bem como definição dos correspondentes limites dos indicadores de continuidade de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), para o período de 2020 a 2023.

Após análise das contribuições recebidas, amparada pelo laudo de avaliação da base de remuneração regulatória e pelos demais componentes da tarifa atualizados de acordo com a metodologia dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, em 22 de outubro de 2019, a ANEEL aprovou, por meio da Resolução Homologatória 8.315/2019, o resultado da Quinta Revisão Tarifária Periódica – RTP da Companhia Piratininga de Força e Luz – CPFL Piratininga, onde foram, em média, reajustadas em -7,80% as tarifas, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Após a homologação do resultado, a CPFL Piratininga vislumbrou a necessidade de interpor pedido de reconsideração à ANEEL, tratando unicamente sobre a vigência da metodologia de perdas não técnicas aplicada por parte da ANEEL. O pedido de reconsideração ainda está em análise pela ANEEL e deve ser votado até o reajuste tarifário anual – RTA do ano de 2020.

### 31.2 Composição da Base de Remuneração Regulatória

A Base de Remuneração Regulatória – BRR corresponde ao conjunto dos ativos das concessionárias em operação, vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, avaliados periodicamente a cada Revisão Tarifária Periódica, observando-se as seguintes diretrizes:

- Base Blindada - é composta pelos valores aprovados no laudo de avaliação do ciclo tarifário anterior, ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- Base Incremental - Corresponde a inclusão e avaliação dos investimentos realizados entre as datas-bases do ciclo tarifário anterior e o processo de revisão do ciclo tarifário vigente;
- Os valores finais da BRR são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas no período incremental (item b);
- Considera-se como data-base do laudo de avaliação da BRR o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária vigente; e

e) A base de remuneração é atualizada pela variação do IGPM, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração veículos, edificações, hardwares e softwares. Estes ativos são remunerados por meio da Base de Anuidade Regulatória - BAR.

A tabela a seguir, resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração, conforme Nota Técnica nº 193/2019-SGT/ANEEL, de 10 de outubro de 2019:

Descrição	Valor (R\$mil)
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	5.484.012
(2) Índice de Aproveitamento Integral	711
(3) Obrigações Especiais Bruta	912.633
(4) Bens Totalmente Depreciados	733.934
<b>(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)</b>	<b>3.836.734</b>
(6) Depreciação Acumulada	2.517.177
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	2.966.834
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	32
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	2.966.803
(10) Almoxarifado em Operação	1.998
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	689.578
(13) Terrenos e Servidões	207.459
<b>(14) Base de Remuneração Líquida Total = (9)+(10)+(11)-(12)+(13)</b>	<b>2.486.682</b>
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) WACC real antes de impostos	12,26%
<b>(18) Remuneração sem RGR e Obrigações Especiais = [(14)-(15)-(16)] * (17)</b>	<b>304.867</b>
(19) Taxa RGR/PLPT	0,73%
<b>(20) Remuneração RGR PLPT = (15) * (19)</b>	<b>-</b>
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	2,88%
<b>(22) Remuneração RGR Demais Investimentos = (16) * (21)</b>	<b>-</b>
(23) Taxa Obrigações Especiais	1,48%
<b>(24) Remuneração de Obrigações Especiais = (3) * (23)</b>	<b>13.492</b>
<b>(25) Remuneração do Capital = (18)+(20)+(22)+(24)</b>	<b>318.359</b>
(26) Taxa de Depreciação	3,70%
<b>(27) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (26)</b>	<b>141.959</b>

### 31.3 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis – (“CAIMI”).

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

A remuneração dos ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) é determinada a partir de uma relação do Ativo Imobilizado em Serviço (AIS).

A tabela a seguir, resume os valores relativos ao CAIMI, conforme Nota Técnica nº 193/2019-SGT/ANEEL, de 10 de outubro de 2019:

Descrição	Valor (R\$Mil)
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	367.176
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	165.229
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	44.061
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	157.886
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	18.602
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	8.995
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	39.468
<b>(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)</b>	<b>67.065</b>

#### 31.4. Ajuste da Parcela B em Função do Índice de Ajuste de Mercado e do Mecanismo de Incentivo à Melhoria da Qualidade

De acordo com o Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, no momento da Revisão Tarifária Periódica, os custos não gerenciáveis da Concessionária, a Parcela B, são ajustados por um fator de ajuste de mercado e um mecanismo de incentivo à qualidade, a serem aplicados ao Custo de Administração, Operação e Manutenção – CAOM e ao Custo Anual dos Ativos – CAA.

O índice de ajuste de mercado, denominado de Fator de Ajuste de Mercado, considera a mesma metodologia de cálculo do Componente Pd do Fator X, conforme submódulo 2.5 do PRORET, levando em conta os ganhos potenciais de produtividade entre o ano anterior à revisão tarifária, período de referência, e o período em que as tarifas definidas na revisão estarão vigentes, que são os doze meses posteriores à revisão. Assim, o Fator de Ajuste de Mercado calculado para aplicação a partir da quinta revisão tarifária conforme Nota Técnica nº 193/2019-SGT/ANEEL.

Componentes	Índice
Componente T do Fator X	-0,36%
Componente Pd do Fator X	0,88%

Para o índice de ajuste do Mecanismo de Incentivo à Qualidade, é considerada a mesma metodologia de cálculo do Componente Q do Fator X, conforme submódulo 2.5 do PRORET. Tal índice foi especificado de acordo com a variação dos indicadores apurados DEC e FEC, já expurgadas as causas externas à distribuidora, levando-se em consideração o desempenho da distribuidora com relação à qualidade do serviço prestado.

## 32 CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

### 32.1. Balanço Patrimonial

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>						
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.606.390</b>	<b>(281.609)</b>	<b>1.324.782</b>	<b>1.814.593</b>	<b>(408.458)</b>	<b>1.406.135</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	237.019	-	237.019	91.770	-	91.770
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	766.152	-	766.152	747.218	-	747.218
Serviços em Curso	25.110	-	25.110	25.460	-	25.460
Tributos Compensáveis	26.143	-	26.143	37.533	-	37.533
Almoxarifado Operacional	3.918	-	3.918	4.049	-	4.049
Investimentos Temporários	100.105	-	100.105	-	-	-
Ativos Financeiros Setoriais	325.920	(281.609)	44.311	691.955	(408.458)	283.497
Despesas Pagas Antecipadamente	11.378	-	11.378	55.516	-	55.516
Instrumentos Financeiros Derivativos	54.291	-	54.291	117.985	-	117.985
Outros Ativos Circulantes	56.356	-	56.356	43.107	-	43.107
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>3.924.489</b>	<b>(1.176.229)</b>	<b>2.748.260</b>	<b>3.430.258</b>	<b>(925.989)</b>	<b>2.504.269</b>
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	20.840	-	20.840	16.094	-	16.094
Tributos Compensáveis	24.319	-	24.319	24.637	-	24.637
Depósitos Judiciais e Cauções	199.932	-	199.932	213.440	-	213.440
Investimentos Temporários	-	-	-	6.804	-	6.804
Tributos Diferidos	-	82.240	82.240	17.076	13.264	30.340
Ativos Financeiros Setoriais	201.947	(201.947)	-	259.205	(259.205)	-
Despesas Pagas Antecipadamente	770	-	770	932	-	932
Instrumentos Financeiros Derivativos	86.166	-	86.166	82.492	-	82.492
Ativo Financeiro da Concessão	-	1.414.926	1.414.926	-	1.137.915	1.137.915
Outros Ativos Não Circulantes	678	-	678	678	-	678
Imobilizado	3.266.913	(3.266.913)	-	2.700.934	(2.700.934)	-
Ativo contratual	-	108.202	108.202	-	218.331	218.331
Intangível	122.924	687.263	810.187	107.967	664.640	772.607
<b>Total do Ativo</b>	<b>5.530.879</b>	<b>(1.457.837)</b>	<b>4.073.042</b>	<b>5.244.851</b>	<b>(1.334.447)</b>	<b>3.910.404</b>

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivo</b>						
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.665.069</b>	<b>(281.609)</b>	<b>1.383.459</b>	<b>1.661.643</b>	<b>(408.503)</b>	<b>1.253.141</b>
Fornecedores	559.469	-	559.469	383.644	-	383.644
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	387.613	-	387.613	533.465	-	533.465
Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.703	-	31.703	28.014	-	28.014
Benefício Pós-Emprego	29.603	-	29.603	20.626	-	20.626
Tributos	150.224	-	150.224	130.472	-	130.472
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	67.426	-	67.426	37.935	-	37.935
Encargos Setoriais	113.394	-	113.394	76.417	(44)	76.373
Passivos Financeiros Setoriais	281.609	(281.609)	-	408.458	(408.458)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.912	-	1.912	-	-	-
Outros Passivos Circulantes	42.115	-	42.115	42.613	-	42.613
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>3.068.502</b>	<b>(942.944)</b>	<b>2.125.558</b>	<b>3.041.226</b>	<b>(900.197)</b>	<b>2.141.029</b>
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.392.506	-	1.392.506	1.604.096	-	1.604.096
Benefício Pós-Emprego	391.044	-	391.044	190.740	-	190.740
Tributos	-	156.198	156.198	-	-	-
Provisão para Litígios	210.797	(156.198)	54.598	259.544	-	259.544
Encargos Setoriais	20.639	-	20.639	27.769	-	27.769
Tributos Diferidos	37.937	(37.937)	-	-	-	-
Passivos Financeiros Setoriais	300.466	(201.947)	98.519	305.236	(259.205)	46.031
Outros Passivos Não Circulantes	12.053	-	12.053	12.849	-	12.849
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	703.059	(703.059)	-	640.992	(640.992)	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>4.733.570</b>	<b>(1.224.552)</b>	<b>3.509.017</b>	<b>4.702.869</b>	<b>(1.308.699)</b>	<b>3.394.170</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>						
Capital Social	249.321	-	249.321	240.144	-	240.144
Reservas de Capital	46.729	-	46.729	55.905	-	55.905
Outros Resultados Abrangentes	196.578	(509.224)	(312.646)	98.527	(250.976)	(152.449)
Reservas de Lucros	158.335	226.228	384.563	146.406	226.228	372.634
Prejuízos Acumulados	(49.710)	49.710	-	1.000	(1.000)	-
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	196.057	-	196.057	-	-	-
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>797.309</b>	<b>(233.285)</b>	<b>564.024</b>	<b>541.982</b>	<b>(25.746)</b>	<b>516.235</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>5.530.879</b>	<b>(1.457.837)</b>	<b>4.073.042</b>	<b>5.244.851</b>	<b>(1.334.447)</b>	<b>3.910.404</b>

A seguir são detalhadas a natureza das reclassificações e dos ajustes nos balanços patrimoniais apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória nos exercícios de 2019 e 2018:

### Reclassificações e ajustes 2019:

Regulatório	Reclassificações					Ajustes				Societário
	Ativos/Passivos Financeiros Setoriais (a)	Ativo Financeiro da Concessão (b)	Ativo Intangível da Concessão (b)	Obrigação Especial (c)	Provisões para riscos fiscais (d)	Reavaliação Regulatória Compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	IR e CS Diferidos (32.3.6)	
<b>Ativo</b>										
<b>Ativo Circulante</b>										
Ativos Financeiros Setoriais	325.920	(281.609)	-	-	-	-	-	-	-	44.311
<b>Ativo Não Circulante</b>										
Tributos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	82.240	82.240
Ativos Financeiros Setoriais	201.947	(201.947)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	-	-	1.237.177	-	(244.995)	-	422.744	-	-	1.414.926
Imobilizado	3.266.913	-	(1.237.177)	(1.300.073)	244.995	(974.658)	-	-	-	-
Ativo contratual	-	-	-	151.922	(43.720)	-	-	-	-	108.202
Intangível	122.924	-	-	1.148.152	(443.719)	(29.378)	-	12.208	-	810.187
	<b>3.917.703</b>	<b>(483.556)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(487.439)</b>	<b>(1.004.034)</b>	<b>422.744</b>	<b>12.208</b>	<b>82.240</b>	<b>2.459.866</b>
<b>Passivo</b>										
<b>Passivo Circulante</b>										
Passivos Financeiros Setoriais	281.609	(281.609)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo Não Circulante</b>										
Tributos	-	-	-	-	156.198	-	-	-	-	156.198
Provisão para Litígios	210.797	-	-	-	(156.198)	-	-	-	-	54.598
Tributos diferidos	37.937	-	-	-	-	-	-	-	(37.937)	-
Passivos Financeiros Setoriais	300.466	(201.947)	-	-	-	-	-	-	-	98.519
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	703.059	-	-	-	(487.439)	(215.620)	-	-	-	-
	<b>1.533.868</b>	<b>(483.556)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(487.439)</b>	<b>(215.620)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(37.937)</b>	<b>309.316</b>
<b>Total</b>	<b>2.383.836</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(788.414)</b>	<b>422.744</b>	<b>12.208</b>	<b>120.177</b>	<b>2.150.551</b>

- (a) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias efetuamos o encontro de contas entre os ativos e passivos financeiros setoriais e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado na respectiva natureza em ativo ou passivo;
- (b) Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão, apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios, seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro e o ativo intangível;
- (c) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias as obrigações especiais são apresentadas liquidas no Ativo Intangível e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.
- (d) Provisão para riscos fiscais relacionados a IR/CSLL foi reclassificado para Tributos a pagar no societário em função do ICPC 22.

## Reclassificações e ajustes 2018:

	Reclassificações					Ajustes					Societário
	Regulatório	Ativos/Passivos Financeiros Setoriais (a)	Ativo Financeiro da Concessão (b)	Ativo Intangível da Concessão (b)	Obrigações Especiais (c)	Reavaliação Regulatória Compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	Encargos setoriais – P&D e PEE (32.3.4)	IR e CS Diferidos (32.3.6)	
<b>Ativo</b>											
<b>Ativo Circulante</b>											
Ativos Financeiros Setoriais	691.955	(408.458)	-	-	-	-	-	-	-	-	283.497
<b>Ativo Não Circulante</b>											
Tributos diferidos	17.076	-	-	-	-	-	-	-	-	13.264	30.340
Ativos Financeiros Setoriais	259.205	(259.205)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	-	-	1.023.790	-	(228.644)	342.770	-	-	-	-	1.137.915
Imobilizado	2.700.934	-	(1.023.790)	(1.388.145)	228.644	(517.643)	-	-	-	-	-
Ativo contratual	-	-	-	257.289	(38.958)	-	-	-	-	-	218.331
Intangível	107.967	-	-	1.130.856	(461.576)	(18.231)	-	13.591	-	-	772.607
	<u>3.777.136</u>	<u>(667.663)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(500.534)</u>	<u>342.770</u>	<u>13.591</u>	<u>-</u>	<u>13.264</u>	<u>-</u>	<u>2.442.689</u>
<b>Passivo</b>											
<b>Passivo Circulante</b>											
Encargos Setoriais	76.417	-	-	-	-	-	-	(44)	-	-	76.373
Passivos Financeiros Setoriais	408.458	(408.458)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo Não Circulante</b>											
Passivos Financeiros Setoriais	305.236	(259.205)	-	-	-	-	-	-	-	-	46.031
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	640.992	-	-	-	(500.534)	(140.458)	-	-	-	-	-
	<u>1.431.104</u>	<u>(667.663)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(500.534)</u>	<u>(140.458)</u>	<u>-</u>	<u>(44)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>122.404</u>
<b>Total</b>	<u>2.346.032</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(395.416)</u>	<u>342.770</u>	<u>13.591</u>	<u>44</u>	<u>13.264</u>	<u>2.320.285</u>

- (a) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias efetuamos o encontro de contas entre os ativos e passivos financeiros setoriais e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado na respectiva natureza em ativo ou passivo;
- (b) Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão, apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios, seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro e o ativo intangível;
- (c) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias as obrigações especiais são apresentadas liquidas no Ativo Intangível e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.

## Conciliação do total do ativo societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Total do ativo conforme contabilidade societária</b>	<b>4.073.042</b>	<b>3.910.404</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
Reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	2.531.084	1.549.237
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	(1.527.050)	(1.013.363)
Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	(422.744)	(342.770)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)	(12.208)	(13.591)
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (31.3.6)	(120.177)	(13.264)
Estorno de reclassificação Passivos financeiros setoriais (a)	483.556	667.663
Reclassificação de obrigações especiais para o passivo (b)	487.439	500.534
Reclassificação de tributos diferidos (c)	37.937	-
<b>Total do ativo regulatório</b>	<b><u>5.530.879</u></b>	<b><u>5.244.851</u></b>

(a) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias efetuamos o encontro de contas entre os ativos e passivos financeiros setoriais e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado na respectiva natureza em ativo ou passivo.

(b) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias as obrigações especiais são apresentadas líquidas no Ativo Intangível e para fins e para as demonstrações contábeis regulatórias a partir de 2015 é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.

(c) Refere-se ao encontro de contas dos tributos diferidos seguindo o mesmo critério utilizado para as demonstrações contábeis societárias

## Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Patrimônio líquido conforme contabilidade societária</b>	<b>564.024</b>	<b>516.235</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
Reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	2.188.215	1.308.382
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	(1.399.801)	(912.966)
Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	(422.744)	(342.770)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)	(12.208)	(13.591)
Ajustes P&D e PEE (31.3.4)	-	(44)
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (31.3.6)	(120.177)	(13.264)
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b><u>797.309</u></b>	<b><u>541.982</u></b>

## 32.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	2019			2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário Reclassificado
<b>Receita</b>	<b>6.632.321</b>	<b>394.796</b>	<b>7.027.117</b>	<b>6.043.169</b>	<b>403.715</b>	<b>6.446.884</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	3.323.507	-	3.323.507	3.176.147	-	3.176.147
Suprimento de Energia Elétrica	225.444	-	225.444	28.434	-	28.434
Energia Elétrica de Curto Prazo	398.181	-	398.181	124.789	-	124.789
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	2.840.680	(6.827)	2.833.853	2.345.484	(4.476)	2.341.008
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(300.770)	-	(300.770)	190.165	-	190.165
Serviços Cobráveis	7.980	-	7.980	6.100	-	6.100
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	137.298	-	137.298	172.051	-	172.051
Outras Receitas	-	401.624	401.624	-	408.191	408.191
<b>Tributos</b>	<b>(1.774.627)</b>	<b>-</b>	<b>(1.774.627)</b>	<b>(1.613.156)</b>	<b>-</b>	<b>(1.613.156)</b>
ICMS	(1.167.606)	-	(1.167.606)	(1.043.569)	-	(1.043.569)
PIS-PASEP	(107.678)	-	(107.678)	(101.583)	-	(101.583)
COFINS	(499.245)	-	(499.245)	(467.896)	-	(467.896)
ISS	(99)	-	(99)	(108)	-	(108)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	<b>(907.142)</b>	<b>(45)</b>	<b>(907.187)</b>	<b>(954.230)</b>	<b>44</b>	<b>(954.186)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(20.052)	(22)	(20.075)	(17.897)	22	(17.875)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(20.052)	(22)	(20.075)	(17.897)	22	(17.875)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(772.915)	-	(772.915)	(851.736)	-	(851.736)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(4.339)	-	(4.339)	(3.802)	-	(3.802)
Outros Encargos	(89.784)	-	(89.784)	(62.898)	-	(62.898)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>	<b>3.950.551</b>	<b>394.752</b>	<b>4.345.303</b>	<b>3.475.783</b>	<b>403.759</b>	<b>3.879.542</b>
<b>Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"</b>	<b>(3.016.758)</b>	<b>(2.255)</b>	<b>(3.019.013)</b>	<b>(2.715.504)</b>	<b>(10.052)</b>	<b>(2.725.556)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.512.366)	(2.255)	(2.514.621)	(2.185.812)	(10.052)	(2.195.864)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	(78.047)	-	(78.047)	(62.182)	-	(62.182)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(426.346)	-	(426.346)	(467.510)	-	(467.510)
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>	<b>933.793</b>	<b>392.497</b>	<b>1.326.290</b>	<b>760.279</b>	<b>393.708</b>	<b>1.153.986</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>	<b>(596.488)</b>	<b>(276.139)</b>	<b>(872.627)</b>	<b>(507.214)</b>	<b>(324.695)</b>	<b>(831.909)</b>
Pessoal e Administradores	(155.594)	157	(155.437)	(149.112)	140	(148.972)
Entidade de previdência privada	(22.554)	(157)	(22.711)	(16.232)	(140)	(16.372)
Material	(23.454)	-	(23.454)	(24.547)	-	(24.547)
Serviços de Terceiros	(155.244)	-	(155.244)	(155.833)	-	(155.833)
Arrendamento e Aluguéis	(4.475)	-	(4.475)	(4.520)	-	(4.520)
Seguros	(764)	-	(764)	(783)	-	(783)
Doações, Contribuições e Subvenções	(530)	-	(530)	(639)	-	(639)
Provisões	(10.318)	-	(10.318)	(26.130)	-	(26.130)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(69.868)	-	(69.868)	(51.571)	-	(51.571)
(-) Recuperação de Despesas	3.523	-	3.523	3.518	-	3.518
Tributos	(3.159)	-	(3.159)	(2.727)	-	(2.727)
Depreciação e Amortização	(141.721)	27.308	(114.413)	(130.854)	30.623	(100.231)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(40.628)	-	(40.628)	(33.272)	-	(33.272)
Outras Receitas Operacionais	64.806	(64.806)	-	111.199	(111.199)	-
Outras Despesas Operacionais	(36.508)	(238.640)	(275.148)	(25.711)	(244.119)	(269.830)
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>337.304</b>	<b>116.359</b>	<b>453.663</b>	<b>253.065</b>	<b>69.012</b>	<b>322.078</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(31.470)</b>	<b>542</b>	<b>(30.928)</b>	<b>(52.840)</b>	<b>4.292</b>	<b>(48.548)</b>
Receitas Financeiras	153.568	(46.889)	106.679	312.418	(213.839)	98.579
Despesas Financeiras	(185.038)	47.430	(137.608)	(365.258)	218.131	(147.127)
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>	<b>305.834</b>	<b>116.900</b>	<b>422.734</b>	<b>200.225</b>	<b>73.305</b>	<b>273.530</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(101.354)	(39.746)	(141.100)	(65.952)	(24.924)	(90.876)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>204.480</b>	<b>77.154</b>	<b>281.634</b>	<b>134.273</b>	<b>48.380</b>	<b>182.654</b>
Atribuível aos Acionistas Controladores	204.480	77.154	281.634	134.273	48.380	182.654

A seguir são detalhadas a natureza das reclassificações e dos ajustes na demonstração do resultado do exercício apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, nos exercícios de 2019 e 2018:

### Reclassificações e ajustes 2019:

	Reclassificações								Ajustes					Societário	
	Regulatório	Construção da infraestrutura de concessão (a)	Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho/Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Capitalização de despesas (e)	Atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais (f)	Varição cambial Itaipu (g)	Varição monetária e marcação a mercado (h)	Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	Encargos setoriais – P&D e PEE (32.3.4)		Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros (32.3.5)
<b>Receita</b>															
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	2.840.680	-	(6.827)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.833.853
Outras receitas	-	261.719	-	59.930	-	-	-	-	-	79.974	-	-	-	-	401.624
<b>Encargos - Parcela "A"</b>															
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(20.052)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22)	-	-	(20.075)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(20.052)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22)	-	-	(20.075)
<b>Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"</b>															
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.512.366)	-	-	-	-	-	(2.255)	-	-	-	-	-	-	-	(2.514.621)
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>															
Pessoal e Administradores	(155.594)	-	-	-	-	157	-	-	-	-	-	-	-	-	(155.437)
Entidade de previdência privada	(22.554)	-	-	-	-	(157)	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.711)
Depreciação e Amortização	(141.721)	-	-	-	-	-	-	-	28.690	-	(1.382)	-	-	-	(114.413)
Outras receitas operacionais	64.806	-	-	(59.930)	(4.876)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(36.508)	(261.719)	6.827	-	4.876	-	-	-	11.377	-	-	-	-	-	(275.148)
<b>Resultado Financeiro</b>															
Receitas Financeiras	153.568	-	-	-	-	(27.164)	-	(19.725)	-	-	-	-	-	-	106.679
Despesas Financeiras	(185.038)	-	-	-	-	27.164	2.255	19.725	-	-	-	-	(1.714)	-	(137.608)
<b>Despesa com Impostos sobre o Lucro</b>														(39.746)	(141.100)
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(101.354)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.746)	(141.100)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>														(39.746)	281.634
Resultado Líquido do Exercício	204.480	-	-	-	-	-	-	-	40.066	79.974	(1.382)	(44)	(1.714)	(39.746)	281.634

- (a) Para a contabilidade societária a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- (b) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias a companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- (c) Para a contabilidade societária as Outras receitas operacionais é registrada na Receita e na contabilidade regulatório é classificada no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- (d) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias o ganho e a perda são apresentados pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado de forma segregada, conforme MCSE;
- (e) Para a contabilidade societária a capitalização das despesas com Pessoal e Administradores e Entidade de previdência privada é classificado em Outras Despesas com Pessoal e na contabilidade regulatória é classificado conforme a abertura das despesas no plano de contas da ANEEL.
- (f) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos ou receita ou despesa financeira conforme o saldo, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos de forma segregada, conforme MCSE;
- (g) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos a variação cambial de Itaipu dentro do custo de energia e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro conforme MCSE;
- (h) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos a variação monetária e marcação a mercado na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com a natureza conforme MCSE.

## Reclassificações e ajustes 2018:

	Reclassificações								Ajustes					Societário	
	Regulatório	Construção da infraestrutura de concessão (a)	Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho/Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Capitalização de despesas (e)	Atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais (f)	Variação cambial Itaipu (g)	Variação monetária e marcação a mercado (h)	Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (32.3.3)	Encargos setoriais - P&D e PEE (32.3.4)		Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros (32.3.5)
<b>Receita</b>															
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	2.345.484	-	(4.476)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.341.008
Outras receitas	-	265.311	-	103.609	-	-	-	-	-	39.271	-	-	-	-	408.191
<b>Encargos - Parcela "A"</b>															
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(17.897)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-	-	(17.875)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(17.897)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	-	-	(17.875)
<b>Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"</b>															
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.185.812)	-	-	-	-	-	(10.052)	-	-	-	-	-	-	-	(2.195.864)
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>															
Pessoal e Administradores	(149.112)	-	-	-	-	140	-	-	-	-	-	-	-	-	(148.972)
Entidade de previdência privada	(16.232)	-	-	-	-	(140)	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.372)
Depreciação e Amortização	(130.854)	-	-	-	-	-	-	-	32.005	-	(1.382)	-	-	-	(100.231)
Outras receitas operacionais	111.199	-	-	(103.609)	(7.590)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(25.711)	(265.311)	4.476	-	7.590	-	-	-	9.127	-	-	-	-	-	(269.830)
<b>Resultado Financeiro</b>															
Receitas Financeiras	312.418	-	-	-	-	(45.137)	-	(168.703)	-	-	-	-	-	-	98.579
Despesas Financeiras	(365.258)	-	-	-	-	45.137	10.052	168.703	-	-	-	-	(5.760)	-	(147.127)
<b>Despesa com Impostos sobre o Lucro</b>															
	(65.952)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.924)	(90.876)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>															
	134.273	-	-	-	-	-	-	-	41.132	39.271	(1.382)	44	(5.760)	(24.924)	182.654

- (a) Para a contabilidade societária a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- (b) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias a companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- (c) Para a contabilidade societária as Outras receitas operacionais é registrada na Receita e na contabilidade regulatório é classificada no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- (d) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias o ganho e a perda são apresentados pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado de forma segregada, conforme MCSE;
- (e) Para a contabilidade societária a capitalização das despesas com Pessoal e Administradores e Entidade de previdência privada é classificado em Outras Despesas com Pessoal e na contabilidade regulatória é classificado conforme a abertura das despesas no plano de contas da ANEEL.
- (f) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos ou receita ou despesa financeira conforme o saldo, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos de forma segregada, conforme MCSE;
- (g) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos a variação cambial de Itaipu dentro do custo de energia e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro conforme MCSE;
- (h) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias apresentamos a variação monetária e marcação a mercado na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com a natureza conforme MCSE.

## Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2019	2018
<b>Resultado líquido do exercício conforme contabilidade societária</b>	<b>281.634</b>	<b>182.654</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
Reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(11.377)	(9.127)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (32.3.1)	(28.690)	(32.005)
Atualização do ativo financeiro da concessão (32.3.2)	(79.974)	(39.271)
Ajustes do ativo intangível da concessão (32.3.3)	1.382	1.382
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros (32.3.5)	1.714	5.760
Ajustes P&D e PEE (32.3.4)	44	(44)
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (32.3.6)	39.746	24.924
<b>Resultado líquido do exercício conforme contabilidade regulatória</b>	<b>204.480</b>	<b>134.273</b>

### 32.3. Composição dos ajustes

#### 32.3.1 Reavaliação compulsória e Reavaliação compulsória - Depreciação

De acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica registram contabilmente, a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária. Esse ajuste é regulatório e não é aceito na contabilidade societária.

A composição dos saldos da reavaliação compulsória registrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, relativos ao ativo imobilizado, ativo intangível, obrigações especiais e os efeitos tributários para a Companhia, valores estes que estão de acordo com os montantes apresentados nas notas 12 e 20 deste relatório estão assim apresentados:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Ativo imobilizado	2.378.691	(1.404.033)	974.658	1.465.519	(947.876)	517.643
Ativo intangível	152.394	(123.016)	29.378	83.718	(65.487)	18.231
Obrigações especiais	(342.870)	127.249	(215.621)	(240.855)	100.397	(140.458)
<b>Total</b>	<b>2.188.215</b>	<b>(1.399.801)</b>	<b>788.414</b>	<b>1.308.382</b>	<b>(912.966)</b>	<b>395.416</b>
Efeito IR e CSLL	(743.993)	475.932	(268.061)	(444.850)	310.408	(134.441)
<b>Efeito líquido</b>	<b>1.444.222</b>	<b>(923.869)</b>	<b>520.353</b>	<b>863.532</b>	<b>(602.557)</b>	<b>260.975</b>

Conforme mencionado na nota 3.7, em 2019 foi contemplado os efeitos da implantação do laudo homologado da revisão tarifária, cujo efeitos estão demonstrados na nota 12.

#### 32.3.2. Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente do estorno do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão. Esse ajuste refere-se a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício societário. O mesmo é aceito na contabilidade societária e não é aceito na contabilidade regulatória.

#### 32.3.3. Ativo Intangível da Concessão (ICPC-01)

O efeito é decorrente do estorno do reconhecimento de custos adicionais e juros capitalizados em ordens em curso, reconhecidos na contabilidade societária e, que serão amortizados até o prazo final da concessão. Esse ajuste é aceito na contabilidade societária e não é reconhecido na contabilidade regulatória.

#### 32.3.4. Encargos setoriais – P&D e PEE (CPC 47)

Os ajustes são decorrentes do reconhecimento das despesas de compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos (DIC, FIC e outros), que para fins societários são reconhecidos como redução na receita

operacional e na contabilidade regulatória na despesa operacional, afetando desta forma a base de cálculo (ROL) para apuração dos encargos P&D e eficiência energética.

### 32.3.5. Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros (CPC 48)

Os ajustes são decorrentes da aplicação na contabilidade societária, onde o spread de risco é reconhecido no resultado abrangente e na contabilidade regulatória no resultado financeiro.

### 32.3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes são decorrentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes de diferenças entre práticas contábeis societárias e as regulatórias.

## 33 COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2019	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamentos e alugueis	até 5 anos	2.015	3.584	2.345	-	7.944
Compra de energia (exceto Itaipu)	até 8 anos	2.087.104	4.329.817	4.638.643	8.184.040	19.239.604
Compra de energia de Itaipu	até 8 anos	543.598	1.043.980	1.069.093	2.430.605	5.087.276
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	até 9 anos	481.740	1.266.332	1.652.856	3.279.821	6.680.749
<b>Total</b>		<b>3.114.457</b>	<b>6.643.713</b>	<b>7.362.937</b>	<b>13.894.466</b>	<b>31.015.573</b>

## 34 TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2019, um valor de R\$ 3.070 (R\$ 3.778 em 2018) referente a juros capitalizados no ativo imobilizado.

## 35 EVENTO SUBSEQUENTE

### 35.1 Empréstimos e Financiamentos:

De 1º de janeiro de 2020 até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Companhia captou recursos através de empréstimos e financiamentos, com as seguintes condições e detalhes:

Modalidade	Liberado até fevereiro 2020	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos	Cláusula restritiva - covenant financeiro
Moeda Estrangeira								
Euro - Lei 4131	419.760	Trimestral	Parcela única em março de 2025	Capital de Giro	EURO + 0,70%	EURO + 0,70%	CDI + 0,83%	(*)

(\*) Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia: Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75 e EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

### 35.2 Emergência de saúde global - Coronavírus:

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações contábeis regulatórias.

A Companhia analisou os impactos do COVID-19 em seus negócios, em observância às normas contábeis aplicáveis, e para o exercício de 2019, concluiu que se refere a um evento subsequente que não origina ajustes.

Considerando a situação atual da disseminação do surto e imprevisibilidade da evolução do mesmo, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

Adicionalmente, a Companhia está exposta à variação cambial do dólar norte-americano e euro, em função de suas captações de recursos nessas moedas, bem como em determinados contratos de compra e venda de energia elétrica. As captações em moeda estrangeira estão cobertas por operações financeiras de swap e a variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu efetuadas estão protegidas pelo mecanismo de compensação – CVA. A Companhia ainda está exposta as flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, o que também causaria uma redução no investimento da Companhia. Devido à volatilidade recorrente do câmbio e incertezas em relação as taxas de juros e inflação, os possíveis impactos do surto na exposição à variação cambial, e reflexos no investimento da Companhia, não puderam ser estimados.

A Administração da Companhia avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar estes impactos nas operações e nas demonstrações contábeis regulatórias.

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO**

Presidente

**YUEHUI PAN**

Vice Presidente

**UBIRAJUÍ JOSÉ PEREIRA**

Conselheiro

---

**DIRETORIA**

---

**CARLOS ZAMBONI NETO**

Diretor Presidente

**YUEHUI PAN**

Diretor Financeiro  
e de Relações com Investidores

**ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA**

Diretor de Assuntos Regulatórios

**RAFAEL LAZZARETTI**

Diretor Comercial

**THIAGO FREIRE GUTH**

Diretor Operações

---

**DIRETORIA DE CONTABILIDADE**

---

**SÉRGIO LUIS FELICE**

Diretor de Contabilidade  
CT CRC 1SP192.767/O-6



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Conselheiros e Acionistas da  
Companhia Piratininga de Força e Luz**  
*Campinas - SP*

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Piratininga de Força e Luz (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Companhia Piratininga de Força e Luz com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Piratininga de Força e Luz em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Piratininga de Força e Luz a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada	
Veja as notas explicativas 3 e 22 às demonstrações contábeis regulatórias	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita não faturada reconhecida pela Companhia corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que, em alguns casos, sucedem ao período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Companhia acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores. Devido à relevância dos valores e do julgamento envolvido que podem impactar o valor das receitas nas demonstrações contábeis regulatórias, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. Analisamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no desenvolvimento de tal estimativa, tais como índice de perdas técnicas e comerciais. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos pela Companhia com expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

## Outros assuntos

A Companhia Piratininga de Força e Luz preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 5 de março de 2020.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas



relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 20 de abril de 2020

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP-027612/F

Marcio Jose dos Santos  
Contador CRC 1SP252906/O-0

<b>TERMO DE RESPONSABILIDADE</b>	<b>TERM OF RESPONSIBILITY</b>
<p>Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.</p> <p>Campinas, 17 de abril de 2020.</p> <p>Concessionária: COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ</p>	<p>By this Term of Responsibility, we declare under the penalties of the Law the veracity of the information submitted to the National Electric Energy Agency - ANEEL, expressing the commitment to compliance with the rules, procedures and requirements established by the legislation of the electricity sector, as well as science of the penalties to which we will be subject. We are aware that the falsity of the information, as well as the non-compliance with the commitment made herein, in addition to requiring the return of amounts received improperly, where applicable, will be subject to the penalty of Group IV, item X, Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004, as well as those provided for in articles 171 and 299, both of the Penal Code.</p> <p>Campinas, April 17, 2020.</p> <p>Concessionaire: COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ</p>

Carlos Zamboni Neto  
Diretor Presidente  
Chief Executive Officer  
CPF: 081.496.848-16

Yuehui Pan  
Diretor Financeiro e de Relações com  
Investidores  
Chief Financial and Investor Relations  
Officer  
CPF: 061.539.517-16

Sergio Luis Felice  
Diretor de Contabilidade  
Chief Accounting Officer  
CT CRC: 1SP192.767/O-6  
CPF: 119.410.838-54

Este documento foi assinado eletronicamente por Sergio Luis Felice, Yuehui Pan e Carlos Zamboni Neto.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código E53F-362F-8F23-3637.

<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004</p> <p>Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:</p> <p>...</p> <p>X - fornecer informação falsa à ANEEL;</p> <p>CÓDIGO PENAL</p> <p>Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.</p> <p>Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.</p>	<p>Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004.</p> <p>Art 7 - Constitutes an infraction, subject to the imposition of the penalty fine of Group IV:</p> <p>...</p> <p>X - provide false information to ANEEL;</p> <p>PENAL CODE</p> <p>Art. 171 - Obtain, for yourself or others, unlawful advantage, to the detriment of others, inducing or keeping someone in error, through artifice, ruse, or any other fraudulent means.</p> <p>Art. 299 - Omit, in a public or private document, a statement that should appear on it, or insert a false statement or different statement from that which should be written, in order to prejudice law, create an obligation or alter the truth about the legally relevant fact.</p>
---	---



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/E53F-362F-8F23-3637>.

Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

Código para verificação: E53F-362F-8F23-3637



### Hash do Documento

2C8FEFBACC88260AEC333DEFA0C63CC247FB20C2B76A772E862525AA2882D907

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2020 é(são) :

**Nome no certificado:** Sergio Luis Felice em 17/04/2020 15:36 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Por email: sfl felice@cpfl.com.br

### Evidências

**Client Timestamp** Fri Apr 17 2020 15:36:35 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Latitude: -22.557491199999998 Longitude: -47.4185728 Accuracy: 5576

IP 200.148.48.138

Assinatura:



Hash Evidências:

CCF61ABE435B99FC33F28A10BCBC7F694FCF2AB2CC41DFB32B117D90D25E0A1D

**Nome no certificado:** Yuehui Panem 18/04/2020 11:08 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Por email: panyuehui@cpfl.com.br

Evidências

**Client Timestamp** Sat Apr 18 2020 11:08:52 GMT-0300 (Brasilia Standard Time)

**Geolocation** Location not shared by user.

IP 177.128.175.2

Assinatura:



**Hash Evidências:**

C27FB3B043A777ACB6DD2B0B11EC8FB7EBC441833963A4DAE81262A992BF57DB

**Nome no certificado:** Carlos Zamboni Netoem 20/04/2020 09:21 UTC-03:00



**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Por email: carloszamboni@cpfl.com.br

**Evidências**

**Client Timestamp** Mon Apr 20 2020 09:21:01 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Location not shared by user.

**IP** 200.158.49.107

**Assinatura:**

CARLOS ZAMBONI NETO

**Hash Evidências:**

432A982C46BAF84B7570979B9CFC2224FAFAC643FBCC337BC818CABCE0BD3C4D